

DIEGO VINÍCIUS VIEIRA

TERRA BRASILIS, EX CORDE

Política, Cultura e Estado
nas octogenárias *Raízes do Brasil*

Faculdade de Direito da UFMG

Belo Horizonte – 2016

DIEGO VINÍCIUS VIEIRA

TERRA BRASILIS, EX CORDE

Política, Cultura e Estado
nas octogenárias *Raízes do Brasil*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Linha de Pesquisa: Estado, Razão e História, Área de Estudos: Estudos Estratégicos, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre, sob a orientação do **Prof. Dr. José Luiz Borges Horta**.

Faculdade de Direito da UFMG

Belo Horizonte – 2016

Ficha catalográfica

[FOLHA DE AVALIAÇÃO]

Sempre para ele, Gilberto Afonso Vieira (in memoriam).

Meu caminho, minha verdade, minha vida.

AGRADECIMENTOS

Genói boios essi mathon.

Diz-se que, aos 5 de julho de 1989, a sabedoria do *cosmos* timbrou-me com o signo de Câncer. Pretendo com isso, inicialmente, convidar-nos a refletir sobre *animal* que me rege, o Caranguejo.

A natureza é dupla: parte em terra, parte no mar. Bicho estranho que parece vagar sem saber ao certo para onde vai. Anda de lado, com os olhos saltados e envolto em uma rígida carapaça. A carapaça, que ao mesmo tempo protege, impede que cresça. O crescimento só pode vir em carne viva, exposto às intempéries da vida. O animal sempre preferirá o aconchego da carapaça, mas sabe que logo se tornará pequena, incômoda, e se não for voluntariamente arrancada, racha-se e, ao primeiro golpe das marés, solta-se. É o mar enciumado mostrando à terra que também o pertence, convidando-o a crescer.

Permaneci no aconchego de minha carapaça, e de minha toca, até julho de 1998, quando fui constringido às primeiras potencialidades das marés. Chamado precocemente ao desencarne, meu amado irmão, leonino, levou consigo o brilho solar que nos iluminava. Cresci.

A toca ficou fria. Saí. Criei uma nova carapaça. Esta, apesar de mais rígida e áspera, continuava a envolver uma carne insistentemente doce.

Vida que segue, as brisas renovadoras de 2008 trariam uma curiosa experiência, com todas as suas contradições, ao lado dos peculiares bandeirantes. Parecia-me conveniente cruzar a fronteira das amadas *Geraes*, claro, para não muito além.

A calma das marés, entretanto, não tardaria em reclamar seu fim. Mais violento, o segundo golpe viria em junho de 2011. Meu único norte, meu exemplo maior, meu querido pai, deixou-nos. Desta vez, as marés não somente me arrancaram

de novo a carapaça, varreram toda a *praia*. O caranguejo atordado, em viva carne, saiu replantando os coqueiros, desaterrando as tocas, resgatando os sobreviventes.

Embora eficientes para extirpar a armadura da qual sempre me recusei a me despir, as marés nunca me convenceram de seu verdadeiro propósito: lançar-me ao *mar*. Ainda que em solo firme a energia solar estorricasse a viva e desprotegida carne, a dor sempre parecia menos aterrorizante que a incerteza dos oceanos.

Em razão do despreparo, faltava-me coragem. Como preparação, enfim, foram-me gentilmente oferecidas as instigantes águas de um incógnito *Aquário*. O aquário não abrigaria somente a mim, acolheria a mais vasta biodiversidade, magníficos seres que me acompanhariam em uma estimulante, intensa e marcante aventura.

Foi no solo sagrado da Universidade Federal de Minas Gerais, inspirado pela irreverência de um dos espíritos mais corajosos de que tive a honra de conviver, onde, enfim, ganhei forças para encarar aquilo que sempre esteve diante dos meus olhos. A esta Casa, e a este espírito, devo o despertar da consciência e, principalmente, da coragem. Coragem para viver, partir em busca de mim, lançar-me ao mar, porém consciente de que, à praia, sempre retornarei.

Sem mais, resta-me esclarecer que a *praia* representa o meu lar, minha família. O *aquário*, trata-se do eminente Prof. Dr. José Luiz Borges Horta, e toda a prole que me ofereceu como companheiros de estufa. O *mar*, o inevitável, a política.

Cabe a mim, portanto, agradecer aos que, desde o início, me acompanham nesta grande jornada de auto e interconhecimento:

Ao meu pai, Gilberto (*in memoriam*), à minha mãe, Dilma, aos meus irmãos, Betinho, Caio (*in memoriam*) e Rafael, e à Amandinha, por tudo que representam, e sabem que representam.

Ao meu pai intelectual, José Luiz Borges Horta, pela sincera oportunidade. Aos meus irmãos de escola, Arthur Bambirra, Carola Maria, Cezar Cardoso, Ingrid Oliveira, Leonardo Antonacci, Lucas César, Philippe Oliveira, Raul Blasi, Ricardo Borges, Thales Freire e Vinícius Siqueira, pela alegria e leveza da convivência fraterna.

Ao Henrique José, ao João Meira e ao Tarcísio de Barros, pelo companheirismo e estímulo. Ao Vinícius Balestra, pelo valor da eterna amizade.

À Universidade Federal de Minas Gerais, em especial aos Professores Dr. Joaquim Carlos Salgado, Dr. Arthur Diniz e Dra. Karine Salgado, pelo valioso aprendizado. Ao Dr. José de Magalhães e ao Dr. Paulo Roberto Cardoso, pela constante inspiração.

Por fim, à Cidade de Belo Horizonte e à *Praça da Liberdade*, por reforçarem, ainda mais, o meu infinito amor pela História e pela Tradição, pela Liberdade e por Minas.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1: Raízes Estéticas, Raízes Ideológicas: os anos de formação (modernista) de Sérgio Buarque de Holanda.....	15
1.1 – Considerações iniciais: o Modernismo heróico e o Modernismo rotinizado.....	18
1.2 – Sérgio Buarque de Holanda: entre a arte e a política.....	26
1.3 – Enfim, <i>Raízes do Brasil</i>	39
Capítulo 2: O Brasil de Buarque: uma emocionante aventura.....	51
2.1 – <i>Terra à vista</i>	51
2.2 – A semeadura da cordialidade.....	67
2.3 – Brasil Cordial, o Estado das emoções.....	75
Capítulo 3: Novos tempos: a crítica da tradição.....	85
3.1 – Uma tal <i>sociologia da inautenticidade</i>	88
3.2 – Jessé Souza: o crítico do <i>culturalismo e do economicismo</i>	93
3.3 – E nós, o que pesamos?.....	99
Considerações finais.....	110
Referências bibliográficas.....	115

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo central explorar a obra *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. Sabe-se que, aos 80 anos de sua publicação, o ensaio continua a instigar acaloradas discussões em sede do pensamento político brasileiro. Nossa contribuição, assim, parte dos anos de formação e principais diálogos intelectuais do autor, para então alcançar a vastidão de suas contribuições em sede da História da Cultura e do Estado brasileiro. Por fim, analisamos as peculiares releituras que ora surgem na aurora de um novo centênio, contrastando-as com as posições de interpretação que preferimos adotar.

PALAVRAS-CHAVE: Raízes do Brasil; Cultura brasileira; Estado brasileiro.

ABSTRACT

The present dissertation has the main objective to explore the book *Roots of Brazil* (1936), by Sérgio Buarque de Holanda. We know, at 80 years of its publication, the essay continues to instigate several discussions in the Brazilian political thought. Our contribution, therefore, begins in the years of formation and main intellectual dialogues of the author, to reach the vastness of his contributions in the History of Brazilian Culture and Brazilian State. Finally, we analyze the peculiar readings that appears in a new centenary, contrasting them with the positions of interpretation that we prefer to adopt.

KEY WORDS: Roots of Brazil; Brazilian Culture; Brazilian State.

*Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada*

*Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz
Lá a existência é uma aventura
De tal modo inconsequente
Que Joana a Louca de Espanha
Rainha e falsa demente
Vem a ser contraparente
Da nora que nunca tive*

*E como farei ginástica
Andarei de bicicleta
Montarei em burro brabo
Subirei no pau-de-sebo
Tomarei banhos de mar!
E quando estiver cansado
Deito na beira do rio
Mando chamar a mãe-d'água
Pra me contar as histórias
Que no tempo de eu menino
Rosa vinha me contar
Vou-me embora pra Pasárgada*

*Em Pasárgada tem tudo
É outra civilização
Tem um processo seguro
De impedir a concepção
Tem telefone automático
Tem alcalóide à vontade
Tem prostitutas bonitas
Para a gente namorar*

*E quando eu estiver mais triste
Mas triste de não ter jeito
Quando de noite me der
Vontade de me matar
— Lá sou amigo do rei —
Terei a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada.¹*

¹ *Vou-me embora pra Pasárgada*. Manuel Bandeira, 1930.

INTRODUÇÃO

Já se disse que o Brasil vive seu processo de *Reconstitucionalização*².

De fato, o atento observador da historiografia recente de nosso país verá que não faltam motivos para semelhante diagnóstico; vivemos tempos de “anomia e anemia políticas”³ – quiçá, desdobramentos da já anunciada *desideologização*⁴. Ainda que não se possa negar que, nas últimas décadas, avançamos muito na seara dos direitos individuais, sociais, coletivos e difusos, não se sabe muito ao certo até quando restarão garantidos.

A recente crise política e institucional do país parece ser o anúncio da necessidade de retomada da consciência, bem como da reinvenção do modo com que a nação organiza e articula o exercício do poder político.

Diante desse momento delicado da vida nacional, não se deve negar que convém – se não urge – voltarmos nossos corações e mentes, com redobrado zelo, para a compreensão do *Estado brasileiro*. Se hoje vemos as trincheiras do ódio e da absoluta negação do Estado apartarem os concidadãos brasileiros, também vemos se fragmentarem os estudos em sede de nossas ciências humanas, desintegração que progressivamente abandona os estudos do Estado de maneira abrangente, tal como sempre defendemos.

Neste intrincado contexto é que nossa dissertação de mestrado ora se apresenta. Entendemos que é preciso recuperar as perspectivas *macrofilosóficas*⁵ do Estado Brasileiro. Somos adeptos da ideia de que, diante das tarefas que emergem no tempo presente, e se anunciam ao futuro, devemos estar munidos daquilo que de

² HORTA, José Luiz Borges. História, Constituições e Reconstitucionalização do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 94, p. 121-155, 2006. p. 121-155.

³ HORTA, História, Constituições e Reconstitucionalização do Brasil, cit., p. 154.

⁴ HORTA, José Luiz B.; FREIRE, Thales M.; SIQUEIRA, Vinicius de. A Era Pós-Ideologias e suas ameaças à Política e ao Estado de Direito. *Confluências* (Niterói), v. 14, p. 120-133, 2012.

⁵ HORTA, José Luiz B. Constitucionalización y Reconstitucionalización de Brasil: una mirada histórica y macrofilosófica. In: FERRARI; ROSA; HORTA; PETRUS; SANTOS; BAZZAN. (Org.). *Horizontes de Brasil; escenarios, intercambios, diversidad*. Barcelona: Ediciones Apec, 2011, v., p. 1442-1458

melhor pudermos colher de nossa cara tradição. Nada mais justo, portanto, que retornemos aos clássicos estudos de *Interpretação do Brasil*.

Sabe-se, evidentemente, que a dita tradição é controversa, e pode se prolongar a tempos quase imemoriais. Bernardo Ricupero, por exemplo, em *Sete Lições Sobre as Interpretações do Brasil*⁶, data essa tradição de pensamento do início da República Velha, e tece suas considerações a respeito das interpretações do Brasil a partir desse marco. Para José Carlos Reis, no entanto, em *As Identidades do Brasil*⁷, essa tradição teria início com Francisco Adolfo de Varnhagen, na década de 1850, autor de *História Geral do Brasil*. Para Reis, Varnhagen e Gilberto Freyre marcariam, no campo da história intelectual brasileira, o *Descobrimento do Brasil*.

À parte as discussões menores sobre quando se iniciam as interpretações do país – ou, ainda, quando se inicia efetivamente um pensamento político brasileiro –, sabemos que há obras canônicas dentro dessa tradição, obras que inauguram novos e instigantes modos de pensar o Brasil. Não se pode negar a extrema influência de *Casa-Grande & Senzala*⁸ sobre o pensamento nacional, ou mesmo as muitas e acaloradas discussões anunciadas pelo controverso Oliveira Vianna⁹.

Na esteira das interpretações mais influentes do Brasil, contudo, preferimos intelectual mais, digamos, elegante. *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda é, sem dúvida, um clássico. Os argumentos e ideias lançados nesta obra ecoaram por décadas a fio, e chegam a nós com instigante atualidade. Suas reflexões sobre o caráter do homem brasileiro, sobre as peculiaridades da *alma nacional*, continuam sendo ferramentas muito úteis para estudar diversos aspectos de nosso país: nossa cultura, nossa urbanização, nossa economia e, enfim, nossa política.

⁶ RICUPERO, Bernardo. *Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

⁷ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

⁹ VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005

No intuito de interpretar a alma nacional e compreender os seus reflexos em nossa forma política, Sérgio Buarque de Holanda lançou as bases de inspiradas concepções sobre o Brasil.

Buscaremos, portanto, dissertar sobre a atualidade de suas contribuições, munidos do aporte histórico, das categorias e dos conceitos fartamente anunciados em *Raízes do Brasil*. Não nos esquivaremos de avaliar, também, recentes críticas à essa tradicional maneira de pensar, opondo-as as ressalvas que compreendemos urgentemente necessárias.

Diante dos desafiantes tempos que se impõem sobre nós, entendemos que revisitar o debate a respeito do sequestro do Estado por facções da sociedade civil é de iluminada importância. O pensamento de Buarque pode, ainda hoje, inspirar aqueles que se opõem à extensão do trato familiar à coisa pública, à condução das coisas estatais em proveito dos interesses privados, enfim, inspirar os que combatem o discurso que “exige o fim do Estado, para que o mercado, expressão da sociedade civil e de suas necessidades fúteis, governe a vida política das nações”¹⁰.

Nosso olhar sobre *Raízes do Brasil*, assim, alinha-se a José Carlos Reis:

Nossa disposição é, portanto, a de quem abre o ouvido e escuta, a de quem abre o espírito e recebe narrativas diferentes, cruzadas, lacunares, tendenciosas, suspeitas, mas que são a representação sincera dos sujeitos que buscam se conhecer, se apreender e tomar a sua história em suas mãos. Os sujeitos históricos brasileiros viveram/sonharam, seus intérpretes organizaram esse vivido/sonho de formas distintas em épocas distintas. Em sua própria época, cada interpretação é ainda meio sonhadora, pois ainda muito próxima do sonho. Ela ainda está próxima do vivido, faz ainda parte dele e é também sonho. E se narração e sonho/vivido não coincidem, isto não quer dizer que as narrações sejam inúteis. A narração toca indiretamente o sonhador, que se emociona, toma consciência e muda; a interpretação histórica toca diretamente em sua vida os homens, que passam a se compreender melhor e mudam. Assim, os sujeitos históricos informados pelas interpretações, localizados, quando sonharem com o futuro e o passado, terão menos pesadelos

¹⁰ HORTA, José Luiz Borges. A Subversão do Fim da História e a Falácia do Fim do Estado. In: CARVALHO, Marcelo; FIGUEIREDO, Vinícius (Org.). *Filosofia Alemã de Kant a Hegel*. São Paulo: Anpof, 2013. p. 292.

e quando viverem, no presente, encontrarão melhores meios e termos para expressar seus interesses e realizar os seus projetos.¹¹

Em *Raízes do Brasil*¹², publicado em 1936, Sérgio Buarque de Holanda compartilha conosco sua própria perspectiva a respeito do passado e do futuro da nação brasileira – em outras palavras, compartilha conosco o sonho de sua geração. Nas próximas páginas, portanto, procederemos não como leitores impávidos de um documento seco e isolado, mas de uma obra revolta em um ambiente histórico extremamente rico e desafiador.

Sabemos que *Raízes do Brasil* surge em meio a embates ideológicos nacionais e mundiais – o comunismo, o socialismo, o nacional-socialismo, o fascismo, o integralismo brasileiro. É preciso entender, destarte, em que posição nosso autor se coloca diante dos obstáculos de seu tempo.

Tentaremos desvendar de que modo o jovem Sérgio Buarque de Holanda, ainda antes de se tornar catedrático de *História da Civilização Brasileira* da Universidade de São Paulo, posicionou suas próprias vivências e aspirações para o Brasil. Um jovem crítico literário que teve, desde sempre, o *sonho* – compartilhado por muitos de sua geração – de modernizar o Brasil, de retirar a nação de sua condição de atraso e rumá-la ao definitivo progresso.

Por isso mesmo, nosso esforço divide-se em três partes. No primeiro capítulo, buscaremos desnudar o ambiente histórico em que *Raízes* foi concebido, navegando pelos anos de formação de Sérgio Buarque de Holanda. No segundo capítulo, esforçaremos-nos para aclarar o aporte argumentativo, categórico e conceitual presentes no ensaio. Ao fim, dedicamos nosso terceiro capítulo a demonstrar a atualidade de *Raízes* e, para isso, permitimo-nos um diálogo crítico com a recente obra do sociólogo Jessé Souza, um dos recentemente mais notados críticos da obra de Sérgio. Vejamos.

¹¹ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Vanhargen a FHC*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 20.

¹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Capítulo 1. Raízes Estéticas, Raízes Ideológicas: os anos de formação (modernista) de Sérgio Buarque de Holanda

Em nossa presente empreitada intelectual, temos como missão precípua debater, a partir de *Raízes do Brasil*, as noções de cordialidade e patrimonialismo. Nossa pretensão é que, a partir de breve resgate de parte da História do Pensamento Político Brasileiro – mais especificamente, portanto, da obra de Sérgio Buarque de Holanda – possamos contribuir com os debates a respeito da História do Estado brasileiro.

Por isso mesmo, nosso ofício não é meramente *filológico*; nas linhas que seguem, o leitor não encontrará uma análise exaustiva e, arriscamos dizer, infértil do texto principal de Sérgio Buarque de Holanda. Não pretendemos exaurir as palavras escritas nas muitas edições de *Raízes do Brasil*, compará-las palavra-por-palavra¹³ e daí retirar algum sentido histórico oculto. Temos objeto mais simples em nosso labor: ao posicionar a obra e seu autor sob uma mirada histórica, clareando as influências formativas e informativas do texto e do intelectual, cremos que estará suficientemente iluminada a compreensão dos temas da cordialidade e, por seqüência, do patrimonialismo.

Pedro Meira Monteiro, um dos grandes intérpretes contemporâneos de Sérgio Buarque de Holanda, nos conta em seu *A Queda do Aventureiro*¹⁴, livro originado de sua dissertação de mestrado, que de todas as influências que sofreu Sérgio Buarque, de todas as escolas com que teve contato, seria no pensamento de Weber que encontraríamos, talvez, a mais importante delas. Monteiro aponta para uma influência fecunda e que não é imediatamente perceptível ao leitor. As menções diretas a Weber não são numerosas, e sua influência teria servido apenas de contraponto, exigindo-se uma leitura atenta para perceber no texto a sociologia weberiana.

¹³ Sabemos, no entanto, que o estudo comparado das edições da obra tem sido feito com muita seriedade e rigor por diversos estudiosos, e tem colaborado imensamente para os estudos buarqueanos. Veja-se, por exemplo, a Edição Comemorativa de 80 anos de *Raízes do Brasil*, organizada por Lília Moritz Schwarcz e Pedro Meira Monteiro. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz; MONTEIRO, Pedro Meira (Org.). *Raízes do Brasil: Edição Crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

¹⁴ MONTEIRO, Pedro Meira. *A Queda do Aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em 'Raízes do Brasil'*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

De fato, a influência de Weber sobre Sérgio Buarque de Holanda tem sido amplamente debatida entre nós. Entretanto, a obra de Monteiro toca em tema, por assim dizer, “clássico” dos estudos buarqueanos. No âmbito de uma relação de influência menos explorada¹⁵, Monteiro nos dá outras luzes a respeito da obra de Sérgio: a conexão entre seus escritos históricos e sua militância modernista. Diz-se que o historiador – antes mesmo da publicação de sua mais conhecida e aplaudida obra, o ensaio *Raízes do Brasil* – já era nome deveras conhecido entre os círculos intelectuais e artísticos, vez que havia participado intensamente do movimento modernista, movimento este que teve na *Semana de Arte Moderna* de 1922 seu primeiro e mais importante impulso.

No presente capítulo, portanto, convidamos o leitor a explorar a relação entre *Raízes do Brasil* e os anos de formação de Sérgio Buarque de Holanda, com especial atenção para a sua militância no campo da crítica literária. A tarefa certamente não é das mais simples; os estudos sobre Sérgio Buarque de Holanda, enquanto crítico literário, são bastante recentes, e ainda se abrem como um tema exploratório¹⁶.

Devemos atentar para o fato de que *Raízes do Brasil* é um livro de 1936, e o movimento modernista brasileiro já era pujante e atuante desde, pelo menos, o início do decênio de 1920. Que relação poderíamos estabelecer, assim, entre os anos da militância neste movimento cultural e artístico e os anos em que se publica a obra que ora investigamos?

Esta é uma questão ampla e saborosamente debatida, tanto em sede de história do pensamento político brasileiro, quanto mesmo da história literária brasileira. Trata-se das relações que podemos estabelecer entre essas duas efervescentes décadas da história nacional, e como nosso personagem – Sérgio Buarque de Holanda – se insere nos debates que nelas grassaram. De fato, Sérgio

¹⁵ A militância modernista de Sérgio Buarque de Holanda concentra-se principalmente no campo da crítica literária. Nesse ponto, os estudos a respeito de sua obra, em livros como *Capítulos de Literatura Colonial, Tentativas de Mitologia, Cobra de Vidro* e da coletânea *O Espírito e a Letra*, são ainda bastante iniciais. GALVÃO, Walnice Nogueira. Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 122-123.

¹⁶ GALVÃO, Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *cit.*, p. 123.

havia participado intensamente da Semana de 22¹⁷ e do início do movimento modernista; sobre este movimento e a geração que dele participou, é possível dizer:

Se a agenda modernista tornava-se acessível a muitos, não o era senão pelo enorme esforço despendido pela geração que participou, direta ou indiretamente, da Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, verdadeiro grito anti-academizante e nacionalista, buscando a adequação de princípios estéticos e filosóficos, em voga na Europa, à realidade brasileira. Desta peculiar síntese entre nacionalismo e cosmopolitismo, nasceriam algumas das mais importantes obras da literatura brasileira.¹⁸

Estamos diante de um período e de um movimento que renovam o ambiente literário e artístico brasileiro. Vimos novos experimentos estéticos e uma atitude aberta a tendências artísticas até então desconhecidas do público e da crítica. Nesse caldo de novidades e experimentações, exurgem manifestações artísticas e intelectuais reveladoras¹⁹.

Pedro Monteiro aponta para o fato de que houve, com o decorrer dos tempos, uma “normalização” do movimento modernista. Em outras palavras, aquele período de intensa experimentação estética, uma verdadeira “explosão libertária” de expressões culturais e artísticas, deixou de ser uma novidade e fez com que as novas aventuras modernistas – no campo da Cultura ou da Ciência – fossem se estabelecendo em meio a um cenário de urbanização e industrialização do país²⁰.

¹⁷ Os modernistas da Semana de 1922 recebem o título de “Os Novos de São Paulo”, em pequeno texto que Sérgio escreveu naquele mesmo ano para a revista *O Mundo Literário*. Para Sérgio, os modernistas eram os “novos” que travavam uma espécie de batalha contra os autores dos movimentos literários anteriores: “Mas os novos continuaram a reagir. Guiados por Oswald de Andrade, o grande romancista da ‘Estrela do absinto’, leram os modernos de todos os países, leram Apollinaire, Jacob, Salmon, Marinetti, Cendrars, Cocteau, Papini, Soffici, Palazzeschi, Govoni, leram os imagistas ingleses e norte-americanos. Mas em lugar de os tomarem por mestres, desenvolveram na medida do possível a própria personalidade, tomando-os apenas por modelos de rebeldia literária. A Semana de Arte Moderna, aplaudida por todos os homens decentes, consagrou-os definitivamente. Agora aparece a nova revista Klaxon, o órgão do movimento novo de São Paulo, destinado a um grande sucesso”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Os Novos de São Paulo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra*: Estudos de crítica literária. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 148.

¹⁸ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 36.

¹⁹ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 37.

²⁰ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 27.

Portanto, a experimentação estética e o desenvolvimento de um espírito aberto às novas tendências artísticas resultavam num ambiente literário renovado, em que vicejavam as mais diferentes explicações do país. Logo, tais tentativas se materializaram num esforço interpretativo do passado, cujo resultado seriam ensaios abrangentes e percucientes, verdadeiros retratos do Brasil, reveladores e instigantes. O passado se tornava uma chave de compreensão dos dilemas presentes, e o voltar-se a ele, com os instrumentos teóricos que se iam tornando acessíveis, era tarefa das mais importantes.²¹

De fato, no ambiente em que o modernismo se tornara uma experiência rotineira, em que a experimentação e a ousadia eram regra, percebeu-se que as inovações literárias também lançariam suas luzes sobre o vasto campo da produção intelectual.

Em ambos os momentos, seja na efervescência iconoclasta dos anos 20, seja na já agendada criação dos anos 30, encontraremos um empenhado Sérgio Buarque de Holanda. Há de se notar, no entanto, que é exatamente a passagem de uma década a outra que revelará a própria passagem do autor, de crítico literário a instigante historiador.

Para esclarecer essa passagem, propomos uma rápida incursão pela história do Modernismo, a caracterização tanto de seu projeto estético quanto de seu projeto ideológico. Com isso, esperamos estar munidos de um potente instrumento para analisar *Raízes do Brasil* no contexto da rotinização e popularização da atitude modernista no Brasil. Vejamos.

1.1. – Considerações iniciais: o Modernismo heróico e o Modernismo rotinizado

²¹ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 37.

Em seu *1930: a crítica e o Modernismo*, João Luiz Lafetá²² nos traz alguns elementos úteis para entendermos melhor o Modernismo enquanto movimento de renovação estética. Para isso, Lafetá propõe que o Modernismo seja visto sob dois aspectos.

Primeiro, deve ser enxergado e estudado a partir da renovação no campo da literatura – ou seja, a medida de renovação estética do movimento deve ser colocada em contexto com os movimentos passados. Em segundo lugar, o movimento literário em questão deve ser estudado a partir de sua relação com a totalidade social.

Valendo-nos das palavras do próprio autor:

Decorre daí que qualquer nova proposição estética deverá ser encarada em suas duas faces (complementares e, aliás, intimamente conjugadas; não obstante, às vezes relacionadas em forte tensão): enquanto projeto estético, diretamente ligada às modificações operadas na linguagem, e enquanto projeto ideológico, diretamente atada ao pensamento (visão de mundo) de sua época.²³

Lafetá nos alerta, no entanto, para que não se faça uma divisão artificial entre o projeto estético e o projeto ideológico do modernismo. Uma tal divisão corre o risco de olvidar que, com razão, o projeto ideológico já está contido no projeto estético. O modo de falar, de ouvir, de se comunicar, de expressar ideias e conceitos de um tempo, expressa o próprio modo de conceber o mundo, o modo de ser e conhecer desse tempo²⁴.

²² LAFETÁ, João Luiz. *1930: a Crítica e o Modernismo*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 19.

²³ LAFETÁ, *1930: a Crítica e o Modernismo, cit.*, p. 19. (gifo nosso)

²⁴ Inspiradíssima, portanto, a seguinte frase de Lafetá: “Entretanto, consideremos o poder que tem uma ideologia de se disfarçar em formas múltiplas de linguagem; revestindo-se de meios expressivos diversos dos anteriores, pode passar por novo e crítico o que permanece velho e apenas diferente.” Cf. LAFETÁ, *1930: a Crítica e o Modernismo, cit.*, p. 21.

Ao criticar a linguagem de uma época, também estaremos investindo contra a própria cultura dessa época²⁵. A divisão é útil, portanto, como modo de análise, alerta o autor, e não como separação estanque dos objetivos do movimento²⁶.

Do ponto de vista estético, encontraremos no Modernismo uma ruptura deveras radical com os pressupostos artísticos dos movimentos anteriores, em especial com o Naturalismo e com o Simbolismo. Veremos abandonada a concepção de arte como uma representação direta da natureza. A obra de arte passa a ser concebida com relativa autonomia face às coisas da natureza. Tomado desse objetivo, o modernismo brasileiro iria se nutrir das fontes artísticas europeias²⁷.

Assim:

Tal coincidência entre o estético e o ideológico se deve em parte à própria natureza da poética modernista. O Modernismo brasileiro foi tomar das vanguardas europeias sua concepção de arte e as bases de sua linguagem: a deformação do natural como fator construtivo, o popular e o grotesco como contrapeso ao falso refinamento academista, a cotidianidade como recusa à idealização do real, o fluxo da consciência como processo desmascarador da linguagem tradicional.²⁸

O Modernismo se configura como um movimento nascido no seio de um Brasil novo. A Nação se via em processo de industrialização e crescente urbanização; mais ainda, recebia significativos fluxos de imigrantes, tudo isto sombreado pela alarmante conjuntura dos anos de guerra.

Percebia-se, com isso, certa similaridade entre o modo de viver dessa sociedade industrial nascente e a própria literatura moderna, identificando-a com “a

²⁵ LAFETÁ, 1930: *a Crítica e o Modernismo*, cit., p. 19.

²⁶ “Distinguímos o projeto estético do Modernismo (renovação dos meios, ruptura da linguagem tradicional) do seu projeto ideológico (consciência do país, desejo e busca de uma expressão artística nacional, caráter de classe de suas atitudes e produções)” Cf. LAFETÁ, 1930: *a Crítica e o Modernismo...* cit., p. 20.

²⁷ LAFETÁ, 1930: *a Crítica e o Modernismo*, cit., p. 22.

²⁸ LAFETÁ, 1930: *a Crítica e o Modernismo*, cit., p. 22

simultaneidade, a rapidez, as técnicas de montagem, a economia e a racionalização da síntese”²⁹.

A ordem do dia, para o movimento em ascensão, era romper com o modelo estético da linguagem literária presente entre os anos 1890 e o começo dos anos 1920 – aquela linguagem “bacharelesca, artificial e idealizante”³⁰, que refletia a própria ideologia da oligarquia rural instalada nas estruturas de poder, já abaladas por todo o processo de mudanças em curso no país.

Curioso notar, no entanto, que não foram os embrionários industriais a elite a alambicar o *frisson* dos anos 20. O mecenato dos aventureiros modernistas seria atributo de uma ala mais elitizada da burguesia rural, o que ilustra o próprio alinhamento, produzido e reproduzido pelos modernistas, entre tradição e inovação, cosmopolitismo burguês e localismo rural.

Mais elegante é Lafetá:

Daí não haver, de fato, nada de espantoso em que uma fração da burguesia rural assumia a arte moderna contra a estética “passadista”, “oficializada” nos jornais do governo e na Academia. Educada na Europa, culturalmente refinada, adaptada aos padrões e aos estilos da vida moderna, não apenas podia aceitar a nova arte como, na verdade, necessitava dela. Por outro lado — e isso ajuda a explicar o caráter “localista” que marca tão fundamentalmente o Modernismo — a par do seu “cosmopolitismo” a burguesia faz praça de sua origem senhorial de proprietária de terras. O aristocratismo de que se reveste precisa ser justificado por uma tradição que seja característica, marcante e distintiva — um verdadeiro caráter nacional que ela represente em seu máximo refinamento. É interessante observar que, ainda em “O movimento modernista”, Mário de Andrade assinala a “imponência de riqueza e tradição” no ambiente dos salões, e se refere várias vezes ao cultivo da tradição, representada principalmente pela cozinha, de cunho afro-brasileiro, aparecendo em “almoços e jantares perfeitíssimos de composição”. Dessa forma, os artistas do Modernismo e os senhores do café uniam o culto da modernidade internacional à prática da tradição brasileira.³¹

²⁹ LAFETÁ, 1930: *a Crítica e o Modernismo, cit.*, p. 23.

³⁰ LAFETÁ, 1930: *a Crítica e o Modernismo, cit.*, p. 22.

³¹ LAFETÁ, 1930: *a Crítica e o Modernismo, cit.*, p. 24.

O que se chama de certa “convergência” entre o projeto ideológico e o projeto estético do Modernismo ocorre em especial durante os anos 20³². Essa fase é também conhecida como a fase heróica do movimento.

Nos anos 1930 o Modernismo ainda estará em pleno vigor, porém com mais maturidade. Deve-se ressaltar, no entanto, que durante a vigência dessa dita maturidade, o movimento passará por uma importante mudança em seu projeto ideológico.

Durante a década de 1920, diz Lafetá, as novas estruturas sociais, econômicas e políticas do Brasil ainda encontram resistência das velhas engrenagens do poder. A política dos governadores, o protecionismo cafeeiro e a permanência das oligarquias rurais, tudo em pleno atrito com a ascensão e a insurgência política, ainda que pequena, da nova burguesia industrial.

Lembre-mos que também veremos nesse período o fortalecimento do “tenentismo” e a própria fundação do Partido Comunista. O novo e o velho estão em franca confrontação no Brasil. O Modernismo se verá na mesma posição: o Simbolismo e o Naturalismo ainda existem, e o movimento deverá disputar espaço com as velhas estruturas e concepções estéticas dominantes.

Nesse momento, o Modernismo ainda não se divide entre diversas correntes antagônicas. Há apenas um desejo de revolução e mudança espelhados nas obras de arte modernistas que, apesar das diversas experimentações estéticas, parecem unificadas em sua aspiração transformadora³³.

Nesse panorama de modernização geral se inscreve a corrente artística renovadora que, assumindo o arranco burguês, consegue paradoxalmente exprimir de igual forma as aspirações de outras classes, abrindo-se para a totalidade da nação através da crítica

³² Avelino Filho, quanto à sincronia entre o projeto ideológico e o projeto estético do modernismo: “O modernismo rompe com esta sociabilidade, talvez adequada à sociedade imperial e escravocrata, ao colocar os grupos populares na ordem do dia como componentes da sociedade e da nação. Portanto, o movimento modernista não pode ser resumido a uma crítica da cultura bacharelesca: ele é também uma tentativa de redescoberta do Brasil, da ambigüidade e riqueza de suas contradições, bem como da impossibilidade de sua negação. Projeto estético e projeto ideológico andavam juntos.” Cf. AVELINO FILHO, George. As Raízes de “Raízes do Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 18, p.35, set. 1987.

³³ LAFETÁ, 1930: *a Crítica e o Modernismo*, cit., p. 27.

radical às instituições já ultrapassadas. Nesse ponto o Modernismo retoma e aprofunda uma tradição que vem de Euclides da Cunha, passa por Lima Barreto, Graça Aranha, Monteiro Lobato: trata-se da denúncia do Brasil arcaico, regido por uma política ineficaz e incompetente.³⁴

Após a Revolução de 1930³⁵, contudo, percebe-se uma mudança no projeto ideológico do Modernismo. Não é de se espantar, já que os tempos já não eram os mesmos. Naquele decênio, há um recrudescimento das disputas entre as correntes ideológicas como o liberalismo, o socialismo, o fascismo e o nacional-socialismo.

O imperialismo e o capitalismo monopolista enfrentam crises desafiadoras. No Brasil, encontraremos o crescimento do Partido Comunista, bem como a organização da Aliança Nacional Libertadora e da Ação Integralista Brasileira. Getúlio Vargas, por seu lado, a pretexto de crítica às instituições liberais, fazia vingar seu corporativismo autoritário³⁶.

Essa efervescência política e ideológica encontrará plena morada no Modernismo; nos anos 1930, já consciente de sua força de renovação estética, o movimento literário passa a se diversificar e se inspirar nas mais diversas fontes. Encontraremos desde as posições mais à esquerda, com a denúncia das condições de vida no campo e nas cidades, bem como produções artísticas francamente reacionárias. Haverá espaço também para aquelas produções de inspiração espiritualista, ou mesmo obras-primas dificilmente enquadráveis nos cânones propriamente ideológicos, como é o caso da produção de Gilberto Freyre³⁷.

³⁴ LAFETÁ, 1930: *a Crítica e o Modernismo*, cit., p. 27.

³⁵ Parece-nos oportuno ressaltar a lição do professor José Luiz Borges Horta, em inspirador ensaio que recompõe a História das Constituições Brasileiras; extrai-se: “A Revolução de 1930, forjada na resistência mineira ao predomínio paulista na Federação, é talvez a única verdadeira revolução verificada no curso de nossa história. Marca o início do Estado social de Direito, com sua preocupação igualitarista, vazada no projeto jurídico do Estado de Bem-Estar Social, a partir de Weimar universalizado no Ocidente, pela via da inclusão no horizonte do constitucionalismo de dois elementos: os direitos sociais e as normas programáticas (ou, como preferimos, políticas).” Cf. HORTA, José Luiz Borges. História, Constituições e Reconstitucionalização do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 94, p. 121-155, 2006.

³⁶ LAFETÁ, 1930: *a Crítica e o Modernismo*, cit., p. 28.

³⁷ LAFETÁ, 1930: *a Crítica e o Modernismo*, cit., p. 29.

Pode-se assim resumir estes dois momentos:

A diferença entre os projetos ideológicos das duas fases vai principalmente por conta dessa agudização da consciência política. O “anarquismo” dos anos vinte descobre o país, desmascara a idealização mantida pela literatura representativa das oligarquias e das estruturas tradicionais, instaura uma nova visão e uma nova linguagem, muito diferentes do “ufanismo” mas ainda otimistas e pitorescas, pintando (como em *Pau-Brasil* e em *João Miramar*, na *Paulicéia desvairada* e no *Clã do jaboti*, no Verdamarelismo) estados de ânimo vitais e eufóricos; o humorismo é a grande arma desse modernismo e o aspecto carnavalesco, o canto largo e aberto, jovem e confiante, são sua meta e seu princípio. A “politização” dos anos trinta descobre ângulos diferentes: preocupa-se mais diretamente com os problemas sociais e produz os ensaios históricos e sociológicos, o romance de denúncia, a poesia militante e de combate. Não se trata mais, nesse instante, de “ajustar” o quadro cultural do país a uma realidade mais moderna; trata-se de reformar ou revolucionar essa realidade, de modificá-la profundamente, para além (ou para aquém...) da proposição burguesa.³⁸

Assim, se nos anos 20, as explosões renovadoras do movimento foram encaradas como excepcionais, já nos anos 30 há uma generalização do campo modernista que permite uma certa diversificação em correntes, uma certa especialização. Com essa incorporação aos hábitos artísticos, o modernismo perde um pouco de sua auréola, valendo-nos da expressão de Antônio Candido³⁹.

Ainda sobre essa passagem do modernismo entre os anos 20 e os anos 30:

Se a década de 20 pode ser caracterizada pela erupção constante de críticas e oposições à sociedade oligárquica, os anos 30, praticamente iniciados com a queda da República Velha, são anos — pelos menos até 37 — de intenso debate político, principalmente porque havia a possibilidade de realização prática dos programas e inovações que haviam surgido na década anterior. Com o rompimento dos obstáculos que impediam o acesso aos canais de comunicação, postos pela república oligárquica, são criadas

³⁸ LAFETÁ, 1930: *a Crítica e o Modernismo*, cit., p. 30

³⁹ CANDIDO, Antônio. A Revolução de 30 e a cultura. In: MONTEIRO, Paula; COMIN, Álvaro (Org.). *Mão e Contramão*. São Paulo: Globo, 2009. p. 33.

condições para uma efetiva divulgação das propostas, antes restritas a grupos setorizados, em um âmbito bem mais amplo.⁴⁰

Do ponto de vista da estética, um modo de escrita mais informal e anticonvencional era visto nas mais diversas produções intelectuais e artísticas. O tipo de escrita anterior, recheado de artificialismo, recebeu ampla rejeição pela fase heroica do modernismo; essa rejeição ao formalismo e a adesão a uma escrita mais simplificada ganhou contornos de hábito nos anos 30, mesmo naqueles círculos que pouco ou nada tinham a ver com o coração do movimento⁴¹.

Em clima de escrita menos excessivamente formalista, e com certa abundância da produção intelectual, é que se verá a radicalização e a diversificação ideológica das produções artísticas e intelectuais modernistas. Isso reforçaria uma ampla tendência crítica da “realidade brasileira” – e não mais a mera celebração da sua singularidade⁴².

O Brasil se torna, para seus cidadãos, um charada a ser desvendada:

A realidade brasileira, passada e presente, torna-se a questão-chave das discussões do período. Todos tentam decifrar esse enigma, como se estivessem a ler, nas linhas das mãos da jovem república que se instalava, alguma indicação de seu destino. Investigava-se a definição do brasileiro, do nacional, de forma a adquirir-se identidade frente aos modelos clássicos de desenvolvimento e progresso; a ter-se claro, por exemplo, como a nação poderia articular-se com a implantação definitiva de uma sociedade de

⁴⁰ Cf. AVELINO FILHO, *As Raízes de "Raízes do Brasil"*, cit., p. 36.

⁴¹ CÂNDIDO, *A Revolução de 30 e a Cultura*, cit., p. 4.

⁴² Não são todas as obras do período, no entanto, que *celebravam* nossa singularidade. Paulo Prado, em *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, não confere à singularidade brasileira notas de festividade, mas, sim, de lamentação. O Brasil, para ele, seria uma terra marcada pela luxúria, pela cobiça e pela tristeza: “Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram. O esplêndido dinamismo dessa gente rude obedecia a dois grandes impulsos que dominam toda a psicologia da descoberta e nunca foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a Renascença fizera ressuscitar.” Interessante notar como o elemento da sexualidade é tratado a partir da ideia da luxúria – portanto, do pecado; será bastante diferente o tom, anos a frente, de Gilberto Freyre, a respeito do mesmo tema. Diz Prado, em tom manifestamente acusatório, sobre os colonos: “nenhum obstáculo encontravam para a satisfação dos vícios e desmandos que na Europa reprimiam uma lei mais severa, uma moral mais estrita e um poder mais forte. Entregavam-se com a violência dos tempos à saciedade das paixões de suas almas rudes. Uma delas foi a lascívia do branco solto no paraíso da terra estranha.” Cf. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 2ª Edição. São Paulo: Ibrasa. 1981, páginas 4 e 44.

mercado brasileira, onde a acumulação capitalista pudesse ser realizada de forma plena, encurtando nosso "atraso" — outro tema importante da época — em relação às nações mais adiantadas.⁴³

A tendência de interpretar e retratar a realidade do país, portanto, não se limitou ao campo de uma certa produção artística de denúncia; mais além, inspirou o vasto campo das ciências a investigar e questionar as questões nacionais.

Nessa caracterização do *ethos* intelectual da época, é que Antônio Candido elegerá as três obras características do período, obras de cunho crítico e, em maior ou menor grau, portadoras de certo “fermento radicalizante”⁴⁴: *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1933); *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936); e já em 1942, a *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior⁴⁵.

1.2. – Sérgio Buarque de Holanda: entre a arte e a política

Raízes do Brasil, obra de nosso central interesse na presente dissertação, veio à lume quando Sérgio Buarque já completava 34 anos; paulistano de 11 de julho de 1902, Sérgio frequentou a Escola Caetano de Campos no ensino primário, e fez seu curso ginásial no Colégio São Bento, no qual, conta-se, deleitava-se na biblioteca.

Sabemos que, desde cedo, era um leitor ávido por temas de História e Literatura, e que “muito jovem, já lia no original o Fausto de Goethe”⁴⁶. Não devemos nos espantar, portanto, que ao fim da adolescência Sérgio já fosse personagem conhecido da vida cultural paulistana; nos anos 20, ajudou a fundar as Revistas *Klaxon* e *Estética*, ladeado por seu amigo Prudente de Moraes Neto. Também morou no Rio

⁴³ Cf. AVELINO FILHO, George. As Raízes de "Raízes do Brasil", *cit.*, p. 37.

⁴⁴ CÂNDIDO, A Revolução de 30 e a Cultura, *cit.*, pgs. 28-30.

⁴⁵ CÂNDIDO, A Revolução de 30 e a Cultura, *cit.*, p. 35.

⁴⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Negação das Negações. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 318.

de Janeiro desde os 19 anos, lá obtendo o grau de bacharel em Direito em 1925; por lá⁴⁷, dividiu-se entre os estudos jurídicos, a crítica literária e a boemia⁴⁸.

Assim é que podemos registrar os anos iniciais de sua vida, valendo-nos de suas próprias palavras:

Nasci em 11 de julho de 1902, na ladeira de São Joaquim, bairro da Liberdade, número 11. Nunca quis ser menino prodígio, mas desde criança me contam um fato curioso: aprendi a ler sozinho, com 5 anos de idade. Eu já sabia as letras, e um dia, ao ver meu pai lendo o jornal, disse: "O Estado de S. Paulo". Foi a primeira coisa que li. Depois tive sarampo, coqueluche, escarlatina, caxumba, e felizmente sobrevivi a esses percalços da vida juvenil. Estudei na Escola Modelo Caetano de Campos, onde fiquei dois anos, e depois no Ginásio São Bento, onde fiquei mais seis. Então minha família se mudou para o Rio e tive que ir junto. Naturalmente, eu precisava encontrar um lugar para estudar, mas não havia uma faculdade de filosofia que eu pudesse fazer. A primeira que apareceu foi a do Distrito Federal, fundada pelo grande educador Anísio Teixeira em 1935, quando eu já estava formado havia dez anos. Por isso fui estudar direito. Não mudei com muita vontade para o Rio. Já tinha meu grupo em São Paulo e custei a me adaptar, mas logo fiz relações. Fiquei representando no Rio a revista Klaxon, fundada em São Paulo pelo movimento modernista.⁴⁹

Sérgio Buarque de Holanda era nome conhecido do movimento e militância modernistas desde sua florescência. Em sua atuação se destaca, além de diversos artigos, ensaios e resenhas de obras literárias, como fundador, divulgador e colaborador de um dos principais veículos impressos do modernismo brasileiro: a *Revista Klaxon*⁵⁰.

⁴⁷ DIAS, Maria Odila. *Negação das Negações*, cit., p. 318.

⁴⁸ Daí dizerem, Pedro Monteiro e Kennedy Eugênio, tratar-se Buarque de “um espírito que conjugou imaginação e rigor nas pesquisas – muitas delas pioneiras, a exemplo de ‘Visão do paraíso’, ou francamente contra a corrente, como em ‘Do Império a República’ – com uma vida dionisiaca que tem rendido muitas anedotas no mundo acadêmico”. Cf. MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. Introdução: um espírito (in)consútil. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 9.

⁴⁹ Cf. BRUNO, Ernani da Silva. Corpo e Alma do Brasil: uma entrevista com Sérgio Buarque de Holanda. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 69, p.8. jul. 2004.

⁵⁰ A respeito da revista Klaxon e sua breve história: “Uma análise de Klaxon demonstra que esta revista circulou entre maio de 1922 e janeiro de 1923 e que foi, na sua curta vida editorial, o primeiro periódico de cunho vanguardista do Brasil. Em seu círculo de colaboradores constavam nomes como

A revista se tornou conhecida não apenas pelo conteúdo literário e artístico, mas por ser verdadeiro instrumento de propagação do novo ideário de vanguarda que se anunciara na Semana de Arte de 1922⁵¹.

Sobre essa participação no início do movimento:

Em meio a nomes afamados como de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, encontramos Sérgio Buarque de Holanda, só posteriormente consagrado como historiador, em seus primeiros passos no processo de contestação das realidades nacionais. Seu envolvimento com o movimento modernista se deu em primeiro momento motivado, não apenas por sua amizade com Mário de Andrade e sua primária admiração por Graça Aranha, mas também por suas leituras. Nos primeiros anos do movimento compartilhou as ideias de busca por uma identidade nacional original para o Brasil. Apesar de sua posterior decepção com os rumos do modernismo brasileiro, esse ideal o acompanhou.⁵²

O engajamento de Sérgio, desde os primórdios do movimento, era notório e profundo. Sua participação envolvia a edição da Revista Klaxon⁵³, e o

os de Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Manuel Bandeira. Contava também com textos escritos, por exemplo, em francês, o que possibilitava uma projeção mais ampla da revista que teve, inclusive, representantes na Suíça, na Bélgica e na própria França. Sérgio Buarque foi seu representante no Rio de Janeiro em todos os números. Quanto ao visual do periódico, era dos mais chamativos, tendo na letra A de sua chamada um enorme destaque em vermelho. Sua linha editorial pautava-se – e não poderia ser diferente – na busca pelo atual, na compreensão de que arte não é uma cópia da realidade, dando destaque, assim, até mesmo ao cinema, então em ascensão. Por problemas no financiamento, o grupo interrompe sua publicação”. Cf. FERREIRA, Cristina; FURTADO, André Carlos. Quando a Exaltação é uma Estratégia Narrativa: Notas sobre Sérgio Buarque de Holanda Modernista (1920-1931). *Expedições*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 205, dez. 2013.

⁵¹ Em entrevista, o autor, então residente no Rio de Janeiro, esclareceu o curioso motivo de não ter comparecido à famosa Semana de Arte de 22, em São Paulo: “Não pude porque tinha exame na faculdade. Eu tinha faltado às provas no ano anterior, o primeiro ano de Direito. A única solução era fazer a segunda época, e os testes caíram exatamente em fevereiro de 1922”. Sabemos que muitos alunos dos bacharelados em Direito do Brasil saberão se identificar com a possível frustração do jovem Sérgio, impedido pelo bacharelado de realizar as atividades que mais lhe tocavam o espírito.” Cf. BRUNO, *Corpo e Alma do Brasil*, cit., p. 5.

⁵² MATOS, Júlia Silveira. Cartas Trocadas: Sérgio Buarque de Holanda e os Bastidores da Revista Klaxon. *Fênix* (UFU. Online), v. 7, p. 4, 2010.

⁵³ Sérgio não cede à modéstia ao tratar do movimento e da revista Klaxon: “Os movimentos modernistas tendentes a substituir e de certo modo continuar as formas persistentes da arte, já caducas e carunchosas, têm-se estendido nestes últimos dez anos por todos os países civilizados, mesmo os da América Latina. Ainda agora assistimos ao surto no Uruguai dos ultraístas com o poeta Alexis Delgado. Entre nós o grupo extremista de Klaxon tem escandalizado alguns homens ingênuos e os 28 milhões de imbecis que ainda existem em nosso país”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de.

desenvolvimento de debates não só de crítica literária, mas também em torno da própria natureza do movimento.

Interessante destacar, por exemplo, que mesmo antes dos 18 anos, Sérgio Buarque já publicaria texto de sua autoria no Correio Paulistano, *Originalidade Literária*, no qual o ainda incipiente crítico intelectual atrelaria a consolidação da literatura nacional à sua fidelidade à tradição⁵⁴. Seria o pai de Sergio quem levaria o artigo para ser publicado no referido jornal, através de Affonso Taunay⁵⁵.

Ao passo que progressivamente se consolida como historiador de renome, Sergio publica alguns textos referentes ao temário da literatura: *Cobra de Vidro*⁵⁶, *Tentativas de Mitologia*⁵⁷ e *Antologia dos poetas da fase colonial*⁵⁸. Os dois primeiros perfazem uma coleção de artigos de crítica literária publicados no Diário de Notícias do Rio de Janeiro entre 1940 e 1941; textos mais tardios, portanto, em relação àquele primeiro, *Originalidade Literária*. Já *Antologia*, compreende textos seus da década de 1950⁵⁹.

O mote da crítica literária brasileira seria abandonado a partir dos anos 50, principalmente em virtude de sua profissionalização como historiador⁶⁰.

Expressionismo. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra: Estudos de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 155.

⁵⁴ A tradição está representada, no artigo, pelas obras do indianismo brasileiro. “Para atingirmos a originalidade, devemos, pois, não esquecer a obra do indianismo no Brasil. Sua restauração hoje seria insensata e estulta, mas a inspiração em assuntos nacionais nos levaria a idênticos resultados por veredas mais suaves.” E arremata em sua conclusão: “O Brasil há de ter uma literatura nacional, há de atingir, mais cedo ou mais tarde, o respeito das nossas tradições e a submissão às vozes profundas da raça acelerarão esse resultado final”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Originalidade Literária*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra: Estudos de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 41.

⁵⁵ WEGNER, Robert. Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda. In: André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz. (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.212.

⁵⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Cobra de Vidro*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

⁵⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979

⁵⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Antologia dos Poetas da Fase Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979

⁵⁹ GALVÃO, Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *cit.*, p. 120.

⁶⁰ “Tendo trabalhado nesse ínterim no Instituto Nacional do Livro (1939-1943), na Biblioteca Nacional (1943-1946) e dirigido o Museu Paulista (1946-196), passara, como vimos, a ser professor da USP em 1957 e se dedicaria a redigir *Visão do Paraíso* para o concurso de cátedra, que ocorreria no ano seguinte”. Cf. GALVÃO, Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *cit.*, p. 122.

As continuidades e discontinuidades presentes por toda a produção intelectual de Sérgio Buarque, sem dúvida alguma, inspiram muito da produção intelectual brasileira – e mesmo estrangeira – até hoje.

Com o aviso de que não pretendemos adentrar em nenhuma delas de modo mais específico, é de se ressaltar que, em *Originalidade Literária*, o ainda inexperiente crítico literário revela traços de seu pensamento que só se consolidariam na maturidade do historiador, como professor catedrático⁶¹ de História do Brasil⁶². Referimo-nos às diferenças que Sérgio traça entre o imaginário dos portugueses, mais realista, e o imaginário espanhol, mais fantástico; esse argumento perpassa diversos momentos de sua obra, fazendo-se presente, inclusive, em *Raízes do Brasil*.

Em *Visão do Paraíso* ganha solidez a ideia de que a colonização da América Portuguesa é distinta da colonização da América Espanhola; a justificativa seria a imaginação espanhola de seu território colonial enquanto *Paraíso* – no sentido bíblico, edênico –, ares mais coloridos e lendários que a visão dos portugueses.

Ao lado disso, não é menos certo que o mundo lendário nascido nas conquistas castelhanas e que suscita eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas, fontes de juventude, tende antes a adelgaçar-se, descolorir-se ou ofuscar-se, desde que se penetra na América lusitana.⁶³

Notável é a semelhança desse argumento – a pouca inclinação portuguesa para as coisas fantásticas comparada ao fértil imaginário espanhol – com o que já se

⁶¹ Substituiu o professor Alfredo Ellis Júnior. Cf. SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Revista Sociedade e Estado*, São Paulo, v. 26, n. 1, p.242, abr. 2011

⁶² Recomendamos também saboroso relato de Maria Odila Dias sobre os anos de Sérgio Buarque de Holanda como professor da USP. “Em 1956, aos cinquenta e quatro anos e já autor consagrado, Sergio Buarque de Holanda deixou a direção do Museu Paulista para assumir a cátedra de História do Brasil no Departamento de História da FFLCH. No apogeu de sua criatividade, trouxe para o meio acadêmico a vibração intelectual que acompanhava o seu temperamento alegre e expansivo. A sua chegada coincidiu com os últimos anos antes da ditadura militar, quando a Universidade florescia e as possibilidades se revelavam mais tangíveis. Pode-se afirmar que sua passagem pela USP foi um sintoma de amadurecimento da instituição e de abertura nas relações do meio universitário com a sociedade” Cf. DIAS, Maria Odila Leita da Silva. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p.269, set. 1994.

⁶³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 129.

esboçava em *Originalidade Literária*. Ali já se percebia o labor próprio de Sérgio, decidido a comparar os traços entre a literatura brasileira e a literatura da América espanhola.

Segundo o autor, os primeiros traços de uma literatura originalmente americana seriam perceptíveis pelo espanto, admiração e surpresa dos colonizadores frente às paisagens que encontraram, repletas de “uma nova flora mais grandiosa e magnífica do que a que os cercara no ambiente primitivo” e também de uma fauna “mais rica e interessante que a europeia e, principalmente, de nações selvagens desconhecidas até então para eles, de costumes, tradições, ideias e crenças diversas das suas”⁶⁴.

Para o jovem Sérgio, seria “natural que a impressão causada pela observação dessa natureza onímoda convelisse as manifestações intelectuais dos conquistadores, dos moldes consuetudinários”⁶⁵.

Havia um esforço de poetizar esse assombro que causava nos colonizadores a descoberta de tal novo mundo. Sérgio alerta, no entanto, que “no Brasil, o espetáculo divergiu bastante”⁶⁶.

O realismo português, pouco afeito aos adornos imaginativos em torno de um *Éden* que se constituiria sobre essas novas terras, já se insinua nos escritos do jovial crítico literário:

O povo português, menos idealista e, se quiserem, mais prático que o espanhol, não teve uma impressão tão sutil da natureza do Novo Mundo como aquele. Além disso, as tribos selvagens e erradias que aqui habitavam não podiam inspirar, aos dominadores, em geral incultos e rudes, senão desprezo e ódio. Por isso, afora as narrações áridas e ingênuas dos cronistas, não tivemos nenhum poema ou epopeia dignos desse nome.⁶⁷

⁶⁴ HOLANDA, *Originalidade Literária, cit.*, p. 36.

⁶⁵ HOLANDA, *Originalidade Literária, cit.*, p. 36.

⁶⁶ HOLANDA, *Originalidade Literária, cit.*, p. 37.

⁶⁷ HOLANDA, *Originalidade Literária, cit.*, p. 36.

O contraponto entre os portugueses e os espanhóis de *Originalidade Literária*, ademais, ressoaria para além do aclamado *Raízes*, alcançando, muitíssimos anos depois, o inspirado *Visão do Passado*.

Trazer a lume tais excertos da vida de Sérgio, vai de encontro ao nosso juízo de que um autor – ainda quando investigado a partir de uma específica obra ou texto⁶⁸ - deve ser entendido na inteireza de sua obra e também de seu contexto biográfico.

Assim, diríamos:

Ler *Raízes do Brasil* à luz de sua formação intelectual implica relacionar sua militância modernista com uma vocação irreverente de historiador iconoclasta, no período que vai da década de 20 ao Estado Novo. Entender os meandros que o levaram a exercer as atividades de crítico literário e de historiador do Brasil pressupõe as afinidades entre o historismo e a militância modernista como uma vanguarda do pensamento de seu tempo.⁶⁹

No caso de Sérgio Buarque, parece-nos fundamental colocar sob análise que o tema das *raízes* da literatura de um país esteja fundamentalmente ligado à sua colonização; veremos que, em *Raízes do Brasil*, uma linha argumentativa muitíssimo parecida se desenha. Será o modo de agir do colonizador português, o espírito e a cultura dos ibéricos, que moldarão a formação do Estado Nacional.

Como já adiantamos, no contexto do modernismo, alguns autores apontam para o fato de que foi a própria “normalização” do movimento, sua absorção à rotina intelectual e cultural do Brasil, que permitiu a ascensão de uma onda de produções de interpretações do Brasil nos desafiantes anos 30. É o caso de *Casa-*

⁶⁸ O objetivo, na presente dissertação, é tratar mais especificamente do tema do ensaio mais conhecido e impactante de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*.

⁶⁹ DIAS, Maria Odila. *Negação das Negações*, cit., p. 318.

Grande é Senzala, de Gilberto Freyre⁷⁰; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior⁷¹; e do próprio *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda⁷².

Sobre o espírito vanguardista do movimento literário modernista e essa rica profusão de produções a respeito das origens formativas de nosso país:

A normalização do legado modernista dos primeiros tempos trazia fôlego novo para as aventuras literárias e, logo mais, científicas encetadas por novas gerações. A crescente urbanização e industrialização formavam o cenário em que um novo equilíbrio se estabelecia, em que novas personagens podiam surgir e em que se percebia, cada vez mais, que mesmo as velhas personagens não eram ainda suficientemente conhecidas. Restava ao conjunto da sociedade cultivar um mergulho em seu próprio passado, em busca de uma identidade coletiva que logo se revelaria quimérica, já que muitas eram as identidades que podiam explicar o país.⁷³

De fato, a década de 1930 é palco de um especial período de agitação intelectual. Entretanto, não devemos imaginar que períodos anteriores não tenham difundido inquirições e inquietações sobre o Brasil e sua história, nem, tampouco, que a Revolução de 1930 tenha sido a única causa de uma tal explosão cultural.

Como esclarece Pedro Meira Monteiro, a Revolução de 1930 se insere em um contexto em que essas novas aspirações do público e da academia se tornaram, na verdade, rotineiras; este contexto, aliás, restaria seriamente ameaçado a partir do

⁷⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande é Senzala*: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003

⁷¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁷² Maria Odila Leite ressalta a razão pela qual é vital entender a militância modernista de Sérgio. Sua principal obra, *Raízes do Brasil*, se situaria numa espécie de transição entre o Sérgio estudioso da literatura e o Sérgio historiador. Assim ela resume, em breve nota bibliográfica: “Na década de 30, Sérgio Buarque de Holanda ainda parecia oscilar nas suas vocações de jornalista crítico do presente e de historiador da sociedade e da cultura brasileiras. Nessa época escreveu *Raízes do Brasil*: livro elaborado no decorrer de muitos anos de atividade jornalística, de ensaísta e de crítico literário, foi o fruto de um longo processo de maturação de afinidades intelectuais e de inquietações políticas”. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, Historiador. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985. p. 9-40.

⁷³ MONTEIRO, A *Queda do Aventureiro*, cit., p. 38.

golpe de 1937. Àquela altura, no entanto, a rotina modernista já estava bastante estabelecida, ao menos, claro, nas trincheiras acadêmicas⁷⁴.

O período exigia dos intelectuais uma árdua tarefa de introspecção, de autoconhecimento e de questionamento a respeito das alternativas políticas ao país; os debates a respeito de seu próprio tempo levaria os intelectuais a indagarem sobre as origens formativas do caráter nacional. Em outras palavras:

É no seio daquela necessidade de introspecção, imaginada por Gilberto Freyre, que encontraremos Sergio Buarque e suas *Raízes do Brasil*. Respondendo ao debate do tempo, sobre as alternativas políticas do país à esquerda e à direita e sobre o resgate ou não de tradições de que seríamos herdeiros, o historiador, numa atitude abertamente modernista, procura iluminar o passado. Destarte, abriria os olhos de seus leitores ao condicionalismo que este mesmo passado lhes poderia impor, sugerindo contudo o espaço de liberdade e criação que restaria aos indivíduos caso o espírito democrático pudesse vigorar entre eles. Caso os indivíduos se concertassem em torno desse espírito.⁷⁵

Assim, é justamente nesse rico solo em que Sergio Buarque faria florescer *Raízes do Brasil*⁷⁶. O Modernismo avigorara o instinto de real compreensão do homem brasileiro, do seu verdadeiro sentido e posição perante a civilização que se formava.

Raízes do Brasil é a contribuição de Sérgio para o debate do caráter nacional, da celebração da singularidade brasileira. Toda aquela inquietação que já nos anos 20 permitiu ao crítico em formação abrolhar *Originalidade Literária*, desabrocharia infinitamente mais retumbante em *Raízes do Brasil*⁷⁷. O Sergio de *Raízes* tem mais siso científico, por assim dizer, do que o Sérgio do heroísmo iconoclasta dos anos 20;

⁷⁴ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 36.

⁷⁵ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 38.

⁷⁶ “É dentro deste quadro que o desenvolvimento de um mercado editorial vai tomando vulto. *Raízes do Brasil*, a propósito, é o primeiro número da coleção Documentos Brasileiros, editada por José Olympio. Tal coleção teria como primeiro coordenador Gilberto Freyre, que, prefaciando o ensaio de Sergio Buarque, apresenta aquela empresa editorial como algo que vinha responder à ‘ânsia de introspecção social’ da ‘nova inteligência brasileira’”. Cf. MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 38.

⁷⁷ CASTRO, Conrado Pires de. Motivos Ibéricos, Pretextos Literários. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 181-208

entretanto, impossível não notar que o jovem aspirante à crítica nacional já trazia consigo os germes da revelação de 1936.

A esse respeito, Maria Odila Leite da Silva Dias defende, inclusive, que o mote de *Originalidade Literária* transcenderia os cercos da Literatura Nacional; para muito além, já teríamos, ali, elemento próprio da Cultura Nacional – que não pode ser imposta por mera vontade ideológica, mas, em verdade, realiza-se pelo edifício histórico da tradição⁷⁸.

Sobre esta relação de Sérgio dos primeiros anos de modernismo com o passado e a tradição:

Tinha justamente como desafio a interpretação de resquícios do passado de que, como modernista, queria se libertar. Para tanto, tinha como meta uma árdua militância crítica através de assíduo diálogo com testemunhos de tempos idos. Iconoclasta, achava importante reviver o passado à luz do presente. Em 1920, já discordava de Alceu Amoroso Lima, para o qual os modernistas não deveriam interessar-se pela história do Brasil.⁷⁹

Para melhor entendermos a posição de Sérgio Buarque a respeito do modernismo, em sua fase heroica, voltemos nossas atenções para a um de seus textos mais icônicos do período de militância: *O lado oposto e outros lados*.

Neste ensaio, Sérgio Buarque nos apresenta sua visão sobre a construção de uma arte que realizasse o ideal de “expressão nacional”⁸⁰. Para tanto, investiga a agitação da década de 20, comparando-a com a expressão artística da década anterior; evidentemente, reserva o tom elogioso aos modernistas, restando apenas as mais duras críticas aos artistas da década de 1910.

⁷⁸ É bastante sugestivo que seu primeiro artigo, publicado em 1920, tivesse como tema a originalidade nacional da literatura brasileira, a qual pressupunha “uma formação demorada e gradual dos sentimentos”. “Os modernistas negavam a história ao pretenderem reinventar de chofre a nacionalidade brasileira. Sérgio Buarque de Holanda opunha-se a esses voluntarismos caprichosos como se opunha ao fascismo ou ao liberalismo. Uma cultura nacional não surgiria por mera vontade ideológica”. Cf. DIAS, Maria Odila. *Negação das Negações*, cit., p. 319.

⁷⁹ DIAS, Maria Odila. *Negação das Negações*, cit., p. 319.

⁸⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Lado Oposto e Outros Lados*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra*. Estudos de crítica literária. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 224.

Ali, veremos um Sérgio que se opõe radicalmente àqueles que se encontram do “lado” academicista da arte nacional. Para o então jovem crítico, não seria da inteligência, do cérebro de algum dos poetas, que nasceria a nova arte de expressão nacional, ou melhor, não seria da vontade ideológica de nenhum autoproclamado iluminado que a veríamos brotar. Antes de emergir de nossa “vontade”, nasceria, mesmo, “de nossa indiferença”.

Assim esboça sua crítica:

Está visto que pra mim os que exprimem o momento atual neste ano de 1926 contam muito mais do que os de 1916. A gente de hoje aboliu escandalosamente, graças a Deus, aquele cepticismo bocó, o idealismo impreciso e desajeitado, a poesia “bibelô”, a retórica vazia, todos os ídolos da nossa intelligentsia, e ainda não é muito o que fez. Limitações de todos os lados impediam e impedem uma ação desembaraçada e até mesmo dentro do movimento que suscitou esses milagres têm surgido germens de atrofia que os mais fortes começam a combater sem tréguas. É indispensável para esse feito romper com todas as diplomacias nocivas, mandar pro diabo qualquer forma de hipocrisia, suprimir as políticas literárias e conquistas uma profunda sinceridade para com os outros e para consigo mesmo. A convicção dessa urgência foi pra mim a melhor conquista até hoje do movimento que chamam de “modernismo”. Foi ela que nos permitiu a intuição de que carecemos, sob pena de morte, de procurar uma arte de expressão nacional.⁸¹

O leitor atento certamente perceberá que o parágrafo que ora trazemos bem representa os anseios da primeira fase modernista, e sua forte ênfase no *projeto estético*. *O Lado Oposto e Outros Lados* é de efetiva serventia como um manifesto das ambições estéticas modernistas: o rompimento com os padrões, com as velhas amarras literárias, tudo isto com o objetivo de erigir uma arte espelhada na alma nacional⁸².

⁸¹ HOLANDA, *O Lado Oposto e Outros Lados*, *cit.*, p. 224.

⁸² Nas palavras de Avelino Filho: “Através de uma rápida análise, pode-se constatar que o modernismo brasileiro aparece, num primeiro momento, como crítica a quase tudo, visando principalmente ao formalismo da cultura da época e ao caráter bacharelesco e beletrista do pensamento, o que o mantém mais e mais distante da realidade. Trata-se, antes de mais nada, de remover os obstáculos postos pela intelectualidade vazia, e libertar as verdadeiras faces da cultura nacional através de uma reatualização estética.” Cf. AVELINO FILHO, George. *As Raízes de "Raízes do Brasil"*, *cit.*, p. 34.

A crítica buarqueana é dura, e mesmo autores para ele, qualificados, não escapam de uma viperina investida contra a estética que representam; o heroico Sérgio modernista vê nos academicistas como Graça Aranha e Guilherme de Almeida, *fantasmas*, figuras que, mesmo estando entre as melhores do dito *academismo*, “falam uma linguagem que a geração dos que vivem esqueceu há muito tempo”⁸³.

É assim, com contundência⁸⁴, que Buarque demarca aqueles meandros que opõem os “lados” do modernismo:

De certo modo continuaram a tradição da poesia, da literatura “bibelô”, que nós detestamos. São autores que se acham situados positivamente do lado oposto e que fazem todo o possível para sentirem um pouco a inquietação da gente da vanguarda. Onde essa feição de obra trabalhada conforme esquemas premeditados, essa ausência de abandono e de virgindade que denunciam os seus livros. Toda a América e Raça seriam talvez bem mais significativos para a gente se não fosse visível a todo momento a intenção dos seus autores de criarem dois poemas geniais. Essa intenção é sobretudo manifesta em *Toda a América*. É um dos aspectos que tornam mais lamentável e pretensioso o movimento inaugurado pelos nossos acadêmicos “modernizantes”. Houve um tempo em que esses autores foram tudo quanto havia de bom na literatura brasileira. No ponto em que estamos hoje eles não significam mais nada para nós.⁸⁵

Conforme Robert Wegner esclarece, a posição de Sérgio Buarque de Holanda é de certa indocilidade em relação à tradição europeia, a fim de que se construísse uma verdadeira tradição nacional⁸⁶. Daí seu elogio a Oswald de Andrade,

⁸³ HOLANDA, *O Lado Oposto e Outros Lados*, *cit.*, p. 225.

⁸⁴ Sobre isso, Conrado Castro anota que Sérgio participa do debate da época com uma *sinceridade* “que o levou a demarcar o campo modernista em duas vertentes: o lado dos que contavam e os outros lados, em que se agrupava a esquadra dos que chamou acadêmicos modernizantes. De um lado os que, insistindo ‘sobretudo nessa panacéia abominável da construção’, procuravam ditar soluções ordenadoras para o fundo caótico das agitações modernistas; de outro os que apostavam mesmo nessa excessiva agitação interior como o caminho seguro, ainda que titubeante, para a conquista da verdadeira arte de expressão nacional”. Cf. CASTRO, *Motivos Ibéricos, Pretextos Literários*, *cit.*, p. 196.

⁸⁵ HOLANDA, *O Lado Oposto e Outros Lados*, *cit.*, p. 225.

⁸⁶ Aquela coincidência entre um projeto ideológico e o projeto estético se repetem em Sérgio Buarque de Holanda. “Buarque de Holanda requeria sintonia entre o discurso modernista e sua prática, pois não bastava anunciar a recusa de uma arte antiquada e continuar a praticá-la na literatura, na pintura, artes plásticas ou em composições musicais”. Cf. FERREIRA, Cristina; FURTADO, André Carlos. Quando a Exaltação é uma Estratégia Narrativa, *cit.*, p. 196.

e sua crítica a Mário de Andrade; por isso seu elogio ao indianismo, à fauna e à flora nacionais⁸⁷.

Não nos surpreenderíamos com a notícia de que *O Lado Oposto e Outros Lados* causou grande controvérsia⁸⁸, e certa dose de mágoas pessoais com os amigos Guilherme de Almeida e Mário de Andrade. Com certa desolação após a querela com os companheiros⁸⁹ de militância artística, evadiu-se para o Espírito Santo.

Já formado em Direito e ainda sem completar 25 anos, Sérgio Buarque de Holanda chegou a atuar como promotor de justiça em Cachoeiro do Itapemirim, onde dirigia, também, o jornal *O Progresso*. A estadia se estenderia entre 1925 e 1927.

⁸⁷ WEGNER, *Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda*, cit., p. 213.

⁸⁸ Conta-se, no entanto, que a desavença pessoal já se estabelecia desde que Holanda e Moraes Neto assinaram uma resenha de *Estudos Brasileiros*, obra de Ronald de Carvalho que reunia conferências proferidas no México sobre o caráter brasileiro. Nesse texto, já se anunciava o desconforto do “lado oposto” com os lados acadêmicos do modernismo que não se propunham a uma crítica contundente às tradições européias, e que não se propusessem a escrever uma História do Brasil realmente inovadora. Chegam a dizer que, no Brasil, há “tantos historiadores e tão pouca história”. O pecado de Ronald de Carvalho residiria, segundo eles, no seguinte: “O que nos falta – um pouco de espírito crítico – falta também ao livro, que não consegue colocar homens e fatos à vontade nos seus lugares. Sobre nossa nacionalidade, sobre nossas letras, sobre nossas artes, quase nada que já não tenha se dito. E todos esses assuntos estão exigindo revisão urgente. Seria necessário estudá-los com espírito novo, ousado, irreverente, sem a menor preocupação com o que escreveram Rocha Pombo e Sívio Romero” Mais a frente, já no fim do texto, o único elogio que conseguem esboçar ao autor e ao livro residem na “clareza rara” com que escreve. Parece-nos razoável afirmar que, nessa crítica, anterior ao texto “O Lado Oposto e os Outros Lados”, já se prenuncia a oposição de Sérgio e Prudente ao modernismo academista, que não rompe definitivamente com a tradição. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Ronald de Carvalho – Estudos Brasileiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra*. Estudos de crítica literária. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 204.

⁸⁹ Prudente de Moraes Neto, por sua vez, saiu em socorro de Sérgio Buarque de Holanda, redigindo um texto, publicado no jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, em outubro de 1926. Prudente reafirma os argumentos de Sérgio Buarque, quase um por um, inclusive no elogio à poesia Pau-Brasil de Oswald de Andrade. A contundência de Moraes Neto é da mesma monta da de Sérgio, como podemos ver nas linhas finais do texto, nas quais o autor argumenta pela retirada de amarras tradicionais, levando ao extremo, talvez, a posição do próprio Buarque de Holanda: “Há falta de ar na literatura dos que se sujeitam. A gente se sente mal à vontade. A tal panacéia da construção, resultado da submissão a umas tantas idéias inalteráveis, viria criar para nós uma situação intolerável de dever social e nos faria passar desse a um sem número de compromissos. Os que se comprazem nessa atmosfera têm de ser forçosamente os conformados com todas as exigências da vida em sociedade, os habituados a cumprir sem exame quaisquer imposições e formalidades dela, os que agem e pensam de acordo com a boa regra e o bom-tom, numa palavra, as pessoas bem-educadas. Ora, nós precisamos de homens sem educação.” Cf. “NETO, Prudente de Moraes. O Lado Oposto e outros lados. *Revista Brasil*. p. 10.

Sérgio abandonou a atividade forense⁹⁰ depois de seu primeiro e único caso⁹¹ e retornou ao Rio de Janeiro, onde havia cursado o bacharelado, para ser jornalista e tradutor de telegramas no Jornal do Brasil⁹². Valeu-se, daquele desterro em Espírito Santo, para se afastar dos debates mais calorosos do Modernismo.

1.3. - Enfim, *Raízes do Brasil*

Comprometido com a carreira jornalística, Sérgio Buarque fez uma importante e marcante viagem. Correspondente dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, partiu para a Alemanha em 1929, presenciando a efervescência da República de Weimar e já entrevedendo os primeiros passos do nacional-socialismo.

Durante esse período, Sérgio Buarque de Holanda se dedicou ao envio de artigos para o *Jornal*, no Brasil; traduziu o filme *Anjo Azul* (de Josef Von Stenberg) e assistiu às aulas de Friedrich Meinecke na Universidade de Berlim⁹³. Colaborou com

⁹⁰ Não retornou ao exercício da prática forense e, anos depois, no ensaio que prenuncia *Raízes do Brasil*, intitulado *Corpo e Alma do Brasil* (1935), deixa certa pista de seu sentimento a respeito da prática do direito ao utilizar a expressão “Povo de advogados, negação do pragmatismo” para esboçar sua crítica à política nacional. E completa, criticando o espírito legístico-formalista dos construtores das instituições liberais: “Acreditam sinceramente que da sabedoria e coerência das leis depende diretamente a perfeição dos povos e dos governos”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Corpo e Alma do Brasil*. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Página 590.

⁹¹ Em divertido relato dado pelo próprio Holanda, em entrevista publicada na Revista Novos Estudos-Cebrap, ele conta o episódio: “Eu tinha sido convidado para dirigir um jornal em Cachoeiro do Itapemirim, chamado *O Progresso*. Era um jornal do governo, e como comecei a publicar muito artigo da oposição o pessoal ficou zangado comigo. Então fiquei ali só seis meses, isso em fins dos anos 1920. Mas enquanto morava lá me chamaram para substituir o promotor da cidade de Muniz Freire, porque o sujeito tinha ido embora com medo de ser morto. Então, meio inconsciente, acabei indo. Levei seis horas a cavalo. Lembro que eu ficava para trás: meu cavalo nunca alcançava o do advogado de defesa. Passei para mula e não adiantou nada — continuei atrás. Chegando lá, fiz a acusação. Naturalmente, os acusados foram absolvidos. Eram dois criminosos. Eles tinham matado o delegado. Eram dois pretos. Essa foi minha única experiência jurídica”. Cf. BRUNO, *Corpo e Alma do Brasil*, cit., p. 14.

⁹² WEGNER, *Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda*, cit., p. 213.

⁹³ WEGNER, *Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda*, cit., p. 213.

a revista *Duco*⁹⁴ e estudou História e Ciências Sociais, com ênfase em autores como o próprio Meinecke⁹⁵, Sombart e Weber.

Jamais renunciou à boemia – nota biográfica recorrente em diversos textos sobre o autor – ainda assim, Sergio encontrou tempo para se dedicar a um projeto que nunca chegou a se completar: *Teoria da América*⁹⁶. Desse projeto inacabado, no entanto, nasceu *Raízes do Brasil*.

Segundo Wegner:

O livro não foi escrito, mas a partir daquelas anotações o autor elaborou um artigo publicado em 1935 na Revista Espelho, intitulado “Corpo e Alma do Brasil”. Com alterações, esse artigo compôs dois capítulos do ensaio publicado no ano seguinte, *Raízes do Brasil*.⁹⁷

Ou, na sincera narrativa do próprio autor:

Na Alemanha eu fazia basicamente trabalhos para ganhar dinheiro, mas comecei a escrever um ensaio que se chamava “Teoria da América”. Ficou enorme, e se lido hoje, em conjunto, era um trabalho muito ruim. Mas tinha umas partes que achei menos ruins. Publiquei uma parte desse trabalho numa revista alemã comercial, de amenidades, pois, como disse, trabalhava pelo dinheiro. Aproveitei um pouco desse material para o *Raízes do Brasil*, mas obviamente não posso concordar com muito do que foi dito ali. Isso foi por volta dos anos 1930: eu tinha meus 27, 28 anos. Quando o José Olympio resolveu lançar a coleção Documentos Brasileiros sugeriram que esse trabalho servisse de primeiro volume, mas precisava aumentar muito, e a essa altura o título já era outro, “Corpo e alma do Brasil”, que hoje é o título de uma coleção dirigida pelo Fernando Henrique Cardoso. O fato é que abandonei esse

⁹⁴ WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 27.

⁹⁵ Friedrich Meinecke foi um historiador alemão nascido em Salzwedel. Foi Professor da Universidade de Estrasburgo e atuou como editor da revista *Historische Zeitschrift* entre 1896 e 1935. Presidiu o *Historische Reichskommission* de 1928 a 1935, sendo demitido logo em seguida por não concordar com os rumos que seguia o regime nazista. Em 1948 ajudou a fundar a Universidade Livre de Berlim. *Die Entstehung des Historismus* (O surgimento do historicismo) é uma de suas maiores contribuições para o pensamento da História moderna. Cf. POIS, Robert, *Friedrich Meinecke e a política alemã no século XX*, Berkeley: University of California Press, 1972.

⁹⁶ WEGNER, A Conquista do Oeste, cit., p. 27.

⁹⁷ WEGNER, A Conquista do Oeste, cit., p. 27.

título depois que Manuel Bandeira me disse que um cronista mundano havia publicado um livro chamado *Corpo e alma de Paris*. Achei isso razão suficiente para mudar o nome. Então ficou *Raízes do Brasil*.⁹⁸

Realmente, a publicação de *Raízes do Brasil* foi precedida por outro ensaio, anunciando as linhas mestras da futura obra mais conhecida de Sérgio Buarque de Holanda⁹⁹. Tal ensaio, *Corpo e Alma do Brasil*, fora publicado em março de 1935 – um ano antes, portanto, de *Raízes* –, na Revista *Espelho*.

Nosso ponto principal, todavia, ainda não será o de explorar as linhas argumentativas principais de *Raízes*; isto faremos mais adiante. Por enquanto, preferimos ressaltar, principalmente, as linhas de continuidade que se operam entre a atividade de crítica literária e a produção da obra com que Sérgio finalmente se apresentaria ao público como historiador.

Estamos de acordo, doravante, com a afirmação categórica de Conrado Pires de Castro, em seu elucidativo *Motivos Ibéricos, Pretextos Literários: Aspectos Modernistas de Raízes do Brasil*:

Não basta inquirir como *Raízes do Brasil* se situa no horizonte do Modernismo ou mesmo como atua perante ele. Também é de fundamental importância averiguar de que forma as tensões modernistas se objetivam no corpo desse ensaio.¹⁰⁰

Certamente, não é das tarefas mais laboriosas identificar de que modo as “tensões modernistas” ganham corpo em *Raízes do Brasil*. Ao fazê-lo, todavia, não deve o leitor olvidar – como enfaticamente ressaltamos – as mudanças que se operam

⁹⁸ BRUNO, *Corpo e Alma do Brasil*, *cit.*, p. 7.

⁹⁹ *Raízes do Brasil* é também a obra de Sérgio Buarque de Holanda mais conhecida fora do Brasil. Como diz Walnice Galvão: “Também, para azar dos não-brasileiros, de todos os seus livros, só *Raízes do Brasil* foi várias vezes traduzido, e em primeiro lugar na Itália, com o título de *Alle radici del Brasile* (Fratelli Bocca Editori, 1954). A propósito, nosso autor gostava de contar que o livro fôra visto naquele país na seção de Botânica de uma livraria. Depois, sairia no México *Raíces del Brasil* (Fondo de Cultura Económica, 1955). Haveria duas edições japonesas (Tóquio: Shinsekaisha, 1971 e 1976) e uma chinesa (Pequim: Serviço de Difusão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, 1995) e a francesa, *Racines du Brésil* (Paris: Gallimard, 1998). Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *cit.*, p. 119.

¹⁰⁰ CASTRO, *Motivos ibéricos, pretextos literários*, *cit.*, p. 183.

no movimento dos anos 20 para os anos 30, ou seja, a proeminência do projeto ideológico sobre o projeto estético.

Deveremos procurar na obra que ora estudamos, portanto, não aquela mera exaltação da singularidade nacional, uma mera quebra de padrões estéticos da escrita. Ao investigar *Raízes do Brasil* como parte do movimento modernista do decênio de 1930, estamos à procura de uma obra que tenha como objetivo a perscrutação de nossas origens, a investigação do caráter nacional, dessa vez, como problema. O Brasil, portanto, como enigma a ser *resolvido*.

Para Pedro Meira Monteiro:

Em *Raízes do Brasil* há uma singular tipologia, onde o que há de generalizante vai logo ganhando matizes, transformando-se aos poucos numa poderosa ferramenta de compreensão. Num primeiro lançar de olhos, não é incomum detectar-se naquele ensaio uma tentativa de generalização e compreensão global da sociedade brasileira, como se o autor simplesmente buscasse a essência da formação nacional.¹⁰¹

Embora a linha argumentativa de *Raízes* seja mais ampla e densa do que uma mera busca da essência da formação nacional, certamente essa busca está presente e forma o núcleo do livro. Essa busca haverá de compreender a chegada dos europeus nas terras ultramar, e a conseqüente tentativa de implantação de sua cultura. Para Sérgio, “o fato dominante e mais rico em conseqüências” das origens da sociedade brasileira¹⁰².

Sérgio identifica em Portugal e Espanha um ingresso tardio na cultura europeia, o que moldaria o modo de viver dessas sociedades e, por conseqüência, daqueles territórios por eles colonizados. Seriam países “de fronteira” em relação à Europa. Entre os ibéricos, encontraríamos certas características de personalidade que não estariam presentes nos outros países do Velho Continente.

¹⁰¹ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 35.

¹⁰² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 199, p. 31.

Essas características estariam ligadas a um certo “culto de personalidade”, marcas de um individualismo histórico nesses territórios, o que levaria à imensa dificuldade de erigir formas de organização duradouras¹⁰³.

Assim, Sérgio busca, nas linhas da psicologia social dos colonizadores europeus, os traços marcantes e indeléveis do caráter nacional. É essa cultura da personalidade identificada por Sérgio que permite alcunhar “o homem cordial”, o característico homem brasileiro. Inspirara-se em Ribeiro Couto, pioneiro da expressão.

Atentemos: Sérgio Buarque, ao traçar os elementos subterrâneos que fazem emergir o *homem cordial* – a manifestação de uma “ética de fundo emotivo”¹⁰⁴ –, volta-se para a antiga saga da caracterização do *Corpo e da Alma Nacional*, o que o leva a rememorar, para tanto, o percurso de nossa colonização¹⁰⁵.

Como sabemos, a busca pela tessitura do caráter nacional sempre foi tema dos modernistas heroicos. Já *Raízes* é o que se espera de uma produção intelectual dos anos 30: ares rotinizados e profissionalizados, às voltas com uma investigação dos problemas nacionais, e não mais uma simples exaltação daquilo que o país teria de *sui generis*.

Assim, o presente esforço não é mero deleite acadêmico. Buscamos compreender o debate político da época, e o modo que Sérgio, a todo momento, relaciona o caráter “cordial” do homem brasileiro às diversas questões a serem enfrentadas pela biografia política nacional, como, por exemplo, o patrimonialismo. Se *Raízes do Brasil*, portanto, marca o passo firme de Sérgio Buarque em direção ao *projeto ideológico* do Modernismo¹⁰⁶.

¹⁰³ “É dela que resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida.”. Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 32.

¹⁰⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 148.

¹⁰⁵ “Assim, em *Raízes do Brasil* aparece a metáfora do homem cordial como a indicar um processo em que a persistência do uso costumeiro, de facções familiares e de particularismos dificultava a consolidação do Estado e do domínio de leis gerais”. Cf. DIAS, Maria Odila. *Negação das Negações*, cit., p. 330.

¹⁰⁶ George Avelino Filho assim resume os motivos ideológicos que embasam a crítica do ensaio: “*Raízes do Brasil* é publicado em 1936, e pode ser lido como a identificação dos obstáculos que

Sobre isso, Antônio Candido, em seu seminal “O significado de Raízes do Brasil”:

Num momento em que os intérpretes do nosso passado ainda se preocupavam sobretudo com os aspectos de natureza biológica, manifestando, mesmo sob aparência do contrário, a fascinação pela “raça”, herdada dos evolucionistas, Sérgio Buarque de Holanda puxou a sua análise para o lado da psicologia e da história social, com um senso agudo das estruturas. Num tempo ainda banhado de indisfarçável saudosismo patriarcalista, sugeria que, do ponto de vista metodológico, o conhecimento do passado deve estar vinculado aos problemas do presente. E, do ponto de vista político, que, sendo o nosso passado um obstáculo, a liquidação das “raízes” era um imperativo do desenvolvimento histórico. Mais ainda: em plena voga das componentes lusas avaliadas sentimentalmente, percebeu o sentido moderno da evolução brasileira, mostrando que ela se processaria conforme uma perda crescente das características ibéricas, em benefício dos rumos abertos pela civilização urbana e cosmopolita, expressa pelo Brasil do imigrante, que há quase três quartos de século vem modificando as linhas tradicionais. Finalmente, deu-nos instrumentos para discutir os problemas da organização sem cair no louvor do autoritarismo e atualizou a interpretação dos caudilhismos, que então se misturavam às sugestões do fascismo, tanto entre os integralistas (contra os quais é visivelmente dirigida uma parte do livro) quanto entre outras tendências, que dali a pouco se concretizariam no Estado Novo.¹⁰⁷

Em outro texto, Antônio Candido nos esclarece a visão política de Sérgio Buarque de Holanda¹⁰⁸ - portanto, sua própria participação no projeto ideológico – a

entravavam a modernização política e econômica do país; como as raízes daquilo que deve ser enfrentado para a criação de uma nova sociedade, de uma nova cultura política, que ao mesmo tempo rompa com o bacharelismo e outros mecanismos sedimentados e liberte a verdadeira expressão do nacional. Desta forma, misturam-se à remoção dos entraves políticos e econômicos e das barreiras que oprimem a espontaneidade da cultura, que se refletem no abismo que separa as concepções genéricas, abstratas e importadas, e a nossa realidade”. Cf. AVELINO FILHO, *As Raízes de "Raízes do Brasil"*, cit., p. 36.

¹⁰⁷ CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁰⁸ Além do debate que Sérgio trava, a partir de *Raízes do Brasil*, com os autores dos anos 30 e com o próprio clima político do país, Cândido nos traz episódios dignos de nota a respeito da consciência política de Sérgio Buarque de Holanda. Cândido descreve o autor como alguém de “posições ideológicas definidas para o lado da esquerda”, destacando, por exemplo, sua oposição ao governo Vargas desde a primeira fase, no governo provisório. Também destaca a participação de Sérgio Buarque de Holanda na fundação, em 1945, no Rio de Janeiro, da Esquerda Democrática, que mais tarde se chamaria Partido Socialista Brasileiro (PSB). Além disso, apossentou-se em 1969 em solidariedade a colegas que haviam sido arbitrariamente aposentados na Faculdade de Filosofia da USP. Cf. CÂNDIDO, Antônio. A Visão Política de Sérgio Buarque de Holanda. In: MONTEIRO,

partir do contraste de sua obra com outros dois textos bastante conhecidos da época¹⁰⁹: o já citado *Casa-grande & Senzala*, de Freyre, e *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna¹¹⁰.

Segundo Antônio Candido, a obra de Sérgio tem como objetivo, de certo modo, refutar tanto as teses de Freyre quanto as de Vianna – as quais, deve-se dizer, diferem bastante entre si.

Em Oliveira Vianna, encontraremos uma tese conservadora, nos diz Candido, de um autor “mergulhado nas explicações raciais” e que “foi um teórico do Estado Novo brasileiro”¹¹¹; Sérgio Buarque, por outro lado, é um crítico do liberalismo que rejeitaria “tanto a solução fascista, então na moda com o integralismo, quanto a solução comunista”. Cândido remete seu leitor especialmente ao capítulo final de *Raízes* para identificar essa divergência, enxerga em Freyre, também, certo caráter conservador, opondo-o a um Sérgio “democrático”¹¹².

Deixando de lado uma possível injustiça de Cândido com Gilberto Freyre, enxergando-lhe um teórico autoritário¹¹³, pode-se acolher outra divergência que anuncia entre Holanda e Freyre: a relação com a tradição colonial lusitana.

Enquanto, em Freyre, encontraremos o português com uma “posição privilegiada entre os povos colonizadores”¹¹⁴, diz Cândido, em Sérgio, a nossa tarefa é justamente despregar as raízes lusitanas – em razoável consonância com aquele

Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 29-36

¹⁰⁹ CÂNDIDO, *A Visão Política de Sérgio Buarque de Holanda*, cit., p. 30.

¹¹⁰ VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

¹¹¹ CÂNDIDO, *A Visão Política de Sérgio Buarque de Holanda*, cit., p. 33.

¹¹² Cândido enxerga a recusa de Sérgio às soluções autoritárias de seu tempo no capítulo final de *Raízes*, intitulado “Nossa Revolução”, no qual o autor estatui, sem rodeios “O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico — o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio —, mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas.” Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 176.

¹¹³ Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, chega a estatuir que “A visão de Gilberto Freyre foi revolucionária, embora mais tarde, na minha geração, custasse a crer que Gilberto Freyre tivesse tido um papel revolucionário.” Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. *Aula Magna no Instituto Rio Branco*. 1993. p. 4. Disponível em <<http://funag.gov.br/loja/download/caderno-do-ipri-edi-esp-1-aula-magna.pdf>>. Acesso em 22 de out. de 2016.

¹¹⁴ CÂNDIDO, *A Visão Política de Sérgio Buarque de Holanda*, cit., p. 33.

Sérgio pré-Alemanha que tanto pregava, em artigos de crítica literária, o rompimento com as tradições europeias.

Vejamos também, em *Populações Meridionais do Brasil*, que Oliveira Vianna, a respeito de nossa herança lusa, toma um caminho argumentativo manifestamente oposto ao de Sérgio Buarque:

Herança da família lusa, profundamente transformada, pelo habitat rural, pelo insulamento dos latifúndios, pela dispersão demográfica dos campos, pela necessidade, nos primeiros séculos, da solidariedade na luta, a família fazendeira, tal como nos aparece no IV século, é realmente a mais bela escola de educação moral do nosso povo. Hoje, como a vemos, está fortemente abalada na sua solidíssima estrutura, mas, outrora, ela se organiza à maneira austera e autoritária da família romana.¹¹⁵

Assim, para Viana, a herança portuguesa se traduz nos hábitos das famílias rurais brasileiras, dignas dos mais altivos elogios; são hábitos de “pureza e simplicidade, que são a nota mais enternecedora da nossa vida rural”¹¹⁶. A atmosfera rural, mérito da colonização portuguesa, era “em toda parte, um admirável conformador de almas”¹¹⁷.

Ao seu modo, Gilberto Freyre também não poupa confetes aos colonizadores. Para ele, o português revela um tipo distinto do europeu, pela raça, costumes e cultura, e pela elevada capacidade de adaptação aos mais indóceis ambientes – afinal, “Portugal é antes África do que Europa”¹¹⁸, e, ao contrário dos nórdicos, “os portugueses têm revelado tão notável aptidão para se aclimatarem em regimes tropicais”.

A capacidade de adaptação do português, sua *plasticidade*, seria evidente em seus hábitos e costumes:

¹¹⁵ VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005, p. 100.

¹¹⁶ VIANNA, *Populações Meridionais do Brasil, cit.*, p. 99.

¹¹⁷ VIANNA, *Populações Meridionais do Brasil, cit.*, p. 98.

¹¹⁸ FREYRE, *Casa-Grande & Senzala, cit.*, p. 72.

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a européia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja Medieval; tirando os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando mas sem governando; governando antes a África.¹¹⁹

A herança portuguesa, a capacidade de adaptação legada aos brasileiros, seria a razão para o nosso também plástico e moldável caráter, verdadeiros conciliadores de opostos; entre nós, portanto, não teria se operado uma formação “dura e seca”, uma crua europeização.

O regime brasileiro não haveria de ser rígido. Na verdade, “um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos”, justamente por aquele condão de adaptação luso, condão que acolheria uma europeização conjugada¹²⁰ às culturas e hábitos indígenas e negros.

¹¹⁹ FREYRE, *Casa-Grande & Senzala*, cit., p. 66.

¹²⁰ A esse respeito, vejamos esse excerto de Aula Magna proferida no Instituto Rio Branco pelo então Ministro Chanceler das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso. No trecho, Fernando Henrique destaca justamente aquele que talvez seja o aspecto mais encantador da obra de Freyre: a criação do “mito” do brasileiro, um mito no qual o leitor se encontra e se reconhece, uma narrativa nacional capaz de gerar orgulho e amalgamar a identidade nacional – identidade que Oliveira Vianna, possivelmente impulsionado por suas convicções de raça, dizia não existir no povo brasileiro. Diz FHC: “O outro lado que me parece fazer com que Casa Grande e Senzala permaneça é o da produção de um mito. O encanto do livro de Gilberto Freyre é que ele, ao mesmo tempo em que desvenda, oculta e mistifica. Mas Gilberto faz um mito que é o nosso mito. De alguma maneira propõe uma imagem que as pessoas gostariam que fosse verdadeira. Essa imagem, sendo mítica, deforma. O mito tem que ter sempre estrutura simples de oposições binárias. Quem leu Levi Strauss sabe disso. E tem de conter oposições claras. A estrutura de Casa Grande e Senzala é uma estrutura simples, a oposição é clara também. O ‘nós’ que se forma é o ‘nós’ que está baseado na casa grande e na senzala, nas raças formadoras, e se opõe aos outros, que não são assim. Não é o holandês quem vai plasmar o Brasil: não poderia; é o português, porque o português conseguiu essa amálgama com o negro que permitiu a individualidade da civilização brasileira, criando uma identidade redefinida miticamente por Gilberto Freyre. E criou uma identidade que fez com que o leitor, ao lê-la, não a rejeitasse. Não se trata de um espelho horroroso, para mostrar uma cara que nós não gostaríamos de ter. Será um espelho narcisista, como o próprio autor, aliás, sempre foi. Quem o mirar achará que nossa cara é bela e gostosa de ser vista”. Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. *Aula Magna no Instituto Rio Branco*, cit., p. 7.

O tema da herança europeia, corporificada na colonização portuguesa, também aparecerá como peça-chave em *Raízes do Brasil*¹²¹. Aqui, aliás, talvez se revele a mais evidente aproximação de Sérgio Buarque, tanto em relação a Vianna¹²² quanto a Freyre: o elogio à adaptabilidade portuguesa.

Em outras palavras, Holanda mantém o enaltecimento à tal plasticidade dos colonizadores, medida fundamental do caráter português, segundo o autor, que deveras facilitou – e até mesmo garantiu – o povoamento das terras brasileiras.

No entanto, como sublinha Cândido, divergindo dos demais em relação à herança lusa, Sérgio Buarque não prescreveu sua continuidade, mas “focalizou sobretudo a ruptura, a sua redefinição a partir da revolução apresentada pelo fim do regime servil de 1888”.

É que, para Sérgio, a dificuldade do homem brasileiro em criar uma “coesão social” – e a isso voltaremos mais adiante, em um esforço interpretativo dos conceitos de cordialidade e patrimonialismo – também muito se deve ao caráter português¹²³.

¹²¹ Em elegante colocação de Conrado Pires de Castro: “A riqueza de *Raízes do Brasil* estaria na forma compacta com que seu autor conseguiu realizar a universalização de ‘uma realidade singular e íntima’, em que a expressão da atitude e intenção do jovem modernista se encontra articulada a uma explicação abrangente do processo formativo da nacionalidade, uma exposição didática das raízes da sociedade brasileira”. Cf. CASTRO, *Motivos ibéricos, pretextos literários*, cit., p. 199.

¹²² Diz Luiz Feldman, a respeito das similaridades entre *Raízes do Brasil* e *Populações Meridionais do Brasil*: “As narrativas desses dois livros têm nexos similares: a fragmentação da população colonial em fazendas isoladas; o caráter absorvente das relações familiares aí desenvolvidas; a formação de uma sociabilidade baseada eminentemente em afetos; e a configuração de uma sociedade infensa à impessoalidade e carente de solidariedade em nível nacional”. Cf. FELDMAN, Luiz. Organizar a Desordem: *Raízes do Brasil* em 1936. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 4, p.1132, dez. 2015. Provocado, todavia, a falar sobre suas divergências de fundo teórico e político com Oliveira Vianna, Sérgio diz que seriam “em função do racismo. É engraçado, pois vem de um homem que não podia ser racista, por um motivo muito simples: ele era escurinho. E tinha tal obsessão pela branquitude que dizia que por força de vontade ficou branco... Só estive com ele uma vez. Era uma pessoa muito amável”. E também: “Nos anos 1930, no momento de *Raízes do Brasil*, era necessário criticá-lo. Criticar o racismo, por exemplo. Basta lembrar que já estávamos na época do fascismo. Além disso, ele foi um dos autores das leis trabalhistas daquele tempo, de inspiração italiana. E muita gente acreditou nele. Ainda hoje, o Golbery acredita piamente em tudo o que o Oliveira Vianna escreveu” Cf. BRUNO, *Corpo e Alma do Brasil*, cit., p. 11.

¹²² CANDIDO, *A Visão Política de Sérgio Buarque de Holanda*, cit., p. 34.

¹²³ “Sérgio Buarque de Holanda inaugurou um estilo ensaístico de expressividade literária essencialmente interpretativo do processo de nossas formações sociais. Renegou os determinismos do meio aceito por historiadores como Sílvio Romero ou Euclides da Cunha. Para ele, o clima tropical, as diferentes raças, a paisagem tropical, a mestiçagem teriam sido fatores coadjuvantes. O fator decisivo provinha da cultura portuguesa, com certas particularidades como o apego à rotina,

Seríamos “desterrados em nossa terra”¹²⁴ ao receber instituições, formas de convívio, costumes e formas políticas dos portugueses, não havendo sentido, portanto, advogar pelo reestabelecimento das tradições como solução para todos os impasses da celeuma nacional:

A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta a tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem. Os mandamentos e as ordenações que elaboraram esses eruditos são, em verdade, criações engenhosas do espírito, destacadas do mundo e contrárias a ele.¹²⁵

Dito de outro modo, os obstáculos à criação de instituições estatais e burocráticas bem separadas das esferas de convivência privada, a dificuldade de erigir instituições políticas nacionais, a “tibieza das formas de organização” do país, são fruto do transplante da cultura política ibérica – terra, por assim dizer, de nossas instituições políticas “desterradas”.

Daí que, “Nossa Revolução”, segundo Buarque, haveria de romper com o iberismo e com o agrarismo¹²⁶. A visão agrária de mundo cairia em franca decadência diante do contínuo processo de urbanização; esse processo revolucionário, no entanto, não estava completo:

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, têm um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das

aos costumes e a certo ceticismo tradicionalista. Um foco de argumentação importante nesse livro dizia respeito ao conceito histórico de contemporaneidade do não contemporâneo. Referia-se às inserções tardias tanto de portugueses como de brasileiros no moderno mundo europeu. Atribuía a esse fator os múltiplos obstáculos que no Brasil se opunham à organização de instituições fundadoras da nacionalidade.” Cf. DIAS, Maria Odila. *Negação das Negações*, cit., p. 324

¹²⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 34.

¹²⁵ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 35.

¹²⁶ “No Brasil, e não só no Brasil, iberismo e agrarismo confundem-se, apesar do que têm dito em contrário estudiosos eminentes, entre outros o sr. Oliveira Vianna”. Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 172.

sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.¹²⁷

A revolução que se apregoa em *Raízes*, como veremos, é a de lentamente enfrentarmos a nervura personalista absorvida dos costumes ibéricos.

Todas essas questões, ao seu turno, receberão a minuciosa e merecida análise. Partiremos, portanto, em busca do Sérgio historiador, aquele que já desde os tempos da crítica literária na revista *Klaxon*, perguntava-se: afinal, quem é o brasileiro?

¹²⁷ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 180

Capítulo 2 – O Brasil de Buarque: uma emocionante aventura

No presente capítulo buscaremos desvendar, sobretudo, dois conceitos centrais à obra de Sérgio Buarque de Holanda: o *homem cordial* e o *patrimonialismo*.

Como salientamos desde o primeiro capítulo, em especial em suas páginas finais, a ânsia por caracterizar a alma nacional, por definir os característicos traços do brasileiro, foi tarefa da qual os intelectuais se ocuparam com grande afincamento no decênio de 1920; é certo, também, que essas análises foram produzidas e reproduzidas, debatidas, criticadas e sintetizadas com muita intensidade nos anos 1930. Fruto, sobretudo, da grande efervescência política e ideológica da época.

Imbuídos pela investigação da alma nacional, os autores de então se viram imersos na tarefa inadiável de tratar do tema da colonização – e não haveria de ser diferente. Como vimos, ao passo que a herança lusitana ganha ares singularmente elogiosos em Vianna e Freyre¹²⁸, Holanda prefere, além das benesses, apontar-lhe as mazelas.

As páginas que seguem, assim, ambicionam desvendar a interpretação da herança portuguesa conforme *Raízes do Brasil*. O modo com que os portugueses procederam à ocupação e à colonização dos trópicos, como veremos, é de vital importância explicativa para Sérgio Buarque de Holanda.

2.1 – *Terra à vista*

Conforme aponta Pedro Meira Monteiro, enxergaremos em *Raízes do Brasil*, no que tange à colonização dos povos, duas *tonalidades* diferentes; dois princípios que regem a ocupação dos territórios e projeção de novas nações. A partir

¹²⁸ Para instigante leitura a respeito do lusitanismo na obra de Freyre, recomendamos: BASTOS, Elide Rugai. Iberismo na Obra de Gilberto Freyre. *Revista USP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p.48-57, ago. 1998.

deles, como ensina Sergio, poderemos compreender a mentalidade civilizatória portuguesa – ou mesmo, a ausência dela.

Tais princípios, como veremos, estão compreendidos nos tipos ideais do *trabalhador* e do *aventureiro*. Adiante-se, de antemão, que Buarque compreende o português como um verdadeiro aventureiro, argumento que permeará toda a sua narrativa a respeito da economia e da política brasileira.

Se atentarmos para a estruturação dos capítulos em *Raízes*, veremos que, vencida a caracterização geral da mentalidade e da cultura ibérica no primeiro Capítulo, o segundo se ocupará de esclarecer as noções de trabalho e de aventura. Em continuidade e emaranhadas a tais concepções, será obra do Capítulo 3 descrever o modelo de empreendimento rural dos portugueses no Brasil. Já no quarto, caracteriza-se a relação das fazendas com as cidades. Evidentemente, não há uma divisão cirúrgica, e todas essas questões terminam por compor um grande corpo interligado.

O cerne das ideias políticas buarqueanas, contudo, serão encontradas no Capítulo 5. Ali é que o historiador finalmente delineará o homem cordial e a atitude patrimonialista do brasileiro.

Curioso notar, no entanto, como explica Pedro Meira Monteiro, que a engenharia dos capítulos faz revelar a própria passagem do rural ao urbano, da economia à política. A trama que conduz essa passagem, assim, é exatamente a caracterização do espírito aventureiro português.

Para Monteiro, essa passagem é revelada a partir do seguinte trecho:

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje. Se, conforme opinião sustentada em capítulo anterior, não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode dizer-se que tal situação não se modificou essencialmente até a Abolição. 1888 representa o marco divisório

entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável.¹²⁹

Sérgio Buarque de Holanda, assim, põe relevo ao fato de que a sociedade colonial brasileira teve seu berço nos meios rurais, e não urbanos, e que *esse fato* governaria o modo com que as engrenagens políticas brasileiras iriam funcionar.

Tem-se, portanto, que o autor parte de uma argumentação econômica para, ao arremate, ocupar-se das tratativas propriamente políticas; pouco-a-pouco, Sérgio guia-nos a uma gradual transição do campo às cidades.

O que nos acompanha por toda essa transição é a cultura portuguesa, que, segundo o autor, inunda não apenas o modo brasileiro de fazer negócios – seja na seara rural ou urbana –, como, também, o modo de fazer política.

Pode parecer ao leitor que essa transição argumentativa trata de problemas distintos, de questões nacionais que não se comunicam. Tal impressão, contudo, seria um infeliz engano. De fato, em Sérgio Buarque encontraremos uma caracterização do modo de vida – ou melhor, do modo de produção – agrário como fortemente influenciado pela plasticidade portuguesa; essa plasticidade, todavia, é o que caracteriza a colonização do Brasil a partir da categoria do *aventureiro*, com inevitáveis reflexos em nossa política.

Não nos esquivaríamos de ponderar que essa caracterização objetiva indicar os aspectos materiais de nossa colonização. No entanto, em seu bojo há também as indicações daquilo que é, na verdade, o próprio modo de ser português, sua própria cultura.

A *aventura* portuguesa é justamente o que nos permite, quando devidamente analisada e dissecada, perceber os aspectos mentais, culturais, enfim, espirituais do colonizador português; aspectos que governarão, também, o seu modo de ser e agir na *polis*¹³⁰.

¹²⁹ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 139-152.

¹³⁰ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 151.

É como se estivéssemos, portanto, diante de duas diferentes *vozes* de Sérgio, cada uma comunicando sua própria e conexas mensagens:

Ao sugerir que nossas “raízes rurais” nos governavam ainda, Sérgio Buarque apontava os rumos de sua investigação que, neste particular, é evidentemente sociológica. A “aventura”, como marca distintiva da colonização portuguesa – a primeira voz –, aponta elementos irracionais a guiar a conduta do colono que, como veremos, são fundamentais para a introdução do problema da “cordialidade” – nossa segunda voz”.¹³¹

Para a compreensão do pensamento de Holanda, portanto, imperioso que façamos uma breve incursão sobre sua caracterização da vida agrária portuguesa, ressaltando seus principais argumentos, conceitos e categorias – ou tipos ideais – tão ricamente elaborados. A partir disso é que traçaremos os aspectos gerais da mentalidade portuguesa, o que nos permitirá demonstrar, também, seu modo de agir na cidade.

Como já tratamos anteriormente, de todas as leituras com que nosso autor se ocupou nos tempos da Alemanha, é da obra de Weber que mais claramente se extraem as influências para a escrita de *Raízes do Brasil*. Isto aparecerá com especial destaque no momento em que trata das atividades econômicas do colonizador em terras tropicais, amparando-se no tipo *aventureiro* em oposição ao *trabalhador*.

Logo no início do segundo capítulo, Holanda procede a uma curiosa descrição da aventura portuguesa nos trópicos; caracteriza a colonização como uma “proeza”, a sua “maior missão histórica” para a civilização.

Atenta-nos, também, para o fato de que os portugueses não foram apenas os portadores efetivos da missão: eram dela os portadores naturais. Com isso, defende que nenhum outro povo possuía, à época, as mesmas ferramentas e condições morais para proceder à exploração – árdua tarefa! – “regular e intensa” das terras tropicais¹³².

¹³¹ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 151.

¹³² HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 43.

Nas palavras de Buarque de Holanda, a atitude portuguesa é fruto de uma ética peculiar, a *ética do aventureiro*; dito de outro modo, uma exploração que em nada se assemelhou a um “empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono”¹³³.

Com isso, conforme Meira Monteiro, Buarque está “reinventando o passado brasileiro”¹³⁴, ou seja, valendo-se de novas lentes para a interpretação de nossa história; lentes importadas da Alemanha, aliás, e de seus livros e anotações do pensamento weberiano:

Inscrevendo-se numa tradição do pensamento alemão, buscando os traços culturais de uma sociedade em formação, compreensíveis através de uma ética específica, o autor de *Raízes do Brasil* parece ter construído sua tipologia “aventura e trabalho” em torno da conceituação do capitalismo.¹³⁵

Sem dúvida, a inspiração com que Sérgio navega pelas categorias explicativas da História Nacional é bastante evidente. Para o autor, basicamente, dois princípios contrastantes guiam as formas de vida coletiva e, a partir desse contraste, veremos enfiados os modos com que os homens vem realizando as suas atividades.

O primeiro princípio, a *aventura*, define a parcela humana que repulsa o trabalho metódico e agendado: colher os frutos, sem se dar ao trabalho de plantar as árvores. Para esses homens, o “ponto de chegada” de qualquer empreitada ganha relevo sobre todo e qualquer obstáculo ou fase intermediária; um tipo, portanto, que “ignora as fronteiras”¹³⁶.

O princípio do *trabalho*, por sua vez, correlaciona-se aos indivíduos de mais restrita visão¹³⁷; o trabalhador prefere as partes ao todo, vê grandeza em cada pequena

¹³³ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 43.

¹³⁴ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 128.

¹³⁵ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 127

¹³⁶ “No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes” Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 45.

¹³⁷ “Na obra da conquista e colonização dos novos mundos coube ao ‘trabalhador’, no sentido aqui compreendido, papel muito limitado, quase nulo. A época predispunha aos gestos e façanhas audaciosos, galardoando bem os homens de grandes vôos. E não foi fortuita a circunstância de se

tarefa, em cada minúcia cotidiana de seus afazeres, e realiza suas missões com “esforço lento, pouco compensador e persistente”¹³⁸.

Nas palavras de Sergio:

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro — audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem — tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção *espaçosa* do mundo, característica desse tipo. Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam a estabilidade, a paz, a segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador.¹³⁹

A inspiração de Buarque em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*¹⁴⁰ parece óbvia; obra weberiana das mais discutidas e aclamadas e que, segundo Monteiro, não se limita a uma simples história das religiões, investiga a própria História do Ocidente, e todo o processo de racionalização pelo qual passava¹⁴¹.

Como sabemos, a principal missão do ensaio de Weber é compreender o funcionamento do capitalismo, porém não a partir daquilo que o caracterizaria de modo mais evidente. Para o pensador, a simples busca por lucros, a ânsia por excedentes econômicos, estaria presente em quase todos os homens e em quase todas as épocas, logo, diante da generalidade de tais atitudes, o fundamental seria investigar o que efetivamente caracterizaria o capitalismo enquanto fenômeno ocidental¹⁴².

terem encontrado neste continente, empenhadas nessa obra, principalmente as nações onde o tipo do trabalhador, tal como acaba de ser discriminado, encontrou ambiente menos propício.” Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 46.

¹³⁸ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 45

¹³⁹ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 47.

¹⁴⁰ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

¹⁴¹ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 129.

¹⁴² MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 130.

Defenderá, por conseguinte, que o capitalismo ocidental da Modernidade se caracteriza justamente por uma busca *ordenada* de lucro, ou seja, um processo francamente *racionalizado*.

É que, para o pensador, a obtenção de lucro por vias aventureiras e irracionais, por vias oportunistas ou mesmo bélicas, seria típica das fases pré-capitalistas, ainda presentes com o advento do capitalismo, porém meras exceções não capazes de elucidar a *forma específica* do fenômeno moderno¹⁴³.

Para melhor clareza, ouçamos Weber:

Já se afirmou — e assim o fez Sombart em argumentos tantas vezes felizes e eficazes — que o motivo fundamental da economia moderna como um todo é o “racionalismo econômico”. E com todo o direito, se entendermos por essa expressão o aumento da produtividade do trabalho que, pela estruturação do processo produtivo a partir de pontos de vista científicos, eliminou sua dependência dos limites “fisiológicos” da pessoa humana impostos pela natureza. Ora, esse processo de racionalização no plano da técnica e da economia sem dúvida condiciona também uma parcela importante dos “ideais de vida” da moderna sociedade burguesa: o trabalho com o objetivo de dar forma racional ao provimento dos bens materiais necessários à humanidade é também, não há dúvida, um dos sonhos dos representantes do “espírito capitalista”, uma das balizas orientadoras de seu trabalho na vida.¹⁴⁴

A economia moderna, portanto, não é mais empreitada aventureira, “especulação irracional” ou “oportunismo político”; segundo Weber, o cálculo aritmético orienta a produção de modo planejado, rigoroso e sóbrio, em oposição àquelas formas de produção que se valem da imediatez e da rotina “privilegiada”, convenientes ao camponês e ao artesão¹⁴⁵.

Weber, assim, não enxerga o *espírito capitalista*, elemento orientador da economia moderna, encarnado nos aventureiros, mas na conduta séria e organizada, no trabalho racionalizado e aritmético. Para ele, os pequenos empresários – ou

¹⁴³ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 130-131

¹⁴⁴ WEBER, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, cit., p. 47.

¹⁴⁵ WEBER, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, cit., p. 44.

pequenos capitalistas – seriam os responsáveis pela consolidação dessa nova mentalidade, e não os grandes financistas¹⁴⁶, ou, como exemplifica, os fornecedores do Estado, os especuladores financeiros e, também, os empresários coloniais¹⁴⁷.

Sobre o “aventureiro capitalista”, em contraste com o burguês típico da economia moderna, diz Weber:

E da mesma forma não foram geralmente especuladores temerários e sem escrúpulos, aventureiros econômicos, desses que se encontram em todas as épocas da história da economia, nem simplesmente “ricaços”, os agentes que deram essa guinada aparentemente discreta e no entanto decisiva para que na vida econômica se impusesse esse novo espírito, mas sim homens criados na dura escola da vida, a um só tempo audazes e ponderados, mas sobretudo sóbrios e constantes, sagazes e inteiramente devotados à causa, homens com visões e “princípios” rigorosamente burgueses.¹⁴⁸

Tem-se, portanto, que o espírito capitalista da modernidade conecta-se à uma racionalidade da qual os pequenos burgueses são os legítimos portadores; racionalidade que orienta as atividades dos indivíduos, permitindo que nutram expectativas sobre as suas próprias oportunidades, implicando-se, notadamente, que o mercado necessite de um mínimo regramento para se tornar estável¹⁴⁹.

Seguindo o influxo, portanto, de analisar a influência weberiana sobre a obra de Sérgio, o que realmente interessa é perceber a coincidência das reflexões, ou seja, o modo com que a mesma dualidade – a obtenção de lucros de modo

¹⁴⁶ Weber identifica o “capitalismo judaico” com o modelo especulativo e financeiro, que, para ele, não é o modelo caracterizador da economia da era moderna. Anota que a forma judaica estaria associada ao típico “aventureiro capitalista”, contra quem não consegue refrear suas críticas: “Igualmente distante — e isso também não pode passar despercebido — estava a ética econômica do judaísmo medieval e moderno no que tange aos traços decisivos para a posição de um e outro no bojo do desenvolvimento do ethos capitalista. O judaísmo postava-se ao lado do capitalismo “aventureiro” politicamente orientado ou de orientação especulativa: seu ethos, numa palavra, era o do capitalismo-pária — ao passo que o puritanismo portava em si o ethos da empresa racional burguesa e da organização racional do trabalho. Tomou da ética judaica só o que cabia nesses horizontes.” Cf. WEBER, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, cit., p. 108.

¹⁴⁷ Aqui, mais uma vez, nota-se o perfume weberiano lançado sobre Sérgio.

¹⁴⁸ WEBER, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, cit., p. 44.

¹⁴⁹ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 133

racionalizado e ordenado, e a busca aventureira e especuladora por excedentes – pode ser encontrada tanto em Weber quanto em seu leitor, Sérgio Buarque de Holanda¹⁵⁰.

A exemplo de tais influências, salta aos olhos aquilo que Buarque preferiu classificar singularmente como a “aventura” portuguesa no Brasil, sobretudo para o estabelecimento das atividades econômicas rurais. Especialmente nesse ponto, aliás – sem prejuízo de se adotar, em outros momentos, postura mais crítica à empreita colonizadora –, Sergio não desmerece a cultura aventureira lusitana.

Há uma curiosa dualidade no “gosto pela aventura”, como compreende Holanda. Apesar de promover infelizes fraquezas, como o desejo pela prosperidade sem a devida labuta e a exagerada valoração de títulos, posições e lucros fáceis, foi, também, decisivamente fundante de nossa vida nacional.

É que, para o historiador, os infortúnios que o colonizador enfrentou, todos os percalços impostos pela natureza, foram devidamente superados justamente por esse espírito aventureiro. Em razão dele, o colonizador pôde vencer o choque de múltiplos fatores como a diversidade de raças, costumes diferenciados e condições geofísicas, não raro, bastante adversas.¹⁵¹

Sobre essa invejável capacidade de adaptação, diz Sérgio:

Nesse ponto, precisamente, os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexecutáveis. Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra, e com tal requinte, que - afirmava Gabriel Soares - a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. Habitaram-se também a dormir

¹⁵⁰ Apesar da notória inspiração weberiana das categorias de Sergio, elaboradas como “princípios” para explicar nossa história, advirta-se: “Trata-se de uma inspiração weberiana, mas não de sua cópia, na medida em que Holanda focaliza pares e não a pluralidade de tipos. Tais pares se interpenetram, se alimentam e se modificam com vistas a chegar a um retrato que escapa e é movido pela própria história. Esta, vista como mudança, sempre apresenta um movimento social – o germe de sua negação – e dá dinâmica a esses pares que não estariam imunes ao tempo e aos destinos dessas ‘raízes do Brasil’. Trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo; o trabalhador espanhol e o sementeiro português... temos aí pares opostos, quase modelos contrastivos de pensar, que iluminariam a própria história da nação”. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. Sérgio Buarque de Holanda e essa tal de “cordialidade”. *Revista Ide: Psicanálise e Cultura*, São Paulo, v. 46, n. 31, dez. 2008, p. 85.

¹⁵¹ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 46.

em redes, à maneira dos índios. Alguns, como Vasco Coutinho, o donatário do Espírito Santo, iam ao ponto de beber e mascar fumo, segundo nos referem testemunhos do tempo. Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e águas do litoral, o modo de cultivar a terra ateando primeiramente fogo aos matos. A casa peninsular, severa e sombria, voltada para dentro, ficou menos circunspecta sob o novo clima, perdeu um pouco de sua aspereza, ganhando a varanda externa: um acesso para o mundo de fora. Com essa nova disposição, importada por sua vez da Ásia oriental e que substituía com vantagem, em nosso meio, o tradicional pátio mourisco, formaram o padrão primitivo e ainda hoje válido para as habitações européias nos trópicos. Nas suas plantações de cana, bastou que desenvolvessem em grande escala o processo já instituído, segundo todas as probabilidades, na Madeira e em outras ilhas do Atlântico, onde o negro da Guiné era utilizado nas fainas rurais.¹⁵²

Atentemos, pois, para o modo, como descreve Buarque, com que o colonizador procedeu ao uso da terra no Brasil. O desenvolvimento agrário colonial se deu, segundo *Raízes do Brasil*, de modo quase ocasional, menos por vontade criadora dos colonizadores que pelas conveniências mercadológicas de então.

Sem qualquer preocupação com uma apurada análise de mercado, os portugueses guiaram-se mesmo pelas oportunidades que “foram aparecendo”¹⁵³. Assim, a partir das demandas do mercado europeu, o sistema de lavoura acabou se espalhando quase uniformemente por todo o país.

Em sua empreitada colonial em terras brasileiras, o povo luso foi pioneiro no emprego do regime latifundiário monocultor, beneficiados pela larga abundância de terras férteis e não-desbravadas. A grande propriedade rural se tornou “a verdadeira unidade de produção”.

Na definição de Boris Fausto, eis o modelo econômico predominante do Brasil colônia:

A concepção definidora da colonização pela grande empresa monocultora escravista, adaptada aos interesses da metrópole, é um modelo cujo valor consiste em dar as linhas básicas de entendimento de um sistema que caracterizou o Brasil na Colônia e deixou suas marcas após a Independência. Que marcas são essas? A grande

¹⁵² HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 47.

¹⁵³ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 47-48.

propriedade, a vinculação com o exterior através de uns poucos produtos primários de exportação, a escravidão e suas consequências.¹⁵⁴

O Nordeste brasileiro é dos melhores exemplos de terras de tal qualidade que, por longo período, o cultivo da cana-de-açúcar foi dominante e quase exclusivo, evidentemente, com alta lucratividade¹⁵⁵.

Quanto à mão-de-obra, diz Sergio, prevalecia a exploração de escravos negros, inclusive em razão da inadaptabilidade dos indígenas aos trabalhos que lhes exigissem excessiva disciplina e fadiga; teriam sido prestimosos apenas para algumas atividades extrativistas¹⁵⁶.

Não almejavam, os portugueses no Brasil, riquezas muito diversas daquelas que motivaram suas muitas expedições às Índias Orientais. Riquezas que exigiam ousadia e inventividade, porém não, propriamente, trabalho metódico e enfadonhamente planejado.

Não poderíamos negar a existência de certo esforço diante da tarefa de plantar a cana, fabricar o açúcar e destiná-lo ao mercado europeu. Buarque afirma, contudo, que tal esforço se reduzia ao mínimo necessário, sujeitando-se os negros à praticamente todo o trabalho¹⁵⁷.

Sobre as motivações e feições aventureiras em solo tórrido:

Numa produção de índole semicapitalista, orientada sobretudo para o consumo externo, teriam de prevalecer por força critérios grosseiramente quantitativos. Em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra “agricultura” aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica europeia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações. Se tornou possível, em certos casos, a fixação do colono, não cabe atribuir tal fato a esse zelo carinhoso pela terra, tão peculiar ao homem rústico entre povos

¹⁵⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 59.

¹⁵⁵ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 48.

¹⁵⁶ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 48-49.

¹⁵⁷ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 49.

genuinamente agricultores. A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável.¹⁵⁸

Valendo-se, portanto, de uma atitude notadamente “desleixada”¹⁵⁹, procederam os portugueses à instalação e perseguição de suas atividades rurais; as técnicas empregadas, no entanto, eram das mais rudimentares. Daí a razão de Sérgio Buarque estatuir, sem maiores rodeios, que “não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil”¹⁶⁰.

A incapacidade portuguesa em implantar uma “civilização agrícola”¹⁶¹ por essas terras, contudo, é justificada por Holanda: além de, a princípio, não ser esse o mais legítimo interesse de uma missão aventureira, a escassez de mão-de-obra, a “indolência” daqueles que aqui viviam e, também, as adversidades climáticas, tornavam a façanha singularmente penosa¹⁶².

Em reforço argumentativo a esse ponto da narrativa, nosso historiador explorará uma curiosa comparação: o *modus operandi* dos colonizadores portugueses frente à empreitada holandesa em terras pernambucanas. Sérgio, mais uma vez, socorre-se da dualidade trabalhador-aventureiro; a comparação servirá não apenas

¹⁵⁸ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 49.

¹⁵⁹ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro, cit.*, p. 136.

¹⁶⁰ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 73.

¹⁶¹ Vejamos interessante excerto de texto de Ângela Mendes de Almeida sobre a diferença entre uma *civilização agrícola* e uma *civilização rural*: “Dessa forma, há em Sérgio Buarque de Holanda uma negação da contiguidade de noções como ‘agrícola’ e ‘rural’. A primeira é entendida como aquela atividade exercida pelos produtores diretos que, há séculos e comentada pela tradição, têm a posse, senão a propriedade de terras e dos meios de produção, que dirigem o processo produtivo sobre a base da atividade familiar e têm interesse no aumento da produção excedente. A noção de rural, ao contrário, é entendida como um complexo particular de situações em que um grande proprietário de terras organiza a produção para vendê-la no exterior, é o proprietário da terra, dos instrumentos de produção e dos próprios trabalhadores, os escravos.” Para mais considerações sobre essa distinção feita por Holanda, em diálogo com as considerações de Caio Prado Júnior, Cf. ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas de leitura sobre uma visão histórica do campo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 1, n. 40, p.19, dez. 1996.

¹⁶² HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 49-50.

para explicar o insucesso holandês em Pernambuco, mas, principalmente, para ressaltar a grandiosidade do feito lusitano¹⁶³.

Segundo Sergio Buarque, portugueses e holandeses assumiam posições inteiramente opostas, ao menos se consideramos os dois princípios de vida coletiva já mencionados. Entre os colonizadores holandeses, assim, abundava o espírito ordenado, racional e metódico, porém muito lhes custava a típica plasticidade portuguesa¹⁶⁴.

Enviada para o Brasil, a população holandesa assumia um caráter notadamente cosmopolita e urbano, acentuando-se a divisão entre o engenho e a cidade. Reuniram-se em Recife e foram, pouco-a-pouco, transformando aquela cidadela, uma “ocorrência nova na vida brasileira”, vez que, até então, as cidades eram simples apêndices das áreas rurais, sobretudo do ponto de vista econômico¹⁶⁵.

Recife, portanto, já anunciava o desenvolvimento de uma mentalidade diversa e incomum. Por lá, além de se construírem vistosos palácios e parques, surgiam prédios de natureza político-administrativa e institutos de pesquisa e de assistência social, de modo manifestamente planejado e ordeiro. Tratava-se de uma rica e distinta aglomeração urbana, inédita no país¹⁶⁶.

A vistosa aglomeração, no entanto, não se bastava, permanecia umbilicalmente ligada à pujança das vastas e imperiosas propriedades rurais.

¹⁶³ Aqui convém esclarecer: diferente de outras interpretações que, como Holanda, também percebem o espírito aventureiro dos colonizadores portugueses, nosso historiador não lhes traça a conhecida oposição à postura dos ingleses. Sérgio não é adepto da ideia de que os ingleses fossem “trabalhadores”, no modelo burguês racionalizado e planejador de Weber. Para Holanda, a impressão que o desenvolvimento industrial inglês passava – a ideia de um povo trabalhador, no sentido da categoria exposta – não teria respaldo na realidade. O povo inglês teria em alta estima, aliás, características como a indolência e a prodigalidade. Esta seria, a opinião quase unânime daqueles estrangeiros que visitavam a Grã-Bretanha, inclusive de economistas. Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 41.

¹⁶⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 63.

¹⁶⁵ Sobre a interpretação que Sérgio faz das cidades brasileiras no período colonial e algumas reflexões a partir dessa interpretação: TORRÃO FILHO, Amílcar. Um texto fundador e as Raízes de uma interpretação: Sérgio Buarque de Holanda e a desordem pitoresca na cidade colonial. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p.113-132, 2003.

¹⁶⁶ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 63.

O espírito metódico e racionalizado dos holandeses, que permitiu a construção de uma invejável urbe para os padrões mundiais de então, não lhes serviu na zona rural. Sua experiência campesina foi de todo malfadada, ao contrário de sua grandiosa obra urbana. Para a proeminente tarefa agrária, a ausência de plasticidade foi o que mais lhes custou.

Diferente dos portugueses, segundo Buarque, não souberam fazer proveito natural das terras. Sua “tentativa de fazer do Brasil uma extensão tropical da pátria europeia sucumbiu”¹⁶⁷; sobrou-lhes vontade de implantar, porém lhes careceu sabedoria para se adaptar.

O espírito de aventura, portanto, reveste-se de um matiz manifestamente elogioso. Na síntese de Monteiro:

A gente vinda de Portugal soube enraizar-se à terra, sem contudo implantar uma civilização previamente imaginada. Há aqui um claro paradoxo: aventureiros lusitanos espalharam-se pela terra, confundindo-se verdadeiramente à paisagem, sem que um esforço civilizatório os tivesse orientado. Não era seu objetivo fazê-lo, mas de fato enraizaram-se. Movidos pelo espírito da aventura, não podiam fixar-se ao solo, mas paradoxalmente criaram raízes, numa sociedade nova, que estabeleceram quase que sem o querer.¹⁶⁸

Já ao fim do segundo capítulo, ainda tratando das atividades agrárias do português colonizador no Brasil, Sérgio indica o mote dos capítulos finais; nestes a cultura e as instituições políticas assumirão maior centralidade, pavimentando o terreno para a compreensão da cordialidade e do patrimonialismo.

A partir da caracterização da plasticidade – quase indolência – dos colonizadores portugueses, o historiador se põe a sustentar a ausência de uma cultura de cooperação, associação ou assistência mútua¹⁶⁹. Faltaria-nos algo como que uma

¹⁶⁷ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 64. E mais: “Estes, ao imaginarem uma nova Holanda, em quase tudo idêntica à original, terminaram por inviabilizar a própria colonização projetada.” Cf. MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 147.

¹⁶⁸ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 147.

¹⁶⁹ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 57.

“capacidade de livre e duradoura associação entre os elementos empreendedores do país”¹⁷⁰.

De fato, para Sérgio Buarque de Holanda, os homens de Portugal trouxeram consigo hábitos personalistas, entrave dos mais conhecidos a uma associação objetiva e impessoal¹⁷¹.

Em *Raízes*, assim, há interessantes distinções em termos de comportamento interpessoal. Ali defende-se que os indivíduos, quando se orientam preponderantemente para os ganhos materiais, podem se associar ou se apartar com a mesma facilidade. Neste caso, a disputa pelos bens materiais assume natureza de “cooperação” ou “competição”.

Já se os indivíduos estão, por outro lado, orientados a prover benefício *pessoal* à outra parte, ou a ela causar dano – caso em que o ganho material, ainda que existente, se torna secundário na orientação da ação individual –, estaríamos diante das melhores definições de “prestância” ou “rivalidade”¹⁷².

Entre nós, não teriam prevalecido aquelas relações em que a inclinação para a cooperação, de modo disciplinado e persistente, tornassem-se uma constância. Importaram-nos menos os ganhos matérias comuns obtidos a partir das coletividades; guiaram-nos, preponderantemente, os sentimentos individuais nutridos uns pelos outros.

Entre nós, segundo Buarque, não vingou a competição, mas a rivalidade; tampouco haveria florescido a cooperação, mas a prestância. Hábitos associativos como mutirões para plantios ou colheitas, para construção de casas, todos objetivando ganhos materiais e não pessoais, não encontraram acolhida em nossa terra desde os tempos coloniais¹⁷³.

E assim arremata Sérgio, já emoldurando as inequívocas nuances de nossa política – que a nós, interessa muitíssimo mais:

¹⁷⁰ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 59.

¹⁷¹ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro, cit.*, p. 153.

¹⁷² HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 61.

¹⁷³ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 60.

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente.¹⁷⁴

A cultura portuguesa, avessa a associações mais objetivas ou mesmo impessoais, encontrou terreno fértil para prosperar¹⁷⁵. Tem-se que aqui, quando a ajuda mútua toma lugar, é mais por “prestância” que propriamente por “cooperação”. Preferem-se as motivações pessoais e afetivas aos ganhos econômicos e materiais.

Se os vínculos afetivos se tornam mais importantes, as relações sociais, de um modo geral¹⁷⁶, se edificam sobre bases irracionais. Sobre essas bases, portanto, é

¹⁷⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 61. (grifo nosso).

¹⁷⁵ Maria Odila Leite, refletindo sobre a permanência do personalismo português na política brasileira e os problemas que isso acarretaria para a formação do Estado Nacional: “No Brasil, desde a formação colonial surgira um antagonismo entre sociedade e política que dificultava a formação espontânea da nacionalidade entendida como um elo entre relações sociais, cidadania e política. As classes dominantes, desde os tempos da colonização, eram arbitrariamente despóticas, amoldadas a tradições autoritárias como a da Inquisição ou do absolutismo da Coroa; almejavam o poder imediato, a satisfação de interesses adquiridos. Elites dirigentes e Estado, durante a República Velha, percorriam circuitos que dificultavam a iminente ruptura com o passado e o desencadear de transformações profundas da sociedade brasileira. As mudanças, entretanto, já tinham se iniciado com o crescimento das cidades que solapava o domínio dos proprietários rurais. Havia no Brasil de seu tempo forças de transformação atuando no devir histórico que não chegavam a poder exprimir-se em conflitos sociais. As oligarquias no poder, em nome de interesses afins, de cordialidades e de manipulações dos bastidores políticos, não refletiam o país enquanto sociedade plural, dividida de si mesma, dispersa, onde as tensões sociais não chegavam a exprimir-se em articulações políticas. O Estado não abarcava nem pretendia abarcar as disparidades sociais e a diversidade dos regionalismos e das classes sociais que cindiam a sociedade.” DIAS, Maria Odila. *Negação das Negações*, cit., p. 322.

¹⁷⁶ As relações comerciais, portanto, também seriam fortemente acometidas pela afetividade e pessoalidade. Explica o autor: “Sucede que justamente a repulsa firme a todas as modalidades de racionalização e, por conseguinte, de despersonalização tem sido, até aos nossos dias, um dos traços mais constantes dos povos de estirpe ibérica. Para retirar vantagens seguras em transações com portugueses e castelhanos, sabem muitos comerciantes de outros países que é da maior conveniência estabelecerem com eles vínculos mais imediatos do que as relações formais que constituem norma ordinária nos tratos e contratos. É bem ilustrativa a respeito a anedota referida por Andre Siegfried e citada em outra parte deste livro, acerca do negociante de Filadelfia que verificou ser necessário, para

que o homem brasileiro, legatário do personalismo aventureiro português, irá erigir sua vida política – um problema à vista, na opinião de Sérgio¹⁷⁷.

Esse personalismo será a mola mestra de nosso “espírito de facção”¹⁷⁸, conforme Sérgio, “atrofiador das qualidades ordenadores da política”¹⁷⁹. Uma contradição excludente, portanto, vez que os objetivos da política seriam, em tese, do interesse coletivo, público, impessoal.

As mais nobres e altivas motivações políticas, assim, deveriam recusar as paixões privadas, os interesses afetivos e familiares. O choque entre a necessidade de um campo político efetivo e a atitude facciosa do homem brasileiro, estariam na raiz de nossos problemas de ordem coletiva. O personalismo ibérico, como à frente exploraremos, acometera as entranhas de nossa política, cabendo a Sergio a missão de denunciá-lo¹⁸⁰.

Se, por um lado, Sergio Buarque de Holanda percebe o caráter aventureiro português como medida da chegada e bem-sucedida instalação em terras tropicais, lentamente, abandona as sedas elogiosas, levanta-se contra a “civilização rural” e, enfim, desnuda o legado brasileiro para a humanidade: a cordialidade.

2.2 – A semeadura da cordialidade

Com o objetivo de pavimentar o terreno para a compreensão da cordialidade, além da dicotomia entre aventureiro e trabalhador, há outras duas categorias exploradas em *Raízes do Brasil* que devemos conhecer: o *ladrinhador* e o *semeador*. Essas categorias surgem no quarto Capítulo¹⁸¹, e revelam um contínuo

conquistar um freguês no Brasil ou na Argentina, principiar por fazer dele um amigo.” Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 133.

¹⁷⁷ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro, cit.*, p. 153.

¹⁷⁸ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 80.

¹⁷⁹ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro, cit.*, p. 155

¹⁸⁰ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro, cit.*, p. 156.

¹⁸¹ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 92-135.

caminhar em que Sérgio vai abandonando a centralidade do campo para tratar das questões da cidade.

De fato, a oposição campo-cidade toma ares de grande relevo em *Raízes*, justamente pela grande valia em revelar as peculiaridades do caráter lusitano. A plasticidade portuguesa, diz nosso autor, é que causou o “predomínio esmagador do ruralismo”, “antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio”¹⁸².

A menção a algum esforço dos colonizadores pode confundir os leitores mais desavisados. A contradição, no entanto, é apenas aparente, já que a predominância dos portugueses em áreas rurais revelam os contornos do próprio *jeito* – ou “esforço” – luso.

Explica o autor:

Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão. Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram.¹⁸³

Em outras palavras, o caráter português favorecia a ocupação em meios rurais, visto que a construção de cidades exigiria uma atitude minimamente metódica e racionalizada.

Se o princípio que guiou a dominação portuguesa no Brasil, como vimos, foi o da aventura, o colonizador português optaria por obter suas vantagens a partir do menor *esforço metódico* possível, e isso certamente excluiria a tarefa de planejamento e construção de esplêndidas cidades.

¹⁸² HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 88.

¹⁸³ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 93.

Curioso notar que, se até aqui Sergio não diferencia os colonizadores portugueses dos espanhóis – o espírito aventureiro ibérico na ocupação rural –, quando da construção das cidades o historiador revelará a tênue distinção entre os dois povos.

Definindo as cidades nas colônias espanholas como um “esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste” e um “ato definido da vontade humana”, Holanda rememora a peculiaridade dos espanhóis, relatando uma atitude zelosa, previdente e minuciosa ao fundar os centros urbanos.

Os traços de uma comunhão aventureira ibérica, assim, marcariam apenas o primeiro momento da narrativa. Em segundo momento, os espanhóis teriam demonstrado grande vontade disciplinadora, de modo que o Estado se fez presente com energia na construção física das cidades e na solução dos dissensos entre os homens¹⁸⁴.

Se essa vontade criadora não foi constante, sempre presente e triunfante no esforço espanhol, foi no mínimo marcante, mesmo não tendo todas as vezes “prevalecido sobre a inércia dos homens”¹⁸⁵. De todo modo, seria essa a característica que marcaria fundamentalmente a diferença entre os dois povos da Ibéria.

Esse esforço teria se refletido, inclusive, na escolha dos territórios em que se erigiriam as cidades – os espanhóis teriam procurado pelas regiões de interior, enquanto os portugueses – pela facilidade, naturalmente – teriam indolentemente optado por ocupar precipuamente o litoral. Assim reconta o autor, com riqueza de detalhes:

Os grandes centros de povoação que edificaram os espanhóis no Novo Mundo estão situados precisamente nesses lugares onde a altitude permite aos europeus, mesmo na zona tórrida, desfrutar um clima semelhante ao que lhes é habitual em seu país. Ao contrário da colonização portuguesa, que foi antes de tudo litorânea e tropical, a castelhana parece fugir deliberadamente da marinha, preferindo as terras do interior e os planaltos. Existem, aliás, nas ordenanças para descobrimento e povoação, recomendações explícitas nesse sentido.

¹⁸⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 96.

¹⁸⁵ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 99.

Não se escolham, diz o legislador, sítios para povoação em lugares marítimos, devido ao perigo que há neles de corsários e por não serem tão sadios, e porque a gente desses lugares não se aplica em lavrar e em cultivar a terra, nem se formam tão bem os costumes. Só em caso de haver bons portos e que se poderiam instalar povoações novas ao longo da orla marítima e ainda assim apenas aquelas que fossem verdadeiramente indispensáveis para que se facilitasse a entrada, o comércio e a defesa da terra.¹⁸⁶

O exato oposto seria a atitude portuguesa. Por decisão oficial, aliás, a incursão aos rincões interioranos foi por algum tempo dificultada. O primeiro Regimento de Tomé de Souza ordenava que as expedições ao interior fossem precedidas de especial licença do Governador, pagando-se as taxas e apresentando-se motivos suficientemente razoáveis¹⁸⁷.

É que a região litorânea, de modo quase homogêneo, já se encontrava ocupada pelos índios Tupis, o que representou uma vantagem, segundo Buarque:

Assim, acampando nos lugares antes habitados dos indígenas que falavam o abanheenga, mal tinham os portugueses outra notícia do gentio do sertão, dos que falavam “outra língua”, como se exprime a respeito deles o padre Cardim, além do que lhes referia a gente costeira. Como já foi dito, não importava muito aos colonizadores povoar e conhecer mais do que as terras da marinha, por onde a comunicação com o Reino fosse mais fácil. Assim, o fato de acharem essas terras habitadas de uma só raça de homens, falando a mesma língua, não podia deixar de representar para eles inestimável vantagem.¹⁸⁸

Daí Sérgio dizer que aqui se armara mais uma “feitorização” que propriamente uma colonização; atitude que se evidenciava desde a precariedade das instalações rurais, plantios e lavouras, alastrando-se, até mesmo, pela maneira de se conduzirem as políticas imigratórias.

Enquanto os espanhóis praticavam um razoável controle de imigrantes em suas recém-construídas cidades, no litoral da América portuguesa a permissividade

¹⁸⁶ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 99.

¹⁸⁷ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 101.

¹⁸⁸ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 106.

era evidente e, por longo período, aqui circularam alemães, franceses, ingleses, com singular facilidade¹⁸⁹.

Sérgio nota o desleixo, inclusive, no traçado urbano da ocupação portuguesa. As cidades surgiam com certo desalinho, “segundo o capricho dos moradores”¹⁹⁰.

Os traçados geométricos jamais chegaram a ter, por aqui, o impacto que tiveram nas terras ocupadas pelos castelhanos. De modo geral, a “aversão congênita” a disciplinas levou o colonizador português também a rejeitar certo cartesianismo no desenho de seus aglomerados urbanos. A obediência era antes à realidade topográfica¹⁹¹, e muito pouco à razão geométrica.

Holanda, contudo, esclarece:

Pode-se acrescentar que tal convicção, longe de exprimir desapego ou desprezo por esta vida, se prende antes a um realismo fundamental, que renuncia a transfigurar a realidade por meio de imaginações delirantes ou códigos de postura e regras formais (salvo nos casos onde estas regras já tenham estereotipado em convenções e dispensem, assim, qualquer esforço ou artifício). Que aceita a vida, em suma, como a vida é, sem cerimônias, sem ilusões, sem impaciências, sem malícia e, muitas vezes, sem alegria.¹⁹²

A visão de mundo dos portugueses deixou marcas, diz o autor, nos mais diversos arranjos de sua vida terrena e, naturalmente, subsidiou o seu modo de realizar a dominação dos trópicos, destoante da “fúria centralizadora, codificadora, uniformizadora de Castela” – condição de um “povo que precisou lutar, dentro de suas próprias fronteiras peninsulares” para que se sustentasse a união interna¹⁹³.

¹⁸⁹ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 104-107.

¹⁹⁰ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 109.

¹⁹¹ “A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’ — palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como ‘saudade’ e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que ‘não vale a pena...?’” Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 110.

¹⁹² HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 109.

¹⁹³ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 116.

Sobre esse *realismo* português observado por Buarque, diz Paulo Niccoli Ramirez:

No fragmento de *Raízes do Brasil*, que muito provavelmente deu origem e foi amplamente desdobrado nas reflexões em *Visão do Paraíso*, apresenta a intensa melancolia portuguesa em contraste com as suas conquistas e proeza marítimas. Com o olhar melancólico e realista, os lusos negaram-se às imaginações delirantes – nada de sereias ou demais seres sobrenaturais nos mares e em terra firme – e também repudiaram as formalidades sociais ou de conduta, de modo que aceitaram e se adaptaram muito facilmente às condições da natureza, mas a tomaram em vida e alegria. Seu realismo dava à vida uma segura inigualável¹⁹⁴.

De fato, o aroma realista na cultura portuguesa será melhor explorado por Buarque em sua tese de cátedra, *Visão do Paraíso*. Para nós, por ora, importa perceber esse realismo como intimamente conectado à plasticidade lusitana; essa capacidade de adaptação¹⁹⁵ ao meio físico e ao modo de vida que aqui já se encontravam, repercutindo, sobretudo, em sua maneira de planejar – ou não – os primeiros centros urbanos brasileiros.

Aparentemente desprezioso, Sérgio irá dizer:

A ordem que aceita não é a que compõem os homens com trabalho, mas a que fazem com desleixo e certa liberdade; a ordem do semeador, não a do ladrilhador.¹⁹⁶

Ao contrário dos trechos em que se constrói a oposição entre aventureiro e trabalhador, nos quais o autor exaustivamente compara, conceitua e define as categorias, o Capítulo em que se revelam o *semeador* e o *ladrilhador* segue caminho

¹⁹⁴ RAMIREZ, Paulo Niccoli. *Sérgio Buarque de Holanda e a dialética da cordialidade*. São Paulo: Educ: 2011, p. 89.

¹⁹⁵ “Nesse sentido, sem um projeto metódico de colonização, sem almejar buscar um Eldorado, sequer construir grandes alicerces de civilização na América, os portugueses nada procuraram além do trato mais pragmático possível diante de uma natureza tomada com o mais profundo desgosto. E dela buscaram tirar o maior proveito possível”. Cf. NICCOLI, *Sérgio Buarque de Holanda e a dialética da cordialidade, cit.*, p. 78.

¹⁹⁶ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 116.

diverso; sugere-se suavemente, permitindo-se ao leitor tomar suas próprias interpretações e conclusões.

Para Edgar Salvadori de Decca, isso não diminui em importância o papel da oposição entre semeador e ladrilhador para a construção da psicologia social do homem cordial. Ao contrário, aliás, esta seria uma chave de compreensão essencial para o conceito.

Decca, em instigante texto sobre o papel das metáforas em *Raízes do Brasil*, nota que a *metáfora da semeadura* só recebeu destaque a partir da segunda edição da obra, ocasião em que o quarto Capítulo passou a adotar o título “O Ladrilhador e o Semeador”. A primeira edição preferia “O passado agrário (continuação)”¹⁹⁷.

Devemos entender a metáfora da semeadura, segundo a interpretação de Decca, em conexão com a *metáfora da fronteira*, também presente na obra de Buarque de Holanda.

Será a partir da metáfora da semeadura, aliás, que Buarque cruzará uma *fronteira* em sua própria obra, qual seja: a separação entre o rural e o urbano. A criação das cidades seria, aqui, semelhante ao ato de semeadura; assim, o modo como as cidades tomaram forma no Brasil seria uma reprodução da maneira de cultivar a terra, atributo da mesma mentalidade rural. Na esteira da fronteira entre o rural e o urbano, estaria o tradicional e o moderno, o passado rural e o futuro citadino¹⁹⁸.

Para esclarecer essa definição, Decca compara a posição de Buarque com as noções de semeadura presentes em *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, e *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre:

A semeadura tornou-se metáfora de povoamento para muitos dos intérpretes do Brasil e não somente em Paulo, Gilberto e Sérgio. Em Paulo Prado a luxúria deste desbragado uso do sêmen combina-se com a cobiça e este *excesso*, esta *hybris* é responsável pela melancolia. Não é muito diferente esta metáfora do sêmen em excesso na explicação do cruzamento entre raças na colônia, realizado por G. Freyre. Aliás, o excesso de sêmen é o que sedimenta as relações

¹⁹⁷ DECCA, Edgar Salvadori de. As metáforas da identidade em “Raízes do Brasil”: decifra-me ou te devoro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.430, dez. 2006.

¹⁹⁸ DECCA, Edgar Salvadori de. As metáforas da identidade em “Raízes do Brasil”, *cit.*, p.431.

entre a casa grande e a senzala. No caso de Sérgio Buarque, há como uma dessexualização da metáfora e a sementeira torna-se a *forma* de constituição da colônia e mais especificamente, de seu desdobramento do agrário para o urbano. Distancia-se das alusões mais diretas, sugeridas por Vieira, relativas ao cultivo agrícola, para tornar-se também a *forma* de criação das cidades, típica dos portugueses.¹⁹⁹

E assim, conclui:

Há, portanto, em Sérgio Buarque todo um ciclo de reprodução que vai desde o espalhar do sêmen na terra, à criação das raízes, até o desenvolvimento do fruto que terá a sua *forma* definitiva no homem cordial brasileiro. Trata-se, portanto, não apenas da formação do homem brasileiro, mas de todo o universo histórico do qual ele é resultado, isto é, da colônia (esta maravilhosa criação modernista, bem ao gosto de Paulo Prado no *Retrato do Brasil* e de Gilberto em *Casa Grande e Senzala*).²⁰⁰

Assim, o que Decca almeja explorar é uma explicação mais detalhada da metáfora em *Raízes do Brasil*; de fato, a pretensão de Sérgio é sugerir ao leitor que o português traz consigo os seus hábitos rurais, e semeia-os no meio urbano²⁰¹.

Ao fazê-lo, esses hábitos, essa cultura plástica e, mais do que isso, essa cordialidade – “a contribuição brasileira para a civilização”!²⁰² – são transportadas do Brasil rural ao Brasil urbano, de modo a permanecer “ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”²⁰³.

¹⁹⁹ DECCA, Edgar Salvadori de. As metáforas da identidade em “Raízes do Brasil”, *cit.*, p. 432.

²⁰⁰ DECCA, Edgar Salvadori de. As metáforas da identidade em “Raízes do Brasil”, *cit.*, p. 432.

²⁰¹ Elide Rugai Bastos explora a formação das cidades em *Raízes do Brasil* a partir do debate de Sérgio Buarque de Holanda com Gilberto Freyre; este que se dedicou ao tema em seu célebre *Sobrados e Mucambos*: “Já em Raízes do Brasil o autor acentua o caráter diferenciado, isto é, o efeito diverso da mesma forma social na medida em que se aplica ao mundo rural ou ao urbano. Enquanto Gilberto Freyre mostra o modo pelo qual o desenvolvimento urbano leva o patriarcado a, simultaneamente, conhecer sua decadência e conseguir manter parte significativa de seus valores sociais e culturais, Sérgio Buarque de Holanda afirma que no processo de urbanização o modo de constituição da família patriarcal acarreta um desequilíbrio social impeditivo da realização dos princípios inerentes à cidade, cujos resultados permanecem vivos até aquele momento”. Cf. BASTOS, Elide Rugai. Raízes do Brasil-Sobrados e Mucambos: um diálogo. *Perspectivas*, São Paulo, v. 28, n. 1, p.19-36, jan. 2005.

²⁰² HOLANDA, *Raízes do Brasil*, *cit.*, p. 146.

²⁰³ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, *cit.*, p. 146.

3.2 – Brasil Cordial, o Estado das emoções

Ao Homem Cordial, Sérgio Buarque de Holanda dedica todo um Capítulo. Nele, todas as reflexões anteriores, todas as categorias, oposições e contradições, tornam-se afluentes que inundam o projeto de compreensão da alma brasileira. À medida que desenvolve a análise da cordialidade, o autor constrói seu conhecido aporte crítico à nossa política.

O capítulo do homem cordial, no entanto, se inicia com uma digressão; retira-se o leitor, temporariamente, dos temas da História do Brasil e, mais uma vez, introduz-se outra dualidade, agora entre a família e o Estado, poeticamente representados pelo conflito em *Antígona*.

Antígona, como sabemos, pertence à clássica Trilogia Tebana²⁰⁴. É, aliás, a última peça escrita por Sófocles, em seguida a *Édipo-Rei* e *Édipo em Colono*.

Sabemos que *Antígona* narra o retorno das duas irmãs, Antígona e Ismene, a Tebas, logo após à morte dos outros dois irmãos, Etéocles e Polínice. Antígona, Ismene, Etéocles e Polínice eram filhos da relação incestuosa entre Édipo e Jocasta, personagens anunciados na tragédia *Édipo-Rei*.

Etéocles e Polínice tomaram de se enfrentar na batalha pelo trono de Tebas, uma vez que, após pactuada uma regra de sucessão anual entre os dois, Etéocles não cede o trono à Polínice. Este, após o exílio, retorna a Tebas para um conflito armado pelo trono, a famosa Guerra dos Sete Chefes contra Tebas. Morrem Etéocles e Polínice, e ascende ao trono Creonte, tio de Antígona, irmão de sua mãe Jocasta.

Resumidamente, o conflito que nos interessa em *Antígona* surge a partir da ascensão de Creonte, em que seu primeiro ato seria decidir sobre os funerais dos irmãos mortos na batalha. Creonte ordena que Etéocles – o usurpador – tenha funeral de herói, e proíbe o sepultamento de Polínice. Apesar do decreto proibitivo de Creonte, Antígona entende que o seu direito de sepultar o irmão estaria acima da ordem positiva do Monarca.

²⁰⁴ SÓFOCLES. *A Trilogia Tebana: Édipo Rei - Édipo em Colono - Antígona*. São Paulo: Zahar, 2000.

Temos, portanto, que a história de Antígona corporifica o conflito entre direito natural – o direito de Antígona de garantir sepultamento digno à membro de sua família – e o direito positivo, a ordem emanada de Creonte²⁰⁵.

Em *Raízes do Brasil*, no entanto, o conflito entre Antígona e Creonte não se põe propriamente em termos de direito natural *versus* direito positivo, mas, sim, na oposição entre a família e o Estado. Para Holanda, assim, essa relação é mesmo de absoluta incompatibilidade:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição.²⁰⁶

Para Sérgio, o Estado não é uma descendência em linha reta, uma mera evolução da esfera da família. O Estado só seria possível, aliás, a partir de uma transgressão da esfera familiar; só quando transpostos os limites da família é que o indivíduo se tornaria efetivamente cidadão, reconhecido perante as leis da Cidade. A ordem familiar seria “transcendida” – parafraseando Buarque – a partir do advento do Estado²⁰⁷.

O Estado refletiria a sobreposição do geral sobre o particular. Nesse sentido, o conflito entre Antígona e Creonte é representativo da dualidade Estado-família. Antígona, ao agir em nome de si mesma e dos seus *sentimentos* familiares, teria afrontado Creonte enquanto Príncipe e, portanto, contrariado a própria Cidade e suas Leis. Um conflito que é, diz Sérgio, “de todas as épocas e preserva-se sua veemência ainda em nossos dias”²⁰⁸.

²⁰⁵ SÓFOCLES. *A Trilogia Tebana: Édipo Rei - Édipo em Colono - Antígona*. São Paulo: Zahar, 2000, p. 15.

²⁰⁶ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 141.

²⁰⁷ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 141.

²⁰⁸ “Ninguém exprimiou com mais intensidade a oposição e mesmo a incompatibilidade fundamental entre os dois princípios do que Sófocles. Creonte encarna a noção abstrata, impessoal da Cidade em luta contra essa realidade concreta e tangível que é a família. Antígona, sepultando Polinice contra as ordenações do Estado, atrai sobre si a cólera do irmão, que não age em nome de sua vontade pessoal, mas da suposta vontade geral dos cidadãos, da pátria.” HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 141.

A história brasileira, no entanto, revelaria processo ainda mais evidente:

No Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo dessa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas.²⁰⁹

A explicação para o choque entre princípios – o princípio de funcionamento da ordem familiar contra o princípio de funcionamento do Estado – estaria na raiz da formação do funcionalismo burocrático brasileiro. Aqui, Holanda envolve-se a uma narrativa curiosa: põe-se a refletir sobre os estudantes que deixam suas casas, seus seios familiares, para ingressar no ensino superior, sobretudo – próprio da época, aliás – nos cursos jurídicos.

Esses estudantes, diz, saem de vínculos familiares “demasiado estreitos, e não raro opressivos”, o que lhes acarretaria um caráter social acentuadamente particularista. Desabrigados dos laços caseiros, entretanto, a nova realidade já não ofereceria as mesmas dores e delícias, e a adaptação haveria de ser imperiosa.

Aprendiam a viver por si e a estabelecer relações sociais inteiramente novas e não raro desinteressadas. Esses jovens, retirados de “seus meios rurais e provinciais”, como sabemos, é que formariam o quadro de homens públicos do nosso país²¹⁰.

²⁰⁹ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 141.

²¹⁰ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 144.

Uma vez formados, esses homens públicos, recém-egressos dos bancos escolares de Olinda ou de São Paulo – e, na República, de outras tantas Faculdades de Direito pelo país – teriam em suas próprias raízes de formação psicológica e social a atuação de princípios muito distintos.

Se os cursos superiores lhes ensinaram – ou deveriam ter lhes ensinado – a atuação objetiva, impessoal e imparcial do Estado, a força da ordem familiar, que por tanto tempo os subjugara, muito dificultaria o banimento repentino de seus hábitos personalistas e particularistas²¹¹.

Procrastinaram, portanto, a separação entre o público e o privado. Formaram, conforme diz Sergio, um corpo “patrimonial” de funcionários, claramente em oposição ao funcionário burocrata puro²¹².

Forma-se, assim, um conjunto de servidores e agentes do Estado que operam segundo uma ética de fundo *emotivo*, uma ética muito própria aos nossos meios rurais e que inundaria, também, toda a ordem social brasileira.

Essa ética de fundo emotivo, esse *jeito* brasileiro de se portar, seja na vida privada ou na esfera pública, é que Buarque de Holanda apelidará de *cordialidade*, a maior das contribuições brasileiras para a civilização ocidental.

Segundo o autor, o brasileiro pauta sua conduta sobre um fundo emotivo “extremamente rico e transbordante”. A tão conhecida hospitalidade e gentileza da nossa gente, no trato com os seus ou mesmo com os estrangeiros, é tomada como derivação própria da nossa cultura patriarcal, familiar e rural. Ressalte-se, no entanto, que não se limita à bondade, trata-se de *cordialidade* – um modo de ser e de agir que, para bem e para mal, é franco atributo do *coração*.

A ética cordial brasileira reflete, diz Sérgio, o pavor do brasileiro no convívio consigo mesmo; a vida em sociedade como fuga de si²¹³. Na explicação didática e magistral do Professor José Carlos Reis:

²¹¹ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 144.

²¹² Mais uma vez, vemos nosso autor abertamente inspirado em Weber.

²¹³ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 147.

No mundo social, nas relações exteriores à família, circula um homem cordial: hospitaleiro ou agressivo, amigável ou hostil, generoso ou mesquinho, amigo eterno ou inimigo terrível, dependendo de pequenos detalhes da relação pessoal. Esse tipo cordial, bem adaptado ao brasileiro neoportuguês, trata desconhecidos como se fossem irmãos, primos, agregados e até escravos... Seu comportamento social, objetivo, é afetivamente transbordante, subjetivo. A ele opõe-se o tipo cortês, ao qual os japoneses se adaptam melhor: ritualístico, polido, reverente, distante. O brasileiro é um antijaponês. O homem cordial quer ser íntimo, quer ser amigo, não quer ficar sozinho. Tem horror às distâncias e, se elas existem concretamente, ele simplesmente as abole. [...] Ele reivindica um superior “bacana”, “gente fina e boa”, simples e humilde, isto é, próximo e pessoal. Esse homem cordial está longe de aceitar uma ordem coletiva impessoal, legal. Ele é individualista, indisciplinado. Quando é intelectual, nutre-se de idéias contraditórias, acredita em todas e defende todas. Ele prefere as teorias mais sistemáticas, dogmáticas, que oferecem um ilusório repouso espiritual. A personalidade cordial está pronta para obedecer cegamente ao líder carismático, à ideia sistemática. Não importa se fala da realidade! Aliás, é até melhor que não fale. Ele está pronto a assimilar qualquer ideia, desde que exposta em uma relação cordial, isto é, de coração a coração, afetuosa ou agressivamente.²¹⁴

Para o convencimento da cordialidade, Buarque recorre a curiosos e reveladores fenômenos de nossa história cultural; por exemplo, a ocultação do nome de família no trato social cotidiano. O brasileiro – neoportuguês, como sugere José Carlos Reis²¹⁵ – prefere o primeiro nome ao sobrenome, isto é, o nome individual.

Se essa já era uma tendência em Portugal – tombando raízes históricas no medievo – muito se acentuara em terras tropicais. A explicação para tal, ao esteio do que pensa Buarque, seria o fato de que o uso do prenome, do nome de batismo, transcende as barreiras objetivas entre os indivíduos, permitindo-se que as relações assumam teor mais familiarizado, próximo e fraternal. Prevalece entre nós, portanto, a atitude da simpatia, da aproximação subjetiva.

²¹⁴ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Vanhargen a FHC*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 156.

²¹⁵ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil, cit.*, p. 156.

Essa sociabilidade cordial invade todas as esferas e ordens de nossa vida. Nos dizeres de Pedro Meira Monteiro, o brasileiro, legatário do personalismo individualista português:

Fundou, destarte, uma sociabilidade original, que o autor de *Raízes do Brasil* julgou por bem nomear “cordial”. Poderíamos, com algum esforço imaginativo, mas sem prejuízo teórico, ver o homem cordial como uma espécie de prolongamento do aventureiro na história social brasileira. Porque se a aventura é uma categoria que ajuda a compreender a conduta dos homens, no plano das relações que ele estabelece com o meio e com a riqueza, a “cordialidade” permite que se compreenda sua conduta no plano das relações que, no Brasil, não se deram no mercado ou no meio público, mas no âmbito doméstico, ou a partir dele.²¹⁶

Esta sociabilidade compreende as origens da formação de nossos homens de Estado. Imbuídos da gênese familiar-particularista de suas famílias provincianas e rurais, e inevitavelmente mergulhados na tradição de toda uma nação erigida nas bases da plasticidade cordial portuguesa, nossos *bacharéis* – das mais diversas formações, embora a formação jurídica seja a mais destacada de nossos quadros políticos e jurídicos – darão forma peculiar à administração e gestão da coisa pública brasileira; uma forma calcada no modo familiar, individual, de conduzir as relações políticas, e não imparcial, objetiva e burocratizada, com acredita Sérgio ser melhor aos negócios estatais.

Assim é que, no Capítulo XI, “Novos Tempos”, Holanda, ancorado na caracterização do homem cordial, medita sobre as consequências desastrosas de nossa peculiar formação política. Os cidadãos brasileiros, tendentes a se afirmar antes como indivíduos que devidamente como cidadãos, agem com indiferença às leis gerais e objetivas, sobretudo quando não acomodadas à sua eticidade de fundo emotivo²¹⁷.

Isto se alia ao fato de que também somos legatários de uma cultura social que se pauta antes pelo princípio do aventureiro que pelo do trabalhador. Avessos que somos ao trabalho cotidiano e metódico, que não recompensa fácil nem

²¹⁶ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 153.

²¹⁷ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 155.

rapidamente, “só raramente nos aplicamos de corpo e alma a um objeto exterior a nós mesmos”²¹⁸.

Aqueles que se educam nas academias brasileiras, diz Sérgio – há oito décadas! –, não se ocupam das carreiras para as quais se formaram, tomam-se antes pela obsessão em atingir os altos postos do Estado, sem a necessidade de construção de uma carreira planejada e arduamente disciplinada. No Brasil, os títulos de bacharel haveriam de valer como títulos nobiliárquicos, conferindo-se imediato acesso de seus portadores às múltiplas cadeiras estatais.

Saliente-se, por exemplo, a abundância de bacharéis das carreiras liberais no Brasil²¹⁹. Segundo Buarque, consequência de nosso apego cultural aos “valores da personalidade”; um personalismo que alimentou, inclusive, uma distorcida mentalidade sobre os cargos públicos, transformados em baluartes do maior proveito, sob o menor esforço metódico possível²²⁰.

Esse personalismo explicaria, também, a razão de jamais ter sido o liberalismo mais do que um discurso vazio entre nós. O bacharelismo liberal brasileiro nunca foi capaz de transpor o beletismo de sua pregação, vez que sua formação era quase incontornavelmente particularista e personalista.

O bacharel brasileiro é, antes, um homem cordial; a objetividade e impessoalidade do liberalismo, ainda que lhe arranhe a epiderme, não consegue penetrar-lhe o sangue²²¹.

Na crítica de Sérgio:

²¹⁸ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 153.

²¹⁹ Sabe-se que, hoje, mais da metade das Faculdades de Direito do mundo encontram-se no Brasil.

²²⁰ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 157.

²²¹ “Sérgio Buarque nos dá a perspectiva a partir da qual devemos avaliar o modo como ocorre a importação de idéias em nossa formação social. Afinal, sem deixar de lado as suas raízes, o homem cordial se completou, justamente, pela adoção de uma máscara de civilidade. O horror ao individual, ao espírito de cooperação, ao trabalho sistemático, às condutas reguladas por normas e valores universais conduz o homem cordial ao supra-sumo de sua auto-imagem, isto é, ao espírito de bacharelismo, modelo acabado da adoção do liberalismo em um ambiente cultural que lhe é estranho. Aqui entre nós o liberalismo se transforma num verniz superficial, sem peso e profundidade, porque atrás da máscara da civilidade encontra-se aquele que tem o maior pavor da individualidade, o homem cordial.” Cf. DECCA, Edgar Salvadori de. Ensaio de Nacionalidade: Cordialidade, Cidadania e Desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p.145-159, jan. 2006.

Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar a situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade. Não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção da vida bem definida e específica, que tivesse chegado a maturidade plena. Os campeões das novas ideias esqueceram-se, com frequência, de que as formas de vida nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, não se “fazem” ou “desfazem” por decreto.²²²

Cabe lembrar que o próprio liberalismo se ancora na negação do arbítrio pessoal. Uma das mais conhecidas formulações do liberalismo político, o contrato social, permite que os homens se reconheçam como iguais perante a lei e, com tal, possam se livrar de poderes personalistas, vez que protegidos pela superioridade abstrata das leis, por eles mesmos elaboradas conforme a sua reta razão.

Essa abstração do contrato social, ao fim e ao cabo, liga-se à concepção de que os homens podem se associar para regular as suas vontades, entregando-se o comando coletivo às instâncias superiores legais e objetivas, acima dos indivíduos, portanto.

²²² HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 160.

Tais questões, no entanto, como explica Pedro Monteiro, põem-se em absoluto confronto com os pilares da ética da cordialidade. Uma igualdade fundamental, defende, não pode conviver com uma eticidade de fundo emotivo, que atribui valor a diferentes homens a partir de paixões e preferências familiares ²²³.

De todo modo, para Buarque, nossos bacharéis e homens de letras nunca foram de muita consistência. Apegavam-se antes a sonhos e imaginações teóricas. Gabavam-se de uma erudição meramente epidérmica, refestelando-se em abundantes citações em idiomas estrangeiros e nomenclaturas pouco compreensíveis, com evidente intuito de “deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas”²²⁴.

A elite “pensante” não foi capaz, diz Sérgio, de exercer a liderança política do país aos sinais da decadência do mundo rural e, por consequência, das elites aristocráticas.

Eram, de modo geral, apegados a uma erudição pouco útil à condução objetiva e segura das questões públicas. Para completar o quadro, as elites bacharelescas tampouco estavam habituadas a conduzir o Estado de modo impessoal; já assentadas nas fileiras estatais, sua formação personalista, cordial e *familiarista*, muito dificultaria a esperada impessoalidade na condução da *res* pública.

Tornaram-se funcionários “patrimoniais”, como quer Sergio – que renuncia ao emprego de “patrimonialismo”, substantivo; prefere antes o adjetivo, na qualificação da atitude dos burocratas (impuros) do Estado brasileiro.

E assim explica, em *Raízes do Brasil*:

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que

²²³ MONTEIRO, *A Queda do Aventureiro*, cit., p. 212.

²²⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 164.

mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos.²²⁵

Assim é que podemos finalizar o empreendimento de traçar o panorama do Homem Brasileiro, segundo Sérgio Buarque de Holanda, bem como de sua relação com os seus – pretensamente iguais – concidadãos.

Tendo como pano de fundo uma eticidade emotiva, o homem cordial imprimiu sua marca no modo de ocupar o campo e a cidade. Na zona rural, valeu-se de um modo de produção exploratório e pouco racional, que lhe rendesse lucros fáceis ao custo do menor trabalho possível. Adaptou-se ao meio rural com notória facilidade, e tal capacidade de adaptação levou-o à cidade; no meio urbano, incitado a erigir as instituições políticas do Estado, encontrou grande dificuldade em apartar a ordem familiar da ordem estatal.

Diante dos desafios de ordem política, o brasileiro preferiu o emotivismo de Antígona à ordenação de Creonte. Na administração pública nacional, imperaram os servidores patrimoniais e as lideranças políticas e intelectuais bacharelescas. Para além do discurso estético, não vingou a impessoalidade liberal. Em tal contexto, a República, tal qual a democracia, não passaria de um “lamentável mal-entendido”²²⁶.

²²⁵ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 146.

²²⁶ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 160.

Capítulo 3 – Novos tempos: a crítica da tradição

Já dissemos que *Raízes do Brasil* está entre os clássicos da chamada literatura de interpretação do Brasil.

Também já anotamos que a leitura de *Raízes do Brasil* não é incontroversa; já de plano, nasceu para refutar diversas outras teses e para mergulhar no rico debate de seu tempo a respeito das origens e peculiaridades da alma brasileira. Dizemos que *Raízes do Brasil* põe Sérgio Buarque em colisão com autores cujas obras assumiam certo tom racista, a exemplo de Oliveira Vianna, embora com este possa compartilhar a ênfase na cultura nacional. Sabemos, também, que Sérgio tem semelhanças e dissonâncias tanto com Freyre quanto com Caio Prado Júnior, seus contemporâneos.

Tampouco podemos nos esquecer que, além dos embates diretos, *Raízes do Brasil* tem uma recepção acalorada nos meios acadêmicos; sabemos, no entanto, que as teses esboçadas no livro foram vistas com desconfiança pelos pesquisadores das Ciências Sociais posteriores, seja pela ousadia do escopo de *Raízes*, seja por sua linguagem menos apegada a certo rigor cientificista que impera ainda hoje nos ambientes acadêmicos.

Com razão, deve chamar nossa atenção o fato de que, nas últimas décadas, nosso país observou pouquíssimas produções com objetivos tão amplos como de outrora. Leonardo Avritzer explica, em linhas gerais, essa sucessão de gerações das ciências sociais no Brasil:

O processo de formação e profissionalização das ciências sociais no Brasil gerou um paradoxo em termos das teorias disponíveis de explicação da especificidade nacional. Por um lado, no primeiro período das ciências sociais brasileiras, surgiu um conjunto de teorias de natureza mais ensaística, pouco sofisticadas do ponto de vista heurístico, que escolhiam algum aspecto da formação social brasileira — a presença do Estado ou o privatismo — e tentavam propor, com base nesse elemento, um modelo analítico para o entendimento do país. É assim que podemos entender o surgimento de alguns ensaios que se tornaram referência básica para a compreensão do Brasil, como *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, ou *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. A partir dos anos 60, as ciências sociais brasileiras entraram em acelerado processo de

profissionalização, que levou à aplicação mais minuciosa dos modelos analíticos disponíveis à realidade brasileira. Desse processo de profissionalização surgiram o que nós poderíamos chamar de teorias de médio alcance que se preocuparam em explicar alguns aspectos da sociedade brasileira, como o corporativismo, a cidadania, os partidos políticos, o sindicalismo e a organização do Estado. No entanto, ao tentarmos adquirir uma perspectiva de longo prazo do processo de formação e consolidação das ciências sociais no Brasil, notamos uma lacuna: poucas foram as obras produzidas durante o período recente de profissionalização das ciências sociais no país que propuseram uma explicação geral acerca das características constitutivas da sociedade brasileira.²²⁷

O estudioso de qualquer campo das Humanidades que queira, portanto, encontrar obras recentes com o intuito de explicar a formação da cultura nacional, certamente se frustrará; o que temos visto nos últimos anos é um esforço para entender a vida nacional explicitamente deslocado *do macro para o micro*.

O Estado brasileiro deixou de ser estudado a partir de uma mirada abrangente²²⁸, e passou a ser multifocalizado pelo caleidoscópio profissionalizado das Ciências Sociais no Brasil.

Nesse sentido é que podemos conceber as tensões que produz um clássico como *Raízes do Brasil* ainda hoje. Estamos diante de um ensaio atraente pelo colorido de seus exemplos e pela convincente retórica do autor, mas que, evidentemente, sofre críticas²²⁹ das mais variadas: por um lado, a pouca exatidão de suas fontes e

²²⁷ AVRITZER, Leonardo. A Singularidade Brasileira. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 45, p.165-168, fev. 2001.

²²⁸ Pensamos que é devido retomar, com urgência, os estudos do Brasil e do Estado brasileiro sob um olhar transdisciplinar, que faça correlações, associações e conjugações entre os diversos ramos do saber, e não colocá-los em diferentes compartimentos. É preciso estudar o Estado Brasileiro a partir de um horizonte temporal de longo alcance, valendo-nos da Filosofia, da Sociologia, da História, da Geografia, da Ciência Política, do Direito, e fazê-las dialogar; enfim: é preciso retomar uma interpretação *macrofilosófica* de nosso país. Cf. MAYOS, Gonçal. *Macrofilosofia de la Modernidad*. Sevilla: dLibro, 2012.

²²⁹ Veja-se a crítica dos intérpretes do Brasil de Christian Edward Cyril Lynch, em artigo denominado “Saquaremas e Luzias: A sociologia do desgosto com o Brasil”. Para Lynch, os intérpretes “saquaremas” – estadocêntricos, de linhagem varguista, de tendências populistas – se opõem, na História do Brasil, aos intérpretes “luzias” – sociocêntricos, críticos dos líderes populares e de um Estado que, em tese, sufoca a “sociedade civil”. Uma tal oposição, diz Lynch, se reflete não apenas na história do pensamento político brasileiro enquanto discurso acadêmico, mas também na atuação política dos partidos brasileiros. Sérgio Buarque de Holanda seria um cristalino exemplo, diz Lynch, de um intérprete luzia. O artigo também é uma radical crítica aos pensadores das ciências sociais da Universidade de São Paulo, a quem classifica como “Uma máquina de reprodução e autoelogio”, que entende que o “pensamento sociológico do Brasil é o pensamento sociológico do departamento de

argumentos, o que parece ser a crítica dos pesquisadores mais positivistas, e por outro, as perspectivas políticas que parecem aflorar das camadas internas da obra.

Em nossos tempos, um autor, em especial, parece estar se destacando pela crítica da tradição dos intérpretes do Brasil. Tratamos, aqui, de Jessé José Freire de Souza, Professor Titular de Ciência Política, atualmente na Universidade Federal Fluminense. Jessé de Souza, como é conhecido, tem se notabilizado pela crítica à linhagem mais influente de interpretações do Brasil, publicando, inclusive, obras altamente vendáveis como *A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*²³⁰, *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*²³¹, *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*²³², ou mesmo o mais recente, *A Tolice da Inteligência Brasileira*²³³.

Nas próximas páginas, assim, faremos um breve apanhado das críticas e ponderações de Jessé de Souza, para muitos bastante persuasivas, tanto a respeito da histórica tese do patrimonialismo – que, para Jessé, se inicia com Sérgio Buarque de Holanda – quanto especificamente dos argumentos nucleares de *Raízes do Brasil*.

Por conseguinte, reavivaremos modestamente os temas desenvolvidos nos dois primeiros capítulos de nosso trabalho para, com a devida reverência, analisar as críticas desse cientista social, esperançosos de demonstrar que, a despeito das muitas objeções possíveis a *Raízes*, esta segue sendo obra de grande importância e atualidade para todos aqueles que se disponham a pensar o Brasil e o Estado Brasileiro.

Sociologia da USP”. Cf. LYNCH, Christian Edward Cyril. Saquaremas & Luzias: A sociologia do desgosto com o Brasil. *Revista Insign Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p.21-37, out. 2011.

²³⁰ SOUZA, Jessé de. *A Modernização Seletiva: reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

²³¹ SOUZA, Jessé de. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

²³² SOUZA, Jessé de. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

²³³ SOUZA, Jessé de. *A Tolice da Inteligência Brasileira: Como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.

3.1 – Uma tal *sociologia da inautenticidade*

Em *A Modernização Seletiva*, Jessé elabora uma intrincada rede de argumentos críticos à tradição dos intérpretes do Brasil e à uma de suas mais caras teses, qual seja, o *patrimonialismo*. O objetivo do livro, como defende o próprio autor, é o esclarecimento daqueles pressupostos que perpassam a interpretação que os brasileiros tem de si mesmos.

Jessé aponta para o fato de que, entre nós, popularizou-se uma certa “sociologia da inautenticidade”, segundo a qual o Brasil não teria alcançado uma modernização completa, como os países da Europa ou mesmo os Estados Unidos da América; segundo essa sociologia da inautenticidade – criticada por Souza – a modernização brasileira seria apenas de fachada, “para inglês ver”²³⁴.

Para Jessé, o discurso de que em nosso país não prosperara a mesma “boa” modernização, teria lugar não apenas nas “ilusões objetivas do senso comum”²³⁵, mas ganhara ares científicos e de ciência social crítica em diversas obras consideradas clássicas. *Raízes do Brasil* seria uma delas.

Segundo Jessé, Sérgio Buarque de Holanda seria, talvez, o fundador dessa sociologia da inautenticidade, justamente pela sofisticação das análises agudas da história do Brasil. Entende haver imprecisões problemáticas na obra de Buarque, como, por exemplo, a definição de “europeísmo”, essencial para se compreender Portugal como um país na zona de fronteira daquilo que seria uma nação realmente europeia²³⁶.

Tal imprecisão – argumento central da crítica – geraria graves dificuldades para a interpretação do Brasil:

Imprecisões são inevitáveis em qualquer estudo. Uma imprecisão em relação ao argumento nuclear de uma teoria tem no entanto, as mais graves consequências. Em nenhum ponto do livro é definido

²³⁴ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 11.

²³⁵ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 13.

²³⁶ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 13.

o que é “europeísmo”, nem muito menos, o que Portugal tem de semelhante ou de dessemelhante em relação a essa tradição. Em alguns instantes temos a impressão que o “outro” de Portugal é a tradição calvinista ascética, em outros a própria Espanha. Em todos os casos o argumento de Buarque é convincente, elegante e sofisticado. No, entanto, no decorrer de todo o livro ele é, também, impreciso. Creio que essa imprecisão é a causa última do fato de Buarque perceber sempre continuidade do personalismo português, por exemplo nas revolucionárias mudanças do Brasil da primeira metade do século XIX, em vez de descontinuidade e novidade radical.²³⁷

Mas, afinal, qual é a tese, comum tanto ao pensamento científico brasileiro quanto ao discurso social cotidiano, que Jessé pretende criticar?²³⁸ E qual seria a sua relação com a obra de Sérgio Buarque?

É que, segundo Souza, haveria uma espécie de “ideia-força” que dirigiria a vida política brasileira, ideia segundo a qual o Estado brasileiro deveria ser visto, antes de tudo, com suspeita, pois que incompetente e não-confiável. Por outro lado, essa mesma ideia-força carimbaria o mercado como o reino da racionalidade.

Para Jessé, Buarque teria lançado as bases dessa ideia-força a partir do momento em que formulou a tese do patrimonialismo. Seria mais um discípulo de Gilberto Freyre²³⁹, ainda que Holanda preferisse adotar tom mais crítico.

²³⁷ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 13.

²³⁸ Não passa despercebido que Jessé de Souza parece ter ficado mais crítico da tradição dos intérpretes do Brasil ao longo do tempo. Se, em *A Modernização Seletiva*, Jessé propõe reparos a Freyre e Holanda sem descuidar de elogiar em alguns aspectos, a partir de *A Tolice da Inteligência Brasileira* é notoriamente mais boquirroto. Em entrevista recente, por ocasião da celebração dos 80 anos de *Raízes do Brasil*, o sociólogo chega a dizer, ao ser questionado sobre a importância da obra: “Sérgio Buarque construiu a interpretação do Brasil mais influente até hoje. Em grande medida, ela advém de Gilberto Freyre (1900-87), como a noção de identidade nacional baseada nos afetos e nos sentimentos supostamente trazida de Portugal. Cientificamente, a validade dessa interpretação é, no entanto, nula. E sua celebração até hoje mostra apenas a miséria de nosso debate acadêmico, e, por consequência, de nosso debate público”. Cf. SOUZA, Jessé de. *Celebração de obra mostra miséria de nosso debate, diz Jessé Souza*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/08/1799284-celebracao-de-obra-ostramiseria-e-nosso-debate-dizjessesouza.shtm> l>. Acesso em: 20 nov. 2016

²³⁹ Diz Jessé: “Foi Freyre, afinal, o primeiro a articular a tese do ‘mestiço *is beautiful*’, permitindo interpretar a miscigenação visível e palpável da sociedade brasileira como uma ‘virtude cultural’ – quando durante todo o século XIX e até os anos 1930 era considerado por todos como nosso principal defeito – e sinal, ‘empiricamente verificável nas ruas’, da suposta tolerância e abertura cultural brasileira. Foi Freyre, portanto, quem construiu o ‘vínculo afetivo’ do brasileiro com uma ideia de Brasil, em alguma medida, pelo menos, ‘positiva’, com a qual a nação e seus indivíduos podiam se identificar e se autolegitimar.” Cf. SOUZA, *A Tolice da Inteligência Brasileira*, cit., p. 19.

Para explicar a genealogia da tese do patrimonialismo brasileiro, tendo em *Raízes* o seu início fundante, Jessé estabelece alguns pontos fundamentais de compreensão. Dentre eles, o “marco zero” da obra seria a ideia da herança ibérica e, particularmente, o modo com que Holanda concebe Portugal. Holanda – e muitos dos seus seguidores – teria não apenas concebido essa herança em termos imprecisos, mas *alimentado*, de maneira ambígua, a tese do mundo ibérico como nosso berço original²⁴⁰.

Não há, para Jessé, uma elaboração exata do conceito de “europeísmo”²⁴¹, o que prejudicaria saber quais, exatamente, seriam as diferenças de Portugal em relação aos países “centrais” da Europa. Em última análise, haveria prejuízo, também, para a compreensão da exatidão de nossa singularidade.

O segundo ponto de extrema importância na construção buarqueana, diz Jessé, é o da *cultura da personalidade*. Jessé ressalta que Buarque considera o *personalismo* enquanto parte do legado ibérico, marcante em toda a história brasileira, o grande responsável pela dificuldade de ordenações horizontais e formas de organização coletivas no país.

Para Buarque, diz, o personalismo português teria se refletido em uma mentalidade social de reconhecimento por méritos e títulos individuais; tal personalismo, embora decididamente originário das aristocracias rurais, teria se espalhado por todas as camadas sociais brasileiras, inclusive a plebe²⁴².

Sobre o sentido de “personalismo” em *Raízes do Brasil*, diz Jessé:

Personalismo, no sentido utilizado por ele, vincula responsabilidade individual e respeito ao mérito individual *enquanto aspectos subordinados à própria personalidade*. Os fins e objetivos perseguidos por essa personalidade fidalga jamais são *extrapessoais ou impessoais*, o que implicaria, desse modo, submissão a objetos exteriores, quer sejam

²⁴⁰ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 162.

²⁴¹ Segundo Buarque: “A Espanha e Portugal são, com Rússia e os países balcânicos (e em certo sentido também a Inglaterra), um dos territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim, eles constituem uma zona fronteiriça, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo, que, não obstante, mantêm como um patrimônio necessário”. Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 31.

²⁴² SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 162.

de natureza religiosa quer sejam mundanos. O alfa e ômega da ideia de personalismo em Sérgio Buarque aponta, portanto, para uma constelação de interesses e valores que encontram no próprio indivíduo sua razão de ser e seu norte. Por conta disso é que a vinculação com sentimentos e afetos é que irá conferir substância a esse tipo de personalidade. Daí também a fragilidade relativa das relações sociais baseadas em interesses racionais numa sociedade personalista.²⁴³

Jessé defende que, a partir desse conceito de personalismo, Sérgio Buarque de Holanda vai desenvolver a maior parte – se não todos – dos seus argumentos. Destaca que Buarque teria visto no personalismo a razão da dificuldade de sustentação de uma ética do trabalho, bem como da inibição das associações racionais em prol de objetivos materiais, e não meramente afetivos ou pessoais.

Em outra mão, seria o personalismo o responsável pelo que Jessé apelida de “virtude dos fracos” em *Raízes*: a plasticidade. A cultura da personalidade, peça-chave para a compreensão do legado ibérico, diz Jessé, traria dores e delícias: a dificuldade de associação racional, por um lado, e a virtude de adaptação e o modo de ser plástico, por outro²⁴⁴.

Jessé direciona o leitor de *A Modernização Seletiva* para a percepção de que o personalismo está atrelado ao modo de vida essencialmente rural; que essa cultura da personalidade, que se traduz no estabelecimento de uma civilização de raízes rurais, será de força tão proeminente que atingirá os ambientes urbanos do Brasil. O modo de ser e agir ibérico, seu personalismo e plasticidade, sua ética aventureira e sua aversão ao metodismo racionalista, inundarão seu modo de viver citadino – e, por fim, seu agir político²⁴⁵.

Essa “permanência” indica o núcleo daquilo que Jessé tem por objetivo denunciar. Veja-se que, ao transpor o modo de vida “atrasado” – rural, personalista – para a vida “moderna” – urbana e em tese impessoal –, o brasileiro teria se atrelado a sua herança “maldita” de modo intransponível.

²⁴³ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 163.

²⁴⁴ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 164.

²⁴⁵ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 165.

Mesmo quando ergue as cidades, as instituições políticas e as associações teoricamente objetivas entre os homens, o brasileiro não teria aderido a uma “modernidade” efetiva, mas a uma a modernização “para inglês ver”: teriam se mantido os aspectos essenciais de seu atraso, quais sejam, a cultura aventureira e personalista²⁴⁶.

No capítulo que trata do Homem Cordial, aponta Jessé, há uma transição do argumento cultural ao político. Ali, Buarque teria conectado as pontas do seu argumento, o modo de agir cotidiano – extensão urbana da mentalidade rural – e o funcionamento das instituições políticas. Indicaria, assim, uma permanência difícil de ser superada, a sombra do atraso brasileiro.

O personalismo seria tomado, portanto, como a raiz do Estado patrimonial. Explica Jessé:

O patrimonialismo desenvolve-se diretamente do personalismo, impedindo o desenvolvimento de um Estado racional democrático. O Estado permanece como uma mera generalização do princípio de sociabilidade familiar baseada na preferência particularista dos afetos, alfa e ômega do personalismo enquanto concepção de mundo. A burocracia racional, enquanto princípio contíguo à moderna democracia, na medida em que corporifica a possibilidade de um trato objetivo e conseqüentemente igualitário das questões políticas, não pode desenvolver-se como um elemento autônomo nesse contexto.²⁴⁷

Aqui é que Jessé se prepara para sua tentativa de eviscerar e, ao fim, recusar a contribuição de Sérgio Buarque de Holanda para se pensar o Brasil. Nessa travessia entre o rural e o urbano, do familiar ao político, Jessé encontra antes uma pinguela, e não uma ponte; o sociólogo entende que há um “retorno” constante do atraso e dos

²⁴⁶ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 166.

²⁴⁷ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 167.

motivos do atraso brasileiro no argumento de Sérgio²⁴⁸, ou, em suas próprias palavras, o “eterno retorno do mesmo”²⁴⁹.

Esse “mesmo”, sabemos, é o iberismo, ponto fulcral da caracterização da alma nacional em Holanda. Como veremos, é exatamente esse “retorno do mesmo”, essa continuidade do “jeito” luso – personalista, aventureiro, cordial – que Jessé entende não se sustentar do ponto de vista teórico²⁵⁰.

3.2 – Jessé Souza: o crítico do *culturalismo e do economicismo*

Para Jessé, a interpretação buarqueana é uma forma “unilateral, incompleta e enviesada de conceber nossa realidade”²⁵¹. Esta forma, no entanto, estaria no cerne de uma tal “ideia-força” submersa no pensamento social e político brasileiro, para ele evidente, aliás, no clássico *Os Donos do Poder*²⁵², de Raymundo Faoro. Nesta obra, a tese do patrimonialismo – que em Sérgio Buarque de Holanda não recebe tratamento maior que um parágrafo, vez que o patrimonialismo é mera manifestação da cultura do personalismo – ganha contornos mais robustos.

²⁴⁸ Sobre a relação do passado com o presente, em *Raízes do Brasil*, recomendamos Sandra Pesavento em seu “Cartografias do Tempo: palimpsestos na escrita da história”, artigo que se dedica à compreensão da concepção de História subjacente à obra de Sérgio Buarque. Afirma: “A incorporação da temporalidade na reflexão de SBH se traduz, pois, neste princípio, de libertar o presente do passado, hiperidéia que subordina tudo, fontes, testemunhas, citações, ziguezagues no tempo, exclusões no espaço”, de modo que a convocação do passado seja uma “tarefa erudita, sem dúvida, mas necessária, pois para demonstrar as raízes e a herança que impedem a mudança, ele desce às sensibilidades. Ora, ir ao encontro dos sentimentos implica atingir este núcleo íntimo, de tradução externa de uma experiência sensível interna”. In PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Caligrafias do Tempo: palimpsestos na escrita da história*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Um Historiador nas Fronteiras: O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2005. p. 17-79.

²⁴⁹ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 166.

²⁵⁰ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 167.

²⁵¹ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 169.

²⁵² Obra em que Raymundo Faoro, ilustre advogado e membro da Academia Brasileira de Letras, articula a tese de que o patrimonialismo é a estrutura política que percorre toda a história brasileira, estrutura na qual as elites políticas comandam os negócios públicos como seus negócios privados; na qual, também, o capitalismo é marcado pela aventura colonial do início de nossa formação. Há, assim, grande coincidência temática entre Faoro e Holanda, que aqui, infelizmente, não exploraremos. Cf. FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2011.

Sabemos, ainda, que o autor de *O que faz o Brasil, Brasil?*²⁵³, o instigante antropólogo Roberto DaMatta²⁵⁴, também não escapa da artilharia jesseana, a quem taquigrafa como um representante do “culturalismo conservador”.

Ocorre que, na construção do argumento de *A Modernização Seletiva*, Jessé encontra em *Raízes do Brasil* uma peça-chave para entender o modo com o que o brasileiro se auto-percebe. Assim, a ideia do personalismo ibérico – que Sérgio traria de Freyre e a entregaria para posterior desenvolvimento de Faoro – estaria no núcleo de uma “sociologia da inautenticidade”, pensamento responsável por compreender o Brasil como um “pária” entre os países ocidentais.

Para esta corrente, que Jessé Souza nomeia e critica²⁵⁵, o subdesenvolvimento econômico e a fraqueza das instituições democráticas brasileiras estariam inegavelmente atrelados à sua não-adesão aos valores “modernizadores” democráticos. Em outras palavras, seria preciso *ocidentalizar* a cultura brasileira.

²⁵³ DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

²⁵⁴ Uma das contribuições de Roberto DaMatta para pensar o Brasil dialoga diretamente com a obra de Holanda. Em texto intitulado “Você Sabe com Quem Está Falando? Um Ensaio Sobre a Distinção Entre Indivíduo e Pessoa no Brasil”, DaMatta reflete sobre seus estudos antropológicos a respeito das relações sociais brasileiras e sobre o uso do jargão “você sabe com quem está falando?” como marcador de posições sociais hierárquicas na sociedade brasileira. De fato, a expressão é tão brasileira quanto o futebol, o samba e o carnaval, diz o antropólogo; no entanto, como a expressão traduz conflito, contrária à ideia de nós mesmos como povo afável, portanto, é ensinada e praticada às escondidas e, em geral, aquele que a usa não se orgulha nem disso se gaba. Para DaMatta, o fato do uso do jargão ser bastante comum no Brasil reflete a ideia de que, em nosso país, o que prevalece é o “personalismo”, e não o “individualismo”. Não que DaMatta entenda o individualismo como usualmente concebe a filosofia política, peculiar ao pensamento iluminista. Para DaMatta, entender o homem como “indivíduo” seria uma característica das sociedades Ocidentais que prezam pela igualdade de todos perante a lei. Já a noção de “pessoa” seria típica de sociedades não-modernas, holísticas e hierarquizantes. Nesse sentido, DaMatta concebe o Brasil com uma grande tribo em que todos *querem* ser caciques, e em que a igualdade entre os homens não é reconhecida. O personalismo aproximaria o Brasil, portanto, de sociedades e países atrasados, de estrutura social hierarquizada e não-igualitária. O mesmo entendimento poderia ser extraído de *Raízes do Brasil*, em que Holanda percebe entre nós o vanglorio dos títulos como marcas de distinção social, comumente levantados por aqueles que os detêm, aliás, quando confrontados com a possibilidade de aplicação da lei como “cidadãos comuns”. Imediatamente, diz, lançariam à queima-roupa a autoritária expressão: “*Você sabe com quem está falando?!?*” Cf. DAMATTA, Roberto. *Você Sabe com Quem Está Falando?: Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil*. In: DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2000. p. 146-2004.

²⁵⁵ A crítica de Jessé se estende à leitura que os “sociólogos da inautenticidade” fazem de Weber; inclui-se aí, portanto, a leitura de Holanda. Para uma crítica dessa interpretação weberiana corrente, e a propositura de uma leitura completa da sociologia das religiões de Weber, recomendamos: VIANNA, Luiz Werneck. *Weber e a Interpretação do Brasil. Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, p.33-47, mar. 1999. e também SOUZA, Jessé de. *A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, p.97-116, out. 1998.

De modo sintético, é assim que Jessé reage a essa interpretação:

O Brasil não é um país moderno e ocidental no sentido comparativo de afluência material e desenvolvimento das instituições democráticas. Mas o Brasil é certamente um país moderno no sentido ocidental do termo, se levarmos em conta que os valores modernos e ocidentais são os únicos aceitos como legítimos. Esses são os nossos valores dominantes e é isso que explica o fascínio do tema da modernização entre nós. Para a imensa maioria da legião de párias urbanos e rurais, sem lugar ao novo sistema, produto de séculos de abandono, a desigualdade aparece como um resultado natural, muitas vezes percebido como fracasso próprio.²⁵⁶

Neste fragmento, podemos perceber uma certa transição na argumentação de Souza. Surge, aqui, algo que parece estar subjacente a todo o seu labor crítico à tradição do pensamento político brasileiro: a ideia de uma “violência simbólica”²⁵⁷ a que estaríamos submetidos, sobretudo os excluídos do sistema político e econômico.

E o que seria, então, essa “violência simbólica”? Segundo Jessé, refere-se exatamente à – escandalosa – reprodução dos privilégios das elites brasileiras. Se, no passado, os privilégios se justificavam pela linhagem sanguínea ou por motivos religiosos, no tempo presente essa reprodução careceria de justificativa mais velada, disfarçada de convencimento²⁵⁸, portanto:

A tese central deste livro é que tamanha “violência simbólica” só é possível pelo sequestro da “inteligência brasileira” para o serviço não da imensa maioria da população, mas do 1% mais rico, que monopoliza a parte do leão dos bens e recursos escassos. Esse serviço que a imensa maioria dos intelectuais brasileiros sempre prestou e ainda presta é o que possibilita a justificação, por exemplo, de que os problemas brasileiros não vêm da grotesca concentração da riqueza social em pouquíssimas mãos, mas sim da “corrupção apenas do Estado”. E isso leva a uma falsa oposição entre Estado demonizado e mercado – concentrado e superfaturado como é o mercado brasileiro –, como o reino da virtude e da eficiência. E em

²⁵⁶ SOUZA, *A Tolice da Inteligência Brasileira*, cit., p. 10. Para o aprofundamento das concepções civilizatórias do Brasil – e da América Latina –, todavia, sempre recomendamos: HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial*. Trad. M.H.C. Cortes. São Paulo: Objetiva, 1997.

²⁵⁷ SOUZA, *A Modernização Seletiva*, cit., p. 267.

²⁵⁸ SOUZA, *A Tolice da Inteligência Brasileira*, cit., p. 11.

um contexto no qual não existe fortuna de brasileiro que não tenha sido construída à sombra de financiamentos e privilégios estatais nem corrupção estatal sistemática sem conivência e estímulo do mercado.²⁵⁹

É preciso observar com atenção, assim, o giro argumentativo que Jessé Souza se permite fazer. O trajeto que se inicia com uma crítica sociológica densa, valendo-se de uma interpretação mais rigorosa da sociologia das religiões de Weber, passando por leituras de Norbert Elias e Charles Taylor, desagua numa arguta crítica política da desigualdade brasileira e do papel que os intelectuais desempenham na reprodução do discurso que legitima as disparidades econômicas e sociais da nação.

Jessé Souza, nesse ponto, está de acordo com Werneck Vianna; enxerga dois ramos do pensamento político brasileiro aos quais podemos atribuir o inglório papel de “sustentar” o discurso oficial de que o Estado é eminentemente corrupto e ineficaz, e o mercado o reino das virtudes, discurso visto como raiz de nossas desigualdades e da negação de direitos fundamentais às camadas excluídas da população. Os dois ramos seriam “o culturalismo conservador” – que muito se valeria de Weber, ou de uma leitura muito específica de Weber – e o “economicismo” – que poderia assumir tanto posições “liberais” como de “esquerda”, o que significaria, trocando miúdos, leituras superficiais ou forçadas de Marx.

Isto, aliás, Werneck Vianna já denunciara anteriormente, ao apontar Weber e Marx como os autores mais influentes da tradição de interpretações do Brasil:

Marx e Weber, dois pensadores clássicos das ciências sociais, não somente estão entre os autores mais citados nas dissertações de mestrado e nas teses de doutorado da disciplina, como também se constituem na principal referência da grande controvérsia que anima a literatura sobre a interpretação do Brasil. Contudo, tem predominado até aqui um tipo de recepção a eles que enfatiza aspectos parciais das suas teorias, selecionados em função das diferentes motivações dos autores brasileiros que os mobilizam para suas explicações do país. Assim, quanto a Marx, a apropriação que se faz do seu trabalho varia, como se sabe, em função das opções temáticas de seus intérpretes: a valorização do tema da vontade política como recurso de superação da disjuntiva atraso/moderno,

²⁵⁹ SOUZA, *A Tólice da Inteligência Brasileira*, cit., p. 12.

tendo motivado — principalmente nos círculos extra-universitários — uma leitura que privilegiou os seus textos políticos, que contemplavam a possibilidade de saltos revolucionários, dando curso a um marxismo cujo paradigma é a Rússia, enquanto a preferência pela análise do processo de imposição do capitalismo no Brasil, como na grande reflexão social paulista, conduziu a uma maior aproximação com o modelo de ‘O capital’ com base no paradigma inglês. O “nosso” Weber tem conhecido uma fortuna similar, uma vez que tem sido convocado pela literatura, predominantemente, para explicar o atraso da sociedade brasileira, com o que se tem limitado a irradiação da sua influência a uma sociologia da modernização. Daí que a mobilização desse autor pela perspectiva do atraso se faça associar ao diagnóstico que reivindica a ruptura como passo necessário para a conclusão dos processos de mudança social que levam ao moderno - no caso, com o patrimonialismo ibérico, cuja forma de Estado confinaria com o despotismo oriental.²⁶⁰

No mesmo sentido, caminha a crítica de Jessé Souza. Para ele, os autores brasileiros que se valeram de Weber²⁶¹ privilegiaram exclusivamente uma leitura liberal; valeram-se de uma amostra da sociologia weberiana que pinta com tons triunfalistas o racionalismo moderno, deixando de lado o criticismo que o próprio autor elaborou em relação a esse racionalismo²⁶². Já os economicistas, diz, em especial os economicistas de esquerda, valeram-se de Marx, esticando seus conceitos e

²⁶⁰ VIANNA, Weber e a Interpretação do Brasil, *cit.*, p. 34.

²⁶¹ Também crítica das leituras weberianas de parte dos intelectuais brasileiros é Maria Sylvia de Carvalho Franco. Em “Sobre o conceito de tradição”, a autora discute o conceito de “tradição” opondo-o ao de “moderno”, presente na obra weberiana e de outros autores da sociologia alemã, e critica a maneira com que esses conceitos foram explorados na sociologia brasileira. O alvo de Maria Sylvia é a sociologia do desenvolvimento, ou os “dependentistas”, como o seu então colega - ambos, aliás, orientados por Florestan Fernandes – Fernando Henrique Cardoso. Cf. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Sobre o conceito de tradição. *Cadernos: Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, São Paulo, v. 5, n. 5, p.9-40, dez. 1973.

²⁶² “Talvez o uso de Max Weber e sua obra seja um dos exemplos mais significativos do caráter bifronte da ciência: tanto como mecanismo de esclarecimento do mundo quanto como mecanismo de encobrimento das relações de poder que permitem a reprodução de privilégios injustos de toda espécie. É um atestado da singular posição que Weber ocupa no horizonte das ciências sociais perceber que, precisamente por ter captado a ‘ambiguidade constitutiva’ do racionalismo singular ao Ocidente, ele tenha formulado os dois diagnósticos da época mais importantes para a autocompreensão do Ocidente até nossos dias: uma concepção liberal, afirmativa e triunfalista do racionalismo ocidental; e uma concepção crítica extremamente influente desse mesmo racionalismo, que procura mostrar sua superficial e unidimensionalidade.” Cf. SOUZA, *A Tólice da Inteligência Brasileira*, *cit.*, p. 16.

aplicando suas categorias de modo impróprio, um *materialismo* que acabaria por casar intelectuais da esquerda marxista com seus – fictícios – adversários neoliberais²⁶³.

Sem mais delongas, buscamos trazer tais apêndices da crítica deste importante intelectual brasileiro, sob o virtual risco de enfadar nosso leitor. O quadro crítico que desenvolve, contudo, merece ser considerado, reavivando o debate de nossas tradições de pensamento. Veja-se que, espremendo-se entre “conservadores” e “marxistas”, Jessé Souza dá uma instigante contribuição para a crítica não apenas do pensamento social e político brasileiro, mas também de certo consenso neoliberal que aqui parece ter se formado nas últimas décadas.

Ocorre, todavia, que o sociólogo posiciona nosso Sérgio Buarque de Holanda como uma espécie de “pai” do que chama de “culturalismo conservador” brasileiro, responsável, portanto, pela eminência de algumas ideias-chave ainda hoje marcantes, quais sejam: a idealização dos Estados Unidos – paraíso na Terra; a generalização do homem cordial brasileiro; a explicação da personalidade brasileira como justificativa de uma corrupção unicamente estatal; e, ainda, a propositura de um caminho nacional que abraçaria um inevitável antiestatismo conduzido por São Paulo.

Certamente, não está à nossa altura a tarefa de desafiar a intrincada crítica que faz Jessé Souza a Sérgio Buarque de Holanda, menos ainda as críticas que pretende fazer à toda a tradição do pensamento político e social brasileiro. Ousamos, no entanto, reposicionar e reavaliar alguns dos aspectos críticos à *Raízes do Brasil*.

Entendemos, com a devida vênua a Jessé Souza, que *Raízes do Brasil* permanece sendo um poderoso instrumento de leitura da vida nacional, e uma extraordinária ferramenta para todos aqueles que disso se ocupem, inclusive aqueles

²⁶³ Eis Jessé: “Ao construir as realidades simbólicas como epifenômeno de interesses materiais e ao imaginar que possam existir realidades materiais não mediadas simbolicamente, o marxismo não desenvolve um ‘aparato conceitual’ que possa dar conta – como fez Weber no contexto de sua sociologia das religiões – do ‘trabalho da dominação social’ que se transforma em ‘convencimento’, em dominação aceita e ‘desejada’ pelo próprio oprimido. Daí essa mania um pouco ridícula dos marxistas de sempre procurarem ‘consciência de classe’ e ‘atores revolucionários’ quando esses são sempre construções improváveis e que existem mais como exceção do que como regra. É como se a realidade da exploração não fosse um fenômeno total, existencial, afetivo, subpolítico, emocional e ligado a todo tipo de estímulo irracional, mas apenas uma exploração econômica que bastasse ser mencionada para ser compreendida”. Cf. SOUZA, *A Tólice da Inteligência Brasileira*, cit., p. 94

que pretendam denunciar o neoliberalismo e os intelectuais do pensamento único a ele atrelados.

3.3 – E nós, o que pensamos?

De pronto, já se pode dizer que não estamos alinhados com a insistente crítica – que não é invenção de Jessé Souza, diga-se, embora nele tenha refinado representante – que se tem feito àqueles que tomam a cultura como ponto de partida, e também de chegada, de seus estudos. Fato é que nos alinhamos àqueles que acreditam que uma percepção culturalista do Brasil e do Estado brasileiro pode nos conferir grande consistência teórica para os debates políticos do tempo presente.

Isto significa acompanhar a ideia de que a cultura não é transmitida de modo material ou biológico. A cultura existe e pode ser percebida a partir, sobretudo, da mirada histórica, e “transmite-se historicamente a partir da capacidade espiritual humana de aprender, recriar e transmitir o patrimônio cultural do qual somos, ao mesmo tempo, portadores e autores”²⁶⁴.

Por isso mesmo é que a contribuição de Sérgio Buarque de Holanda se torna tão expressiva. Se a cultura é transmitida historicamente – e, aliás, só pode ser apreendida e devidamente investigada pelas lentes da História –, a afirmação buarqueana sobre nossa herança portuguesa parece singularmente válida: “Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma”²⁶⁵.

Assim, a ascendência cultural brasileira em *Raízes* não é explicada de modo genético ou determinista, como faz crer Jessé Souza ao afirmar – levantando-se contra nossas raízes culturais ibéricas – que Buarque “examina o fenômeno da transmissão

²⁶⁴ HORTA, José Luiz Borges; RAMOS, Marcelo Maciel. Entre as Veredas da Cultura e da Civilização. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, v. 233, n. 58, p. 237, dez. 2009.

²⁶⁵ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 40.

cultural nos termos do senso comum que pensa mais ou menos assim: Se meu avô é italiano, então também sou”²⁶⁶.

Se fiéis formos à argumentação de Sérgio Buarque de Holanda, perceberemos que não são esses os termos com que o autor expõe sua tese sobre a cultura ibérica; não crê numa “fatalidade biológica”²⁶⁷, tampouco retira seu estudo das instituições, como acusa Jessé.

Pelo contrário, Holanda deixa claro que as próprias instituições são formadas a partir do reforço da plasticidade portuguesa e, em nosso caso, da cordialidade brasileira.

Sobre a substância que inunda as instituições econômicas e políticas portuguesas, seu modo de ser plástico e adaptável, aliás, diz Buarque:

No caso particular de Portugal, a ascensão, já ao tempo do mestre de Avis, do povo dos mesteres e dos mercadores citadinos pôde encontrar menores barreiras do que nas partes do mundo cristão onde o feudalismo imperava sem grande estorvo. Por isso, porque não teve excessivas dificuldades a vencer, por lhe faltar apoio econômico onde se assentasse de modo exclusivo, a burguesia mercantil não precisou adotar um modo de agir e pensar absolutamente novo, ou instituir uma nova escala de valores, sobre os quais firmasse permanentemente seu predomínio. Procurou, antes de associar-se às antigas classes dirigentes, assimilar muitos dos seus princípios, guiar-se pela tradição, mais do que pela razão fria e calculista. Os elementos aristocráticos não foram completamente alijados e as formas de vida herdadas da Idade Média conservaram, em parte, seu prestígio antigo. Não só a burguesia urbana mas os próprios labregos deixavam-se contagiar

²⁶⁶ Folha de São Paulo. *A quem serve a classe média indignada?:* Entrevista com Jessé Souza. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/01/1727369-a-quem-serve-a-classe-media-indignada.shtml>>. Acesso em: 22 out. 2016

²⁶⁷ Para nós, nada pode ser mais estranho à obra buarqueana que fatalismos e determinismos – materialistas, racistas, biológicos. Como defende Maria Odila, Sérgio Buarque, “ainda na década de 30, apegava-se às correntes filosóficas que se opunham à ideologia fascista. Modernista, tomava atitudes críticas com relação às noções de legados, tradições, nação, raça; rejeitava providencialismos e procurava caminhos para libertar a História de finalidades necessárias. Revoltava-se contra determinismos cientificistas, materialistas, racistas, climáticos, ou biológicos. Causalidades mecanicistas e leis abstratas pareciam mais apropriadas às ciências naturais do que à explicação de fenômenos históricos”. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, Historiador. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985. p. 10.

pelo resplendor da existência palaciana com seus títulos e honrarias.²⁶⁸

Vejamos, também, outra alcunha que o sociólogo pretende forçosamente cravar em Buarque: Jessé costuma defender que impera no Brasil um pensamento típico que erige São Paulo como o Estado “líder” na luta contra os “males do Estado Central”. Ainda que se arrazoe – a ideia, inclusive, é curiosamente consagrada no adágio do brasão da capital paulista, *non ducor ducor* –, não cremos que seja de todo preciso atribuir a Sérgio Buarque de Holanda a raiz dessa forma de pensar.

Diferente de autores como Simon Schwartzman²⁶⁹, que aderem à concepção de São Paulo como o abrigo da resistência modernizante brasileira, Sérgio Buarque, se o faz, põe-se antes a formular as especificidades do desenvolvimento paulista não como vetor virtualmente contrário à alma portuguesa, mas, sim, como um desdobramento natural da plasticidade íbero-brasileira.

O desenvolvimento específico paulista, em outras palavras, não se deve a algum tipo de rejeição da alma lusa, mas se dá justamente em função dela. Vejamos Buarque:

²⁶⁸ HOLANDA, Raízes do Brasil, *cit.*, p. 131.

²⁶⁹ Autor de *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, Schwartzman é um inegável advogado da patética tese da “singularidade paulista”. Baseando-se na tese do patrimonialismo, Schwartzman chega a dizer que, em São Paulo, não prosperou o modo patrimonialista de agir porque “para os paulistas, a política era uma forma de melhorar seus negócios; para quase todos os outros, a política era o seu negócio. E é nisso que reside a diferença e, em última análise, a marginalidade política daquele estado”, ou seja, como se a elite paulista jamais tivesse se valido de sua proeminência política para granjear benefícios financeiros. Em texto em que sequer consegue esconder sua admiração pelo ocidente *yankee* e sua ânsia pela dominação política paulista – o texto é lamentavelmente intitulado “São Paulo no Poder?” –, Schwartzman chega às raias do ridículo: “Já houve quem comparasse a Revolução de 32 com a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, observando que, no Brasil, ganhou o lado que corresponderia ao Sul norte-americano. Se o paralelo é válido, estaríamos finalmente chegando ao momento em que o ‘Norte’ moderno, liberal e capitalista começa a assumir sua liderança. O outro lado do pêndulo, evidentemente, é a reação dos que se marginalizam neste processo, representados, nos Estados Unidos de hoje, pelos georgianos de Carter. Os Estados Unidos estariam, assim, chegando ao fim da era do predomínio absoluto dos grandes centros industriais, liberais e capitalistas sobre o resto do país, era na qual só agora estaríamos entrando.” Em outras palavras, Schwartzman vê em São Paulo um centro que estaria se tornando proeminente *apenas* nos anos 80, época da publicação do artigo. Em relação a Schwartzman, e a determinada facção de intelectuais que se seduzem pelo predomínio político paulista, claro, serão sempre oportunas as mais duras críticas. Nada disso, no entanto, há em Buarque. Cf. SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit, 2001. E também SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo no Poder?*: Texto publicado no Jornal Estado de São Paulo. 1979. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/sppoder.htm>>. Acesso em: 22 out. 2016.

Sabemos que a expansão bandeirante deveu seu impulso inicial sobretudo a carência, em São Paulo, de braços para a lavoura ou antes a falta de recursos econômicos que permitissem à maioria dos lavradores socorrer-se da mão-de-obra africana. Falta de recursos que provinha, por sua vez, da falta de comunicações fáceis ou rápidas dos centros produtores mais férteis, se não mais extensos, situados no planalto, com os grandes mercados consumidores de além-mar. Ao oposto do que sucedeu, por exemplo, no Nordeste, as terras apropriadas para a lavoura do açúcar ficavam, em São Paulo, a apreciável distância do litoral, nos lugares de serra acima — pois a exígua faixa litorânea, procurada a princípio pelo europeu, já estava em parte gasta e imprestável para o cultivo antes de terminado o século XVI. O transporte de produtos da lavoura através das escarpas asperas da Paranapiacaba representaria sacrifício quase sempre penoso e raramente compensador.²⁷⁰

As bandeiras, tão frequentemente associadas no imaginário popular a um certo espírito desbravador paulista, assumem peculiar justificativa em *Raízes*. Neste fragmento, o historiador demonstra que o paulista, antes de mais nada, inspirou-se no coração aventureiro herdado de seus ascendentes lusos. Muito aquém de se diferenciar dos engenhos nordestinos, as expedições paulistas tinham antes objetivo de encontrar meios para que se perpetuasse o mesmo tipo de atividade, de pouco, desdenhoso, compensador e estável esforço. Longe de representar uma rejeição à plasticidade e ao *ethos* aventureiro pré-capitalista, como pensam alguns, a ocupação paulista em direção ao interior representa, seguindo o que pensa Sérgio Buarque, mais uma consequência da alma cordial brasileira²⁷¹.

Nesse sentido, não parece muito precisa a afirmação de Jessé Souza de que em *Raízes do Brasil* se inaugura um modo de ver a mentalidade paulista como apartada do restante do Brasil. O que se vê, aqui, é que São Paulo encontra em seu desenvolvimento específico mais uma ramificação da alma neo-lusa brasileira, e não a negação dela²⁷².

²⁷⁰ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, *cit.*, p. 131.

²⁷¹ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, *cit.*, p. 130-132.

²⁷² Para conhecimento mais apropriado da posição de Sérgio Buarque de Holanda sobre a expansão paulista, veja-se *Caminhos e Fronteiras*. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 2001

Mesmo em obras em que faz diversas revisões e reparos a *Raízes do Brasil*, anos depois, Sérgio Buarque de Holanda não parece se encaixar no criticismo com que Souza lhe dirige. Jessé, a todo momento, denuncia uma tradição intelectual que opõe uma São Paulo – capital do Brasil “moderno” – a um Rio de Janeiro – capital de um Brasil “tradicional”, “patrimonialista”.

Tal menosprezo intelectual pode albergar muitos dos autores que Souza critica, e não ousamos discutir; certamente, contudo, não é o caso de Holanda. Diferente do que faz parecer Jessé, há pouco ou quase nada que pareça indicar, em *Raízes do Brasil* ou no restante do que Sérgio escreveu, algum tipo de ideologia da supremacia paulista.

A afirmação de um Brasil progressista oposto a um Brasil tradicional, em Buarque, não toma contornos de uma suposta superioridade de São Paulo, mas – e aqui se atente – de elogio a um Brasil urbano em contraponto a um Brasil rural. Há, inclusive, o elogio dos centros urbanos de Pernambuco, criados pelo esforço colonizador holandês²⁷³.

Cumprе esclarecer, no entanto, que nossa maior e mais vigorosa objeção ao criticismo sociológico de *A Tolice da Inteligência Brasileira* reside na escandalosa afirmação de que Sérgio Buarque de Holanda tenha inaugurado um modo de pensar, em nosso país, comprometido em glorificar o mercado em absoluto prejuízo do Estado, a origem de todos os males da nação.

Isto sim, parece demais para nós.

Definitivamente, em *Raízes do Brasil*, não há formulação desse tipo. Incluir Sérgio Buarque de Holanda em um rol de pensadores que demonizam o Estado e entoam sublimes cânticos ao mercado, não nos parece mais que grosseira deturpação. A crítica de Holanda à condução personalista da coisa pública serve, ao contrário, aliás, à denúncia da apropriação do Estado pelo “mercado”; serve de apoio, portanto, à própria crítica do neoliberalismo que Jessé de Souza supõe empreender, jamais ao contrário.

²⁷³ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 62-66

Ao condenar a crítica de Holanda ao personalismo e ao patrimonialismo, vendo-a como elemento fundante de uma “tradição do pensamento brasileiro que critica o Estado e elogia o mercado”, confunde-se copiosamente. Em Buarque de Holanda parece claro que o personalismo, enquanto *elemento cultural*, não é um atributo do Estado, do mercado, da família ou das burocracias nacionais isoladamente. É o próprio modo de ser e de se relacionar do brasileiro que inunda todas as suas relações e construções sociais, *dentre* elas o Estado.

Isto significa dizer, diferente do que pensa Jessé, que o “mercado” – ou as relações econômicas que os brasileiros travam entre si – também se acomete do mesmo personalismo. Não existe, portanto, uma concepção buarqueana que se equilibre na divisão simplista entre “mercado bom” e “Estado mau”; com isso, apenas os leitores mais desavisados das recentes obras sociológicas poderiam concordar.

Existe, sim, um “Estado” personalista, tanto quanto um “mercado” personalista, igualmente abraçados pela cordialidade brasileira. Quanto a isso, um rápido incursão à obra de Buarque é bastante oportuno:

“O desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade. E é tão característica, entre nós, essa maneira de ser, que não desaparece sequer nos tipos de atividade que devem alimentar-se normalmente da concorrência. Um negociante de Filadélfia manifestou certa vez a André Siegfried seu espanto ao verificar que, no Brasil como na Argentina, para conquistar um freguês tinha necessidade de fazer dele uma amigo”²⁷⁴

Não há, portanto, como faz crer Jessé, uma tentativa de atrofiar o Estado para então se encontrar soluções mágicas no mercado ou na sociedade civil. Essa posição não aparece na obra de Sergio Buarque, sequer a tangencia. O que há, e isto sim pode ser explorado com honestidade, é uma clara oposição entre Estado e família, entre impessoal e particular.

²⁷⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 134.

Em outras palavras, Holanda percebe que o Estado brasileiro ainda não se conduzia por uma associação impessoal; permanecia umbilicalmente ligado ao seio familiar, não o *transcendia*. Assim, o Estado seria gerido de modo privatístico, familiar, pessoal, sentimental, cordial, tal como um apêndice dos negócios familiares das oligarquias – e isso é uma crítica, jamais um elogio torto ao reino dos negócios.

Destarte, conclui que a ideia de que prezariamos pelos ideais liberais ou democráticos²⁷⁵, por um Estado racionalizado e impessoal, seria apenas ilusória. Seguíamos sempre nos equilibrando entre um personalismo e o outro, alterando oligarquias²⁷⁶ no poder.

Submersos, portanto, a uma cultura personalista de raízes rurais, nosso *liberalismo*²⁷⁷, diz Sérgio, permanecia superficial, incapaz de combater a dominação oligárquica desde há muito enraizada nas entranhas de nosso Estado.

Não nos enganemos. O que há em *Raízes*, sim, é uma denúncia que, se não é a mesma, deveria ser fundamental a Jessé Souza. Se o sociólogo se preocupa justamente com a espoliação e a apropriação das riquezas nacionais por uma elite econômica, em detrimento do restante do país – “elite que se ampara no discurso de que as dificuldades de ascensão dos mais pobres são, afinal, resultantes de seus próprios fracassos”²⁷⁸ –, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, de certo, converge

²⁷⁵ A todo momento, Sérgio Buarque vê o princípio liberal democrático como ideal que ainda não se encaixava em nosso país, não perfeitamente acomodável ao nosso modo de ser – “um *lamentável* mal-entendido, portanto”. Para melhor compreensão de tais questões: Cf. ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizagens do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²⁷⁶ Diz Sérgio: “Nada há mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder: o dito célebre de Holanda Cavalcanti reflete a verdade, de todos sabida, acerca da semelhança fundamental dos dois grandes partidos do tempo da monarquia. Efetivamente quase nada os distinguia, salvo os rótulos, que tinham apenas o valor de bandeiras de combate”. Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, *cit.*, p. 182.

²⁷⁷ A tese de que as ideias liberais encontraram resistência para florescer no Brasil, no entanto, não é incontroversa. Recebeu de *Raízes* certamente uma de suas influências mais notórias, mas também teve em *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz, um forte impulso. Para Schwarz, o fato de as duas principais relações sociais do país terem sido, historicamente, *a do favor e a da escravidão*, demonstra como o liberalismo teria sido derrotado em seus ideais de igualdade, impessoalidade, etc. Por outro lado, Maria Sylvia Carvalho Franco critica essa posição, a qual nomeia de tese das “ideias fora do lugar”; para a autora, o liberalismo certamente floresceu no Brasil, e se articulou de um modo particular com a nossa realidade social. Cf. SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 10-31; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As ideias estão no lugar*. *Caderno de Debates*, São Paulo, v. 1, p.61-64, 1976.

²⁷⁸ SOUZA, *A Tolice da Inteligência Brasileira*, *cit.*, p. 11.

para essa mesma preocupação, pois se levanta contra aqueles que conduzem a coisa pública como se seus negócios privados fossem, ou em proveito desses negócios.

Ainda que pareça, não devemos nos fixar à ideia de que, em *Raízes do Brasil*, o tom geral seja de um pessimismo insuperável quanto aos problemas nacionais, sejam eles a dominação oligárquica, os estamentos patrimoniais do Estado ou a economia aventureira e pouco organizada. Mais uma vez, entender o “homem cordial” como um revés condenatório incompatível com o desenvolvimento e a modernização de nossa pátria, não é das mais acertadas interpretações. Buarque, ao contrário do que se sustenta, não é de tanta desesperança:

Apesar de tudo, não é justo afiançar-se, sem apelo, nossa incompatibilidade absoluta com os ideais democráticos. Não seria mesmo difícil acentuarem-se zonas de confluência e de simpatia entre esses ideais e certos fenômenos decorrentes das condições de nossa formação nacional. Poderiam citar-se três fatores que teriam particularmente militado em seu favor, a saber:

- 1) a repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população indígena, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo;
- 2) a impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo), que, pelo menos até recentemente, foram aliadas naturais das idéias democrático-liberais;
- 3) a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor.²⁷⁹

Embora a alma nacional possa hospedar os gérmenes de nosso atraso – em especial, o personalismo, que tantas barreiras impõe ao desenvolvimento da economia e à formação de um Estado Nacional apartado de interesses privatistas –, é também o receptáculo, segundo Buarque, que acolhe os elementos capazes de impulsionar *nossa revolução*.

Em razão de nossa própria plasticidade, acredita, não seria difícil o florescimento de novos ideais e novas formas de vida modernizantes²⁸⁰, tais como o

²⁷⁹ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 182.

²⁸⁰ Afinal, o objetivo que interessa a todo *modernista*, como Sérgio.

avanço triunfante da vida urbana. Tudo isto embebido por nossa repulsa por hierarquias racionais – e, portanto, pelo autoritarismo desbragado – e pela incoerência que se apresenta entre o racismo e as nossas mais legítimas formas de viver.

Assim, relativamente despidos dos preconceitos de raça e cor, avessos ao despotismo – que “condiz mal com nossa doçura de gênio” – e adaptáveis que somos a uma nova vida moderna, urbana e industrializada, é que, enfim, procederíamos à nossa revolução.

Essa revolução, segundo Buarque, nos livraria do agrarismo e da dominação oligárquica. Não ocorreria, porém, em instante preciso, seria lenta, duradoura e gradual, mas inequívoca. Seus primeiros sinais, inclusive, já datavam do instante em que abolimos a escravidão, momento revolucionário que ainda muito haveria de se desdobrar.

À medida em que desapareçam as velhas formas de organização rural-patriarcal-patrimonialista, mais poderemos proclamar a vitoriosa revolução; segundo Buarque, uma revolução antes vertical que horizontal²⁸¹ – ou, como preferimos, uma *revolução cultural*²⁸² -, lentamente adaptada, cordialmente gestada e não violentamente imposta. Em suas palavras:

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar. A forma visível dessa revolução não será, talvez, a das convulsões catastróficas, que procuram transformar de um mortal golpe, e segundo preceitos de antemão formulados, os valores longamente estabelecidos. É possível que algumas das suas fases culminantes já

²⁸¹ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 188.

²⁸² “O caminho da ‘nossa revolução’ seria a superação do passado ibérico, colonial e rural, por meio de uma revolução nos nossos costumes”. Cf. MALERBA, Jurandir. Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda. *Artcultura*, Uberlândia, v. 25, n. 14, p.9-20, jul. 2012.

tenham sido ultrapassadas, sem que possamos avaliar desde já sua importância transcendente. Estaríamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir a luz.²⁸³

Para Buarque, assim, a ambivalência de nossa força cultural indicaria o nosso porvir. Nossa revolução já estaria em curso: ao passo que avançarmos em nossa modernização urbana, progrediremos rumo ao estabelecimento de um Estado Nacional livre de interesses menores e familiares. Caminharíamos, assim, na direção de um Estado que tenha “pujança e compostura”²⁸⁴ e no qual “as peças de seu mecanismo funcionem com harmonia e garbo”²⁸⁵.

Daí a súplica de nosso historiador, conclamando o futuro do Estado brasileiro a funcionar a partir dos parâmetros da impessoalidade, a transcender²⁸⁶ a ordem natural e familiar; em suma, nossa revolução, diz, deverá nos legar um Estado que é “criatura espiritual”²⁸⁷, que não mais se pautar pelo “predomínio constante das vontades particulares”²⁸⁸, e no qual a democracia seja um efetivo valor, e não mais um “lamentável mal-entendido”²⁸⁹.

Como sempre preferimos, a *nossa revolução* deverá nos legar efetivamente *um Estado Ético*, e não Poético; um Estado em que não domine uma “facção da sociedade civil”²⁹⁰ para cumprir seus objetivos “econômico-financeiros”, mas em que haja efetiva soberania popular, de tal modo que os objetivos coletivos reinem sobre

²⁸³ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 180.

²⁸⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 172.

²⁸⁵ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 173.

²⁸⁶ Sobre isso, Gabriel Cohn: “Posto à distância do seu solo de origem, Sérgio Buarque percebe quanto ele é mal cultivado. Mas, ao converter essa percepção em refinada experiência intelectual, converte o arraigado e o desterrado, o cultivo original e o implante, o mundo pretérito e o mundo a ser construído em matéria de uma obra que retira sua dinâmica da capacidade de colocar o tema das raízes num campo de referências cruzadas que permitem tratá-lo num registro crítico e não apologético; radical, enfim. Pois as raízes de que ele fala aludem àquilo que afinal importa: aos princípios formadores da sociedade brasileira, cuja reconstrução histórica abre caminho para desentranhar. Cf. COHN, Gabriel. *O Pensador do Desterro*. 2002. Caderno Mais do Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2306200207.htm>>. Acesso em: 10 out. 2016.

²⁸⁷ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 188.

²⁸⁸ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 146.

²⁸⁹ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 147.

²⁹⁰ SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado Ético e O Estado Poético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 30-34.

as mesquinhas particularistas, em que a universalidade tenha proeminência sobre os objetivos individuais técnico-financeiros. Um Estado, enfim, que realize nosso tão caro *bem comum*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos, sinceramente, que a presente dissertação tenha despertado o interesse para o resgate das concepções *culturalistas* do Estado brasileiro, as quais explicitamente não agradam Jessé Souza e seus seguidores. Entendemos que as investigações que tomam por referência a Cultura Brasileira permanecem com privilegiada perspectiva, e nosso iniciante e humilde labor não pretendeu mais que valorizar um de seus conhecidos *intérpretes*.

Defendemos que Sergio Buarque de Holanda, quando explora nossas categorias explicativas – dentre elas a *plasticidade* – não o faz pretendendo negar as reais deficiências de nosso caráter coletivo, tampouco confere fatalidade aos motivos de nosso atraso.

A partir da ideia da plasticidade, defendemos que a melhor interpretação das concepções de nosso historiador repousa no entendimento de que nosso gênio, se dificulta o metodismo e o planejamento exigidos pelo ideal modernizante, também a eles não pode se opor. Nossa ética aventureira, se embaraça a evolução da ética trabalhadora, também nos alavanca a épicas tarefas civilizatórias. Nossa cordialidade e personalismo, se servem de óbice à igualdade formal entre os cidadãos brasileiros, também são os atributos que nos permitem e continuarão nos permitindo o amálgama de raças e credos dos mais variados²⁹¹.

Assumir um olhar que privilegie a cultura nacional, assim, significa ostentar as nossas virtudes sem deixar de reconhecer as nossas deformidades. Impõe-nos, portanto, que colhemos os frutos de nosso progresso, mas também que procedamos à extirpação dos males que nos acorrentam aos atrasos.

²⁹¹ Na visão buarquena sobre nossos colonizadores: “típica de sua extraordinária plasticidade social: a ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça. Ao menos do orgulho obstinado e inimigo de compromissos, que caracteriza os povos do Norte. Essa modalidade de seu caráter, que os aproxima de outras nações de estirpe latina, e mais do que delas, dos muçulmanos da África, explica-se muito pelo fato de serem os portugueses, em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços. [...] Neste caso, o Brasil não foi teatro de nenhuma grande novidade. A mistura com gente de cor tinha começado amplamente da própria metrópole.” Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, cit., p. 149.

Em outras palavras, precisamos assumir nossa cordialidade e plasticidade como forças (des)orientadoras de nosso progresso, sem a necessidade de, com isso, deixar de reconhecê-las, também, como potenciais propulsores de um intenso projeto nacional. A assunção de nossa cultura deve, assim, seguir a inspirada lição de Paulo Roberto Cardoso:

Os impérios e nações que se destacaram na história trazem um traço comum em sua trajetória de ascensão e queda, qual seja a de se afirmarem a partir de determinadas estratégias e mitos que lhe asseguraram a indispensável unidade na consolidação de seus objetivos nacionais permanentes. A nosso juízo, três foram os mitos (fundantes) e estratégias de construção do Brasil; Miscigenação, língua, religião popular sincrética. Exatamente os aspectos fundantes da nacionalidade sob ataque cerrado na contemporaneidade da globalização imperial norte americana. Imperioso que sejamos capazes de superar as falsas contradições inseridas no seio de nosso povo como forma de adiar ou fragilizar a mobilização em torno de um projeto nacional emancipador, a valorização de nosso legado latino, greco-romano, deve ser capaz de contribuir para superar as tentativas de desconstrução a partir dos ataques aos mitos e estratégias de consolidação da nacionalidade.²⁹²

Ao contrário do que faz parecer Jessé Souza, o legado de Sérgio Buarque de Holanda não é típico daqueles que advogam pela tese da superioridade estadunidense e conseqüente inferioridade desta ou daquela raça específica. Estranho seria, aliás, perceber no corpo geral de *Raízes do Brasil* qualquer fatalismo biológico, qualquer determinismo de raça, qualquer indicação de que os brasileiros não tenham em suas mãos a possibilidade de orientar o seu próprio e triunfante destino.

Por isso mesmo é que nosso Paulo Roberto Cardoso soa tão oportuno: é preciso assumir os traços de nossa cultura e permiti-la conduzir nossa estratégia de consolidação nacional, rejeitando-se, portanto, soluções imperialistas ou meramente importadas.

De fato, devemos lembrar que, em *Raízes do Brasil*, há mesmo a presença de um criticismo bifronte na caracterização geral de nossa plasticidade ou de nossa

²⁹² CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural: Estado, Soberania e Defesa Cultural*. 2016. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, UFMG, Belo Horizonte, 2016, p. 196.

ética aventureira. Notemos que Sérgio, se é crítico da ausência de planejamento, metodismo e racionalidade, também nos lembra a todo momento que a empreitada lusa foi tarefa majestosa, só realizável mesmo por um povo de caráter empreendedor e fatalmente destinado a grandiosos e históricos feitos²⁹³.

O Brasil de Sergio ainda convive dolorosamente, em parte, com nosso Brasil de hoje. Medida, contudo, da velha plasticidade: no convívio improvável de realidades distintas, na acomodação geral de princípios contraditórios, o Brasil rural vai permitindo, aos poucos, sem violência e sem arroubos, o Brasil *urbanizado*. Ao passo que a alma aventureira tolera o metodismo trabalhador, a cordialidade também poderá admitir o desenvolvimento impessoal de nossa política.

Como lembra Buarque:

o gosto da aventura, responsável por todas essas fraquezas, teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso, porém, dizer-se) em nossa vida nacional. Num conjunto de fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo processo de adaptação, foi o elemento orquestrador por excelência. Favorecendo a mobilidade social, estimulou os homens, além disso, a enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza e criou-lhes as condições adequadas a tal empresa.²⁹⁴

Não nos restam dúvidas de que a miscigenação, a língua e a religião popular sincrética, conforme aponta Cardoso, são elementos de construção da nacionalidade brasileira. Para nós, ramificações evidentes de nossas raízes, atributos inegáveis de nossa plasticidade e conseqüente cordialidade.

O modo de agir cordial, legítima manifestação de nossos *corações*, permitiu-nos a miscigenação e o convívio de raças; permitiu-nos uma língua capaz de se adaptar aos influxos estrangeiristas²⁹⁵, estimulando a convivência imigrante; legou-nos nosso

²⁹³ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 46.

²⁹⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil, cit.*, p. 49.

²⁹⁵ Curioso notar, diferente de nossos irmãos lusófonos, como o sincretismo é capaz de atingir até mesmo a nossa língua. Enquanto Portugal é de conhecida resistência à expressões estrangeiras, no Brasil é comum acolhê-las com naturalidade. Exemplo claro é preferirem “calça de ganga” ao que

celebrado sincretismo religioso, consolidando o amálgama dos muitos credos celebrados entre nós. Nossa cordialidade, portanto, não é apenas motivo de atraso, como faz parecer Jessé; é impulso plenamente capaz de amadurecer nossa empreitada enquanto nação, é, sobretudo, o traço cultural que nos une como *povo*.

Se, por um lado, o tom geral de *Raízes* é razoavelmente crítico à cultura brasileira e ao homem cordial, não se pode negar que este ensaio apresenta, principalmente, para além dos motivos de nosso atraso, a esperança em superá-los.

Dito de outro modo, *Raízes do Brasil* é um apelo histórico para que sigamos na tarefa de modernização do Brasil. Um apelo para que superemos nossa condição de mera civilização de raízes rurais e nos tornemos, efetivamente, uma potência inclusiva. Sérgio Buarque nos aponta, assim, a imperiosa necessidade de que a igualdade supere o personalismo, de que o patrimonialismo seja finalmente extirpado, permitindo-se a organização de um Estado Nacional que se eleve à prioridade do bem comum.

Em *Raízes do Brasil*, encontramos não um programa assertivo de nosso futuro, mas um doce diagnóstico de nossos problemas. Jamais fora objetivo de nosso historiador modernista traçar fórmulas claras, precisas ou metódicas de “nossa revolução”, muito menos tomá-la de grandes golpes ou ideias mestras inequívocas. Sergio Buarque intui as linhas gerais de nosso futuro, não se coroa – nem jamais o pretendeu – o escolhido detentor de um racionalizado programa de soluções. A plasticidade e a cordialidade lhe são, afinal, bastante familiares.

Ressalte-se, ademais, que as saídas autoritárias, violentas ou forçadas sempre foram, de modo geral, rechaçadas por nosso autor. O fez inclusive em 1967, já sob o flagelo do Regime Militar, dirigindo-se à plateia da Escola Superior de Guerra:

Há pouco afirmei minha crença em que as gerações atuais se achariam aptas a dar rumos novos à sociedade e à nossa vida política. Agora, chegado ao ponto final, quero corrigir, ou melhor, esclarecer essa afirmação. O que acredito possível às gerações de hoje é que

jamais pensamos outro nome que não “calça *jeans*”; ou ainda, a marca linguística da mineiridade, “uai”, em razão do conhecido contato com os mineradores ingleses que aqui semeavam seu “why”. Exemplos castelhanos, italianos, franceses, africanos ou indígenas, certamente, são abundantes.

tenham plena consciência daquilo que nos falta ainda que a democracia autêntica não permaneça apenas uma permanente e vaga aspiração. Reconhecer erros passados, denunciá-los francamente, tentar honestamente superá-los, em vez de o querer resguardados à força como sagradas relíquia de eras extintas, já é um modo de acertar, e isso está ao nosso alcance. Por esse caminho, o homem brasileiro haverá enfim de realizar-se integralmente, e não pelos caminhos indicados por uma tênue minoria que, julgando representá-lo, em verdade o esmaga e dissimula.²⁹⁶

Com isso, parece-nos que, mesmo oitenta anos depois da publicação de *Raízes do Brasil*, e com muitos e sérios reparos possíveis às suas considerações, deve-se aceitar que Sérgio Buarque de Holanda jamais abandonou os motivos e os preceitos democráticos que alimentaram o ensaio de 1936. Para Sérgio, o programa para o futuro do Brasil toma a via democrática como valor principal, e deve rejeitar, a pretexto de se extirparem nossas atrofias, as saídas minoritariamente impostas, violentamente operadas ou contrárias ao traço cordial de nosso temperamento.

Nossa revolução deve, portanto, admitir nossa condição cultural como método e estratégia política: superar o nosso atraso, enfim, com o melhor de nossos corações.

²⁹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Elementos Básicos da Nacionalidade: o homem. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). Sérgio Buarque de Holanda: *Perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 636-637.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizages do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas de leitura sobre uma visão histórica do campo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 1, n. 40, p.13-29, dez. 1996.

AVELINO FILHO, George. As Raízes de "Raízes do Brasil". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 18, p.33-41, set. 1987.

AVRITZER, Leonardo. A Singularidade Brasileira. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 45, p.165-168, fev. 2001.

BASTOS, Elide Rugai. Iberismo na Obra de Gilberto Freyre. *Revista Usp*, São Paulo, v. 38, n. 1, p.48-57, ago. 1998.

BASTOS, Elide Rugai. Raízes do Brasil-Sobrados e Mucambos: um diálogo. *Perspectivas*, São Paulo, v. 28, n. 1, p.19-36, jan. 2005.

BRUNO, Ernani da Silva. Corpo e Alma do Brasil: uma entrevista com Sérgio Buarque de Holanda. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 69, p.3-14, jul. 2004.

CANDIDO, Antônio. A Revolução de 30 e a cultura. In: MONTEIRO, Paula; COMIN, Álvaro (Org.). *Mão e Contramão*. São Paulo: Globo, 2009.

CÂNDIDO, Antônio. A Visão Política de Sérgio Buarque de Holanda. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

CANDIDO, Antônio. Dialética da Malandragem: Caracterização das Memórias de um Sargento de Milícias. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 8, n. 1, p.67-89, jan. 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Aula Magna no Instituto Rio Branco*. 1993. Disponível: <<http://funag.gov.br/loja/download/caderno-do-ipri-edi-esp-1-aula-magna.pdf>>. Acesso em 22.out.2016.

CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural: Estado, Soberania e Defesa Cultural*. 2016. 206 f. Tese (Doutorado). Direito UFMG: Belo Horizonte, 2016.

CASTRO, Conrado Pires de. Motivos Ibéricos, Pretextos Literários. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

CERQUEIRA, Marcelo Neder. Sérgio em Berlim: Futurismo no desterro. In: MENEZES, Lená Medeiros de. *Intelectuais na América Latina: Pensamento, contextos e instituições*. Rio de Janeiro: Uerj/labimi, 2014.

COHN, Gabriel. *O Pensador do Desterro*. 2002. Caderno Mais do Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2306200207.htm>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CUNHA JÚNIOR, Melquíades. *Chico fala sobre seu pai*. 1992. Banco de Dados da Folha. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/sergiobuarque_chico.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

DAMATTA, Roberto. Você Sabe com Quem Está Falando?: Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2000.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DECCA, Edgar Salvadori de. As metáforas da identidade em "Raízes do Brasil": decifra-me ou te devoro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.424-443, dez. 2006.

DECCA, Edgar Salvadori de. Ensaio de Cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando (Org.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

DECCA, Edgar Salvadori de. Ensaio de Nacionalidade: Cordialidade, Cidadania e Desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p.145-159, jan. 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Negação das Negações. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p.269-274, set. 1994.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, Historiador. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2011.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FELDMAN, Luiz. Organizar a Desordem: Raízes do Brasil em 1936. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 4, p.1131-1168, dez. 2015.

FERREIRA, Cristina; FURTADO, André Carlos. Quando a Exaltação é uma Estratégia Narrativa: Notas sobre Sérgio Buarque de Holanda Modernista (1920-1931). *Expedições*, São Paulo, v. 4, n. 2, p.194-213, dez. 2013.

Folha de São Paulo. *A quem serve a classe média indignada?: Entrevista com Jessé Souza*. 2016. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/01/1727369-a-quem-serve-a-classe-media-indignada.shtml>>. Acesso em: 22 out. 2016

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. *Caderno de Debates*, São Paulo, v. 1, p.61-64, 1976.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Sobre o conceito de tradição. *Cadernos: Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, São Paulo, v. 5, n. 5, p.9-40, dez. 1973.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1997.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados & Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Elementos Básicos da Nacionalidade: o homem*. Rio de Janeiro: Estado Maior das Forças Armadas/Escola Superior de Guerra, 1967.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Antologia dos Poetas da Fase Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Literatura Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Cobra de Vidro*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Expressionismo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra: Estudos de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Livro dos Prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Lado Oposto e Outros Lados. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra: Estudos de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Originalidade Literária. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra: Estudos de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Os Novos de São Paulo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra: Estudos de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Ronald de Carvalho – Estudos Brasileiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra: Estudos de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Historiador Escreve Sobre Seu Filho*. 1991. Banco de Dados da Folha. Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/sergiobuarque1.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, José Luiz B. A Subversão do Fim da História e a Falácia do Fim do Estado. In: CARVALHO, Marcelo; FIGUEIREDO, Vinícius (Org.). *Filosofia Alemã: de Kant a Hegel*. São Paulo: Anpof, 2013. p. 287-297.

HORTA, José Luiz B. Constitucionalización y Reconstitucionalización de Brasil: una mirada histórica y macrofilosófica. In: FERRARI; ROSA; HORTA; PETRUS; SANTOS; BAZZAN. (Org.). *Horizontes de Brasil; escenarios, intercambios, diversidad*. Barcelona: Ediciones Apec, 2011, v., p. 1442-1458.

HORTA, José Luiz B. História, Constituições e Reconstitucionalização do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 94, p. 121-155, 2006.

HORTA, José Luiz B. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

HORTA, José Luiz B.; FREIRE, Thales M. ; SIQUEIRA, Vinicius de. A Era Pós-Ideologias e suas ameaças à Política e ao Estado de Direito. *Confluências* (Niterói), v. 14, p. 120-133, 2012

HORTA, José Luiz B.; RAMOS, Marcelo Maciel. Entre as Veredas da Cultura e da Civilização. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, v. 233, n. 58, p.235-264, dez. 2009.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial*. Trad. M.H.C. Cortes. São Paulo: Objetiva, 1997.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a Crítica e o Modernismo*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Saquaremas & Luzias: A sociologia do desgosto com o Brasil. *Revista Insign Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p.21-37, out. 2011.

MALERBA, Jurandir. Atualidade de Sérgio B. de Holanda. *Artcultura*, Uberlândia, v. 25, n. 14, p.9-20, jul. 2012.

MATOS, Júlia Silveira. Cartas Trocadas: Sérgio Buarque de Holanda e os Bastidores da Revista Klaxon. *Fênix*. UFU Online, v. 7, p. 2-15, 2010.

MAYOS, Gonçal. *Macrofilosofia de la Modernidad*. Sevilla: dLibro, 2012.

MONTEIRO, Pedro Meira. *A Queda do Aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em 'Raízes do Brasil'*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. Introdução: um espírito (in)consútil. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Caligrafias do Tempo: palimpsestos na escrita da história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Um Historiador nas Fronteiras: O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 2ª Edição. São Paulo: Ibrasa. 1981.

RAMIREZ, Paulo Niccoli. *Sérgio Buarque de Holanda e a dialética da cordialidade*. São Paulo: Educ, 2011.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Vanhargen a FHC*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.
- SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado Ético e O Estado Poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 30-34.
- SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Revista Sociedade e Estado*, São Paulo, v. 26, n. 1, p.241-259, abr. 2011.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. Sérgio Buarque de Holanda e essa tal de "cordialidade". *Revista Ide: Psicanálise e Cultura*, São Paulo, v. 46, n. 31, p.83-89, dez. 2008.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; MONTEIRO, Pedro Meira (Org.). *Raízes do Brasil: Edição Crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit, 2001.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo no Poder?:* Texto publicado no Jornal Estado de São Paulo. 1979. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/sppoder.htm>>. Acesso em: 22 out. 2016.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SÓFOCLES. *A Trilogia Tebana: Édipo Rei - Édipo em Colono - Antígona*. São Paulo: Zahar, 2000.
- SOUZA, Jessé. A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, p.97-116, out. 1998.
- SOUZA, Jessé. *A Modernização Seletiva: reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

- SOUZA, Jessé de. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- SOUZA, Jessé. *A Tolice da Inteligência Brasileira: como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.
- SOUZA, Jessé. *Celebração de obra mostra miséria de nosso debate, diz Jessé Souza*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/08/1799284-celebracao-de-obra-mostra-miseria-de-nosso-debate-diz-jesse-souza.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- SOUZA, Jessé. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- TORRÃO FILHO, Amílcar. Um texto fundador e as Raízes de uma interpretação: Sérgio Buarque de Holanda e a desordem pitoresca na cidade colonial. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p.113-132, 2003.
- VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a Interpretação do Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, p.33-47, mar. 1999.
- VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 2ª ed., 1984.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEGNER, Robert. “Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda”. In: André Botelho e Lília Moritz Schwarcz. (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.